

Os conserveiros de Setúbal (1887-1901)**

I

Nos anos de transição do século XIX para o século XX, Setúbal deixou de ser uma comunidade rural e piscatória tradicional e transformou-se num centro fabril. Uma das áreas em que esse processo muito claramente se reflectiu foi, sem dúvida, a população.

De 1864 a 1911 deu-se um surto demográfico em todo o concelho¹. Só na década de 1890-1900 se verificou um acréscimo (8085 pessoas) superior ao dos vinte e seis anos precedentes (7692). E, de 1900 a 1911, o número de habitantes subiu 10 378, passando de 37 405 para 47 783, num ganho dramático de 27,7 %. Por outras palavras, em 1911 a população excedia o dobro da de 1864 e a densidade populacional — 31,5 habitantes por quilómetro quadrado em 1864 — atingia os 69,9 habitantes por quilómetro quadrado.

[QUADRO N.º 1]

Anos	Concelho			Cidade		Percentagem da população urbana no total do concelho
	População	Índices de crescimento	Habitantes por quilómetro quadrado	População	Índices de crescimento	
1864	21 628	100	31,5	12 747	100	58
1878	25 005	115	36,3	14 798	116	59
1890	29 320	135	42,7	17 581	137	59
1900	37 405	172	54,4	21 819	171	58
1911	47 783	220	69,5	30 346	238	63

Fontes: *Anuário Estatístico de Portugal de 1884 e Censos de 1890, 1900 e 1911.*

* Universidade Católica Portuguesa.

** O estudo que a seguir se pode ler foi feito com a colaboração da Sr.ª Dr.ª Margarida Pereira de Moura. A ideia original, a concepção e a definição do método são do autor. A Sr.ª Dr.ª Margarida Pereira de Moura fez a investigação preliminar e escreveu a primeira versão. O autor, depois, reviu a investigação e escreveu a segunda versão e a versão definitiva, que aqui se apresenta (e que contém partes da primeira). Toda a responsabilidade científica é do autor.

O estudo agora publicado está incompleto. Das quatro «classes» de conserveiros de Setúbal trata apenas três: soldados, «mulheres» e «rapazes». É omissa a respeito dos «trabalhadores». Pensou-se, no entanto, que, mesmo assim, teria algum interesse a sua divulgação parcial.

¹ Ver quadro n.º 1.

A cidade de Setúbal propriamente dita sofreu uma evolução semelhante à do concelho. Se entre 1864 e 1890 aumentou modestamente 5268 residentes, entre 1890 e 1911 aumentou 12 765, isto é, mais de 142,3 %. E no conjunto dos quarenta e sete anos de 1864 a 1911 expandiu-se na proporção impressionante de 138 %.

A causa principal destas violentas mudanças reside no desenvolvimento económico da cidade (sobretudo na implantação da indústria de conservas e no incremento das actividades dela subsidiárias, como a pesca), não na prosperidade geral do concelho — como o contínuo alargamento da parte da população urbana demonstra. Na verdade, até 1900, esta andou sempre por volta dos 58 %. Mas em 1911 chegava já aos 63 %. A ruptura com o campo tinha começado e dali em diante apenas se agravaria.

Qualquer das três pirâmides etárias que se construíram ² revela uma população jovem em que as classes dos 0-20 ocupam uma posição dominante. É uma característica que, embora nítida desde 1890, se reforçou em 1900 e de novo em 1911. Com efeito, a percentagem de habitantes com menos de 20 anos elevou-se gradualmente (41 % em 1890; 43 % em 1900; 45 % em 1911), enquanto a de velhos (mais de 65 anos) recuava de 5 % para 4 %.

Outro traço comum às três pirâmides é a existência de mais indivíduos do sexo masculino do que do sexo feminino. Entre 1890 e 1911, esse saldo cresceu 264,6 %. As classes de idade em que a superioridade masculina mais se acentuava eram as dos 20-25 e dos 50-55 em 1890, dos 20-30 em 1900 e dos 15-30 em 1911: isto é, em geral, aquelas onde se recrutava a mão-de-obra para as conservas.

Se fosse possível construir pirâmides etárias só para Setúbal-cidade ³, talvez o seu aspecto se modificasse ligeiramente. Devido à influência do fluxo migratório para as fábricas, é de supor que a proporção de jovens e «jovens-adultos» aumentasse, bem como, evidentemente, a de homens ⁴.

Contudo, apesar das suas óbvias limitações, as pirâmides referentes ao concelho reflectem com certa fidelidade o advento da indústria. A partir de 1900, por exemplo, mostram com suficiente transparência os resultados da súbita subida da mortalidade masculina (depois dos 30 em 1900 e dos 45 em 1911), produto do trabalho brutal dos «moços» e dos soldados.

Mas como se formou, em vinte e tal anos, uma população já tipicamente «industrial»: jovem, predominantemente masculina e afectada por fortes taxas de mortalidade? As estatísticas oficiais informam sobre a naturalidade (ou lugar de proveniência) dos habitantes da cidade e permitem, por isso, avaliar o peso e os efeitos do movimento migratório.

Desde logo, é importante dizer que a quantidade relativa de indivíduos nascidos e residentes em Setúbal não cessou de diminuir: eram 70 % em 1890, 67 % em 1900 e 63 % em 1911. Em segundo lugar, há que notar que foram outras regiões do País, e não os restantes concelhos do distrito de Lisboa ⁵, que forneceram o maior contingente de imigrantes. A percentagem de pessoas originárias do distrito de Lisboa, que estava nos 10 %

² Para a população do concelho.

³ Não se encontram dados sobre a estrutura etária da população da cidade.

⁴ Em 1864, para 100 fêmeas havia 96 varões na cidade de Setúbal; e, em 1878, 100 para 99 (*Anuário Estatístico de Portugal* de 1884, p. 17).

⁵ No período em estudo, Setúbal ainda não era capital de distrito, mas só sede, um concelho integrado no distrito de Lisboa.

em 1890, desceu para 9 % em 1900 e para 7 % em 1911. Porém, a parte dos verdadeiros forâneos, sempre mais alta, evoluiu em sentido contrário: 16 % em 1890; 22 % em 1900; 27 % em 1911. As fábricas atraíam gente de Portugal inteiro, do enorme exército de desempregados e subempregados, que fugiam da miséria dos campos ou simplesmente dos bairros pobres de Lisboa e do Porto.

Quanto aos estrangeiros (sobretudo espanhóis e franceses), o seu número máximo em 1890 (391) ficou quase estacionário entre 1900 e 1911 (respectivamente 287 e 316). Mesmo assim, no entanto, ultrapassava em muito o «normal» numa pequena cidade de província e explica-se apenas por a indústria de conservas pertencer principalmente a capitalistas franceses, que importavam de Nantes e do Sul da Espanha os seus homens de confiança.

Notou-se atrás que, a partir de 1887-90, Setúbal se tornara um pólo de atracção para milhares de trabalhadores, urbanos e rurais, do País inteiro. Assim, em 1890, 16 % da população de Setúbal não nascera no distrito; em 1900, 22 %, e em 1911, 27 %. Não existe maneira de calcular a proporção de forâneos entre os conserveiros. Mas o *Inquérito às Associações de Classe de 1909* fornece algumas indicações úteis.

Segundo a Associação de Classe dos Moços, os imigrantes da categoria eram portugueses na totalidade, sendo uma minoria proveniente de centros industriais (Lisboa, Porto, Almada, Olhão ou Vila Real de Santo António) e a grande maioria de freguesias do «*hinterland*» agrícola. Porém, segundo a Associação de Classe dos Soldadores, havia estrangeiros (por regra, franceses) na profissão e os emigrantes saíam invariavelmente de centros industriais. As razões disto não custam a compreender. Para as tarefas não qualificadas dos moços, os excedentes demográficos do campo constituíam um reservatório barato e inesgotável. O ofício de soldador, porém, exigia já uma mão-de-obra habituada à dureza e disciplina da fábrica e «socializada» na civilização «moderna» das cidades.

Analisada a população em geral, trata-se agora de conhecer a população activa⁶. Começemos por algumas taxas globais:

[QUADRO N.º 2]

Grupos etários	1890		1900		1911	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Geral	47		43		43	
< 20	36	15	34	6	33	7
20-59	97	22	95	14	99	15
> 60	77	44	97	30	97	28

Fontes: Censos de 1890, 1900 e 1911.

Como se vê, em 1890, os activos representavam 47 % do total de habitantes, mas nas duas décadas seguintes apenas 43 %. As razões desta quebra estão talvez no rejuvenescimento do grupo, numa menor taxa de

⁶ Não se incluíram na população activa os empregados domésticos.

ocupação das mulheres e das crianças quando mudavam do campo para a cidade e, problemáticamente, num ténue movimento dos homens das áreas rurais para Lisboa e para o Brasil, que o crescente papel dos velhos no trabalho, mais 20 % entre 1890 e 1911, também parece indicar.

Mas tornemos a imagem mais precisa, decompondo o quadro por sectores de actividade:

[QUADRO N.º 3]

Anos	População activa/população com mais de 10 anos				População activa/população total			
	Agricultura		Indústria		Agricultura		Indústria	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1890	33,50	5,33	11,20	4,44	42,60	6,93	14,20	5,78
1900	33,60	3,32	17,12	2,56	43,61	5,06	17,12	3,40
1911	22,50	2,84	17,01	4,93	29,20	3,81	22,10	6,61

Um exame mais pormenorizado da distribuição ocupacional da população do concelho confirma isso para além de qualquer dúvida:

[QUADRO N.º 4]

Profissões	Percentagens		
	1890	1900	1911
Trabalhos agrícolas	41	44	30,5
Pesca e caça	9	8,2	15,2
Indústrias extractivas	0,1	0,3	0,02
Indústria	16	18,7	26
Transportes	6,8	8,7	10
Comércio	6,4	8,8	7,7
Força pública	3	3	2,1
Administração Pública	1,2	0,6	0,6
Profissões liberais	1,2	1,4	1
Pessoas vivendo exclusivamente dos rendimentos	0,4	0,3	1,8
Trabalhos domésticos	9	2,2	1
Improdutivos ou profissão desconhecida ...	4	2,6	3,7

Como sempre com as estatísticas oficiais portuguesas, estes números são assaz duvidosos. No entanto, algumas conclusões se podem tentativamente tirar. Se usarmos a divisão clássica de C. Clark, em sectores primário, secundário e terciário, teremos:

[QUADRO N.º 5]

Sectores	1890	1900	1911
Primário	50,1% (100)	52,5% (104)	45,7% (91)
Secundário	16% (100)	18,7% (116)	26% (162)
Terciário	32% (100)	28,8% (90)	28,2% (88)

Numa primeira fase, o secundário expande-se (16 %) e, como é habitual, o terciário, artificialmente empolado, diminui a benefício da agricultura (o pessoal doméstico Antigo Regime, por exemplo, desce em dez anos de 4 % para 2,2 %). Numa segunda fase, o terciário estabiliza-se (entre 1900 e 1911 baixa somente 0,2 %) e o secundário continua a crescer (39 % de 1900 a 1911) à custa do primário, que se reduz 12,9 %.

Sublinhe-se, para terminar, que, pelas rubricas ocupacionais, se vê que as áreas que se desenvolveram significativamente de 1900 para 1911 — indústria, pesca, transportes, comércio — estavam todas ligadas ao advento das conservas. Em 1911, 60 % da população do concelho, e mais, claro está, da cidade, dependia da boa fortuna das fábricas.

A redução dos trabalhadores agrícolas a favor dos operários industriais, entre 1890 e 1911, é já aqui patente. Convém, no entanto, aproximar ainda mais a análise, definindo três classes etárias: até aos 20 anos, dos 20 aos 59 e dos 60 em diante:

[QUADRO N.º 6]

Anos	Indústria						Agricultura					
	Homens			Mulheres			Homens			Mulheres		
	—20	20-59	+60	—20	20-59	+60	—20	20-59	+60	—20	20-59	+60
1890	5	16	8	3	5	3	19	43	43	5	4	8
1900	6	19	10	2	3	0,7	18	44	48	1	7	1
1911	8	25	14	3	6	3	13	28	36	7	15	4

Não são necessárias longas explicações. A agricultura perdeu uma porção significativa dos activos masculinos entre os 20 e os 59 anos (de 43 % em 1890, estes caíram para 28 % em 1911), enquanto os homens do mesmo grupo etário subiam de 16 % para 23 % na população do concelho. Por seu lado, a percentagem de mulheres empregadas nos campos aumentou de 4 % para 15 %, como também, embora bastante menos, a percentagem de operárias (de 5 % para 6 %, com uma quebra em 1900, consequência de uma crise das conservas).

Numa palavra, o processo de industrialização de Setúbal provocou um forte afluxo migratório, que, por sua vez, determinou um surto demográfico de grandes dimensões, o rejuvenescimento da comunidade e taxas de actividades ascendentes na indústria, para os dois sexos, e descendentes na agricultura, para o sexo masculino. Em 1911, o divórcio do passado rural estava consumado.

De qualquer modo, entre 1880 e 1911, o número de operários do ramo cresceu continuamente. Embora incompleto, o quadro seguinte é ilustrativo.

Se se subtraírem ao total de 1911 os 278 trabalhadores «diversos» (carregadores, carroceiros, etc.), que as contagens de 1890 e 1905 não consideram, verifica-se que, nos vinte e um anos de 1890 a 1911, a mão-de-obra empregue na indústria aumentou 302,6 %, isto é, 14,4 % ao ano; que nos quinze anos de 1890 a 1905 aumentou 226,8 %, isto é, 15,1 % ao ano; e que nos seis anos de 1905 a 1911 aumentou 33,3 %, isto é, 2,2 % ao ano. Ou seja, todo o período em estudo foi um período de ininterrupta expansão, com uma clara, e muito forte, quebra de ritmo

Categorias profissionais	Pessoal em actividade		
	1890	1905	1911
Soldadores (a)	385	731	842
Trabalhadores		316	400
Rapazes		117	412
Mulheres (b)	450 (c)	1565	1708
Diversos	—	—	278
Total	835	2729	3640

(a) Incluindo os aprendizes.

(b) O número refere-se provavelmente ao período de maior laboração.

(c) Estimativa.

Fontes: *Inquérito Industrial de 1890*; *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 2; *Relatório da Comissão Encarregada de Estudar a Situação Actual da Indústria — 1912*.

a partir da crise de 1901-5, que provavelmente a revolução republicana de 1910 veio acentuar.

Por categorias operárias, entre 1890 e 1911, o número de *mulheres* subiu de 279,5 %, isto é, 13,3 % por ano, e o de *soldadores, moços e rapazes* (que o *Inquérito de 1890* não distingue) 329,6 %, isto é, 15,6 % por ano. Contudo, entre 1900 e 1911, o número de *mulheres* subiu só 9,1 % (1,5 % por ano) e o de *soldadores* 15,2 % (2,5 % por ano), enquanto o de *moços* subia 26,5 % (4,4 % por ano) e o de *rapazes* 252 % (42 % por ano). O que pouco significa no que respeita à quantidade de mulheres, por natureza instável e complicada de calcular, mas indica que a mão-de-obra masculina não qualificada, barata e particularmente indefesa perante os patrões, foi alargada mais depressa do que a «aristocracia» coesa e militante dos soldadores. O peso destes no total dos operários homens diminuiu assim de 64,2 % em 1905 para 50,4 % em 1911. Como também, embora menos, o dos moços, que eram 27,1 % em 1905 e 24,1 % em 1911. Os rapazes, em contrapartida, passaram de 10 % em 1905 para 24,9 % em 1911.

No conjunto, porém, os «braços», utilizados a título eventual e facilmente substituíveis, de *mulheres, moços e rapazes* constituíam, na indústria, a grande maioria (73,2 % em 1905 e 74,9 % em 1911) e puderam ser multiplicados sem perigo para alimentar as máquinas de «cravar», que começaram a aparecer por volta de 1905. Quanto aos soldadores, terríveis anarquistas e ameaça para a ordem, representavam apenas cerca de um quarto da força de trabalho e, mesmo contando com os desempregados perenes, nunca excederam, senão marginalmente, um milhar.

Como é costume, e patente pelas fontes citadas, a evidência de que dispomos e de que aqui nos servimos não merece excessiva confiança. Um exemplo: em 1911, o *Boletim da Associação do Comércio e Indústria* punha o número de *mulheres* em 1708. Ora, em 1912, a Associação de Classe das Mulheres tinha 3000 membros⁷. Mas a validade das tendências gerais estabelecidas não fica, por isso, posta em questão. Lembre-se que, em certo sentido, *mulheres, moços e rapazes* não eram «profissionais».

Pertenciam a uma vasta e flutuante reserva de mão-de-obra de que os capitalistas aproveitavam, conforme as suas necessidades de momento, fracções variáveis e nem sempre coincidentes. Para a comunidade e para os sindicatos operários (embora não para as estatísticas industriais) era *mulher*, *moço* ou *rapaz* quem nessa capacidade tinha trabalhado ou queria voltar a trabalhar nas fábricas de conservas, frequentemente (excepto para parte dos *moços*) no intervalo de outras ocupações. Não era com certeza quem efectivamente o fazia e/ou assim exclusivamente ganhava a sua vida. Só com os soldados (e guardadas algumas reservas) a situação mudava. Porém, e como é de resto lógico, as informações sobre eles existentes são compatíveis entre si e, em geral, exactas.

Dito isto, convém acrescentar que ao desequilíbrio a favor da mão-de-obra não qualificada se juntava invariavelmente o desequilíbrio a favor da mão-de-obra feminina e infantil. As *mulheres* formavam o maior grupo operário da indústria: 53 % em 1890, 57 % em 1905 e 47 % em 1911. E a sua participação não declinou antes dos últimos anos da década de 1910, quando foi reduzida a benefício dos *rapazes*, ainda mais «económicos» e fracos do que elas.

No que se refere à *idade*, os limites inferiores das várias categorias de conserveiros não obedeciam a uma regra uniforme. A idade dos *rapazes* oscilava entre os 8 e os 17 anos; e os *moços* e *mulheres* iam para as fábricas desde os 10-12 anos. De novo, porém, os soldados se distinguiram, não se encontrando aprendizes com menos de 14-15 anos. Quanto aos limites superiores, dependiam apenas da morte e da doença, sendo talvez mais baixos nos soldados e mais altos nas *mulheres* e nos *moços*.

Infelizmente, não existem dados que nos permitam apurar a estrutura etária de cada grupo de trabalhadores e a respectiva evolução entre 1890 e 1913. Segundo o *Inquérito de 1890*, dos 385 operários homens (o que inclui soldados, *moços*, *rapazes* e aprendizes), 20,7 % tinham menos de 16 anos. Como também 31 % das mulheres, das quais 28 % estavam entre os 12 e os 16 e 3 % entre os 7 e os 12. Mas, depois de 1890, a primeira evidência sobre a matéria data de 1917. Sucede, no entanto, que o *Boletim do Trabalho Industrial*⁸ (que a publicou) separa apenas maiores e menores. Quanto aos homens, a situação não parece haver-se alterado: 80 % de maiores e 20 % de menores. Todavia, a acreditar no *Boletim do Trabalho Industrial*, a parte do trabalho infantil feminino baixaria substancialmente para cerca de 10,9 %, o que é um manifesto exagero.

Entre 1890 e 1917, como dissemos, nada se sabe. Só os Censos de 1890, 1900 e 1910⁹ se ocupam da distribuição por idades de toda a população industrial de Setúbal. Apesar disso, excepto num caso¹⁰, as tendências gerais concordam com o pouco que se conhece das conservas: o Censo de 1890, por exemplo, põe a proporção de operários menores em 19,7 % (20,7 % no *Inquérito* citado acima) e a de mulheres em 34,8 % (31 % no *Inquérito*). Admitindo, portanto, uma semelhança fundamental entre os dois universos (o que não é completamente absurdo se pensarmos que, até 1913, os conserveiros representaram sempre entre metade e dois

⁸ *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 116, suplemento.

⁹ Censos da População de 1890, 1900, 1910.

¹⁰ O número do *Boletim do Trabalho Industrial* é de 10,9 % de mulheres para 1917.

terços da gente ocupada na indústria local), podemos chegar a três conclusões importantes. Por um lado, que a percentagem global de trabalho infantil nas conservas entre 1890 e 1913 permaneceu bastante estável à volta dos 22 %-24 %, com uma ligeira inclinação para subir de 1890 a 1900 e, a seguir, para descer. Por outro lado, que, embora alta, essa percentagem ficava ainda muito aquém da que se verificava em sectores como os têxteis ou a cortiça. E, por fim, que a quantidade relativa de mulheres menores (entre 30 % e 40 %) excedeu constantemente a dos homens (nunca distante dos 20 %).

II

A principal matéria-prima da indústria de conservas, o peixe, existia com abundância nas costas de Setúbal. As espécies mais vulgares eram a sardinha, a cavalinha, o biqueirão ou anchova, o carapau e o chicharro. Acabado o trabalho, os barcos pertencentes às armações e aos cercos traziam o pescado para o Cais de Nossa Senhora, onde se fazia a lota. Como qualquer pessoa, os fabricantes esperavam pelo leilão ¹¹. O dono do peixe, ou quem o substituíra (provavelmente, a troco de uma pequena percentagem dos lucros), declarava o preço mais alto por que avaliava a mercadoria e, se ninguém se mostrava interessado, reduzia-o pouco a pouco, até que um dos compradores potenciais gritasse «chui», concluindo automaticamente o negócio. As barcas vendiam-se por inteiro e a lota funcionava de manhã e à tarde, sendo, por regra, os industriais os primeiros a abastecer-se. A quantidade e a qualidade da oferta decidiam do nível dos preços.

Frequentemente, logo que apanhavam a sardinha (ou outra espécie), os pescadores *escorchavam-na* e metiam-na dentro de *moiras* (recipientes cheios de água doce em que se guardava o peixe coberto de sal), que preparavam ainda nos barcos. Quando chegava à fábrica, as mulheres punham de parte a sardinha moída, separavam a miúda da grande e, se as operações atrás referidas (*escorchar* e *salmonar*) ainda não haviam sido feitas, encarregavam-se elas disso.

A seguir tiravam-lhe bem o sal, lavando-a em alguidares e também com agulheta, se tinham água em pressão, o que nem sempre sucedia nas empresas de menor dimensão e menos recursos. Procedia-se depois ao chamado *engrelhamento* do peixe, que consistia em colocar as sardinhas em tabuleiros de arame estanhado — as *grelhas* —, de modo que os líquidos pudessem escorrer. Em cada tabuleiro arrumavam-se cerca de 200 sardinhas, com muito cuidado para não ficarem com vincos.

Vinha então a *secagem*. Colocavam-se as *grelhas* em carros que se moviam sobre carris ao longo da oficina. Quando estava bom tempo,

¹¹ Os industriais tentaram várias vezes controlar o preço do peixe, porque o sistema da lota favorecia os armadores. Em 28 de Junho de 1896, *O Distrito* descrevia o conflito nos seguintes termos: «Na Associação dos Lojistas e Industriais tem sido tratada a questão do preço da matéria-prima na indústria das conservas. Os fabricantes pretendem pôr-se de acordo para taxarem o preço de cada canastra de peixe, que neste caso deve só ser conforme às espécies. Por outro lado, os armadores contrapõem o proveito que têm na liberdade da lota, onde a alta compensa a baixa de preços.»

expunha-se o peixe ao ar livre, em padiolas. Se não, empurravam-se os carros por compridos corredores, por onde continuava a via férrea e onde havia uma ventoinha accionada a vapor.

Seca a sardinha, passava-se à *cozedura* ou à *fritura*, conforme o tipo de conserva, visto que a pior se cozia e a melhor se fritava. Em ambas as operações participavam apenas homens, vulgarmente conhecidos por *trabalhadores* ou *moços*. A *cozedura* efectuava-se metendo os carros, um a um, num *cofre* de ferro de 2 metros de altura e levava, à temperatura de 100°C, entre cinco e quinze minutos. Uma caldeira própria produzia vapor, que penetrava no *cofre* ou *estufa* por válvulas que só se abriam uma vez este hermeticamente fechado. Para a *fritura* assentavam-se as *grelhas*, que se iam tirando dos carros, sobre caixilhos metálicos existentes no interior de um *tanque*, com água no fundo e, por cima da água, óleo. E fritava-se introduzindo vapor no *tanque* ou *caldeira*, que fazia o óleo subir e ferver. Os restos de óleo queimado exportavam-se para fins industriais. Tanto a *cozedura* como a *fritura* exigiam trabalhadores experimentados, porque a sua duração óptima variava com a espécie de peixe e o respectivo estado de conservação. Da *caldeira*, as *grelhas* transferiam-se para tabuleiros de folha inclinados e daí para *grelheiros*, para eliminar o excesso de óleo que embebia a sardinha.

Após o que se principiava a *enlatagem*. As mulheres sentavam-se em bancos baixos, perto das latas vazias. Tiravam a sardinha da *grelha*, cortavam-lhe a cauda e as barbatanas e arrumavam-na dentro da lata, na mesma disposição em que aparecia. A porção que não se aproveitava era guardada em vasos de madeira para vender às fábricas de guano. Havia dois processos de arrumar: *arrumar em branco*, quando o ventre branco da sardinha ficava para fora; e *arrumar em azul*, quando ficava para fora o dorso azul. O primeiro processo originava uma conserva mais fina.

As latas já com peixe atiravam-se para uma caixa grande, em que cabiam algumas dezenas delas, o *pio*, que a seguir se enchia de azeite, com ou sem condimentos, como calda de tomate, *pickles*, cravo-da-índia e folha de louro. A operação demorava habitualmente perto de três horas. Em 1907 foi publicado um decreto fixando em 13 % do peso das latas «contendo conservas de peixe e preparados em óleos comestíveis e calda de tomate o peso líquido dos referidos óleos»¹². Uma medida que se destinava a evitar a degradação do produto, impedindo que os industriais poupassem no peixe, substituindo-o por azeite e outros temperos.

Nas empresas pequenas, por causa da falta de espaço, enchiam-se as latas de azeite cada uma por sua vez e deixavam-se estar uns minutos em tabuleiros para recolher o azeite que transbordava e que, geralmente, se tornava a usar.

III

É agora necessário interromper a descrição para falar das *latas*, a que, nesta fase de fabrico, só faltavam os fundos. A *folha-de-flandres* era importada e chegava a Setúbal em caixotes cintados de ferro. Abertos os caixotes, os *rapazes* limpavam e batiam as folhas com maços de madeira

¹² *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa*, ano de 1907.

até obterem uma superfície regular. Feito isto, uma máquina marcava-as para a *estampagem*, cortando-lhes dos lados triângulos isósceles a intervalos certos. Assim cortadas, as folhas iam em pilhas a uma estufa para perder a humidade e daí a um *prelo*, que estampava os dizeres e a imagem da marca. Um ou dois *rapazes* transportavam-nas depois em cestos para um forno de altas temperaturas, onde recebiam o tratamento indispensável para resistirem sem alteração ao forte aquecimento a que seriam submetidas mais tarde, durante a *esterilização* das conservas. Quando se preferia folha branca (ou não *acharoadada*), não havia *estampagem* e identificava-se o produto com um rótulo (invariavelmente amarelo-ouro, que se destacava melhor), colado à saída da fábrica.

Terminados estes preliminares, começava a *confeção da lata*. As folhas eram divididas em tiras largas e estreitas, com tesouras de guilhotina ou rotação, movidas à mão, a pedal ou a motor. Das tiras largas provinham os fundos e as tampas e das tiras estreitas as paredes laterais ou *corpos* das latas. Os *moços* que aqui trabalhavam abriam nas tiras largas tantos furos quantos os fundos e as tampas a extrair; e os *cunhos dos balancés* (prensas manuais de corte e cunhagem) separavam-nos e imprimiam-lhes alguns relevos. As tiras estreitas enformavam-se num molde (a *enformadeira* ou *dobreadeira*) e também sofriam na *fieira* a acção de um cunho que, fora os relevos apropriados, lhes dava o reviramento de bordos preciso para a soldagem das tampas e dos fundos. As tampas ajustavam-se ao *corpo* da lata com cinzel e martelo.

A última operação da produção de vazio *era a soldagem*. A solda fazia-se, como se sabe, de chumbo e estanho, importados na quase totalidade de Inglaterra e de Espanha. Unia-se primeiro o *corpo* da lata e só então o *corpo* à tampa. No fim, os *rapazes* limpavam as latas e armazenavam-nas, se acontecia não haver peixe.

Fabricavam-se mais de cem *formatos* de lata de três espécies fundamentais: *sem chave* ou *sistema ordinário*, «à *décollage*» e «à *bande*». Nas empresas maiores existiam oficinas exclusivamente destinadas ao trabalho de *vazio*. Os pequenos industriais, no entanto, que viviam permanentemente a um passo da falência, esforçavam-se por reduzir os investimentos ao mínimo e muitas vezes compravam a lata a terceiros na altura (e apenas na altura) em que compravam o peixe. Pelo contrário, nas épocas «mortas», as empresas sólidas reconstituíam os seus *stocks* de *vazio*. Mas tanto pequenos como grandes capitalistas se serviam da produção de lata para aumentar o seu domínio sobre o mercado de emprego e, através dele, sobre os soldadores.

Os restos inutilizáveis de *folha-de-flandres* que sobravam do fabrico eram lançados para os terrenos adjacentes às oficinas (incluindo a via pública). Dois homens em toda a cidade, remunerados colectivamente pelos industriais, encarregavam-se de os enfardar, deixando-os no lugar onde os tinham encontrado. E, de quando em quando, recolhiam-se os fardos e exportavam-se para Inglaterra.

IV

Voltemos, porém, atrás, ao momento em que as latas, já com peixe, chegavam às mãos dos soldadores. Sentados dos dois lados de uma mesa em forma de goteira, estes começavam por colocar os fundos nas latas e só

quando tinham preparado um número suficiente delas pegavam no ferro de soldar ou *carocha*. Como se soldava o fundo, e não a tampa, a parte superior do peixe, a que o comprador dava com certeza mais atenção, não corria o risco de ficar esfolada. As latas à *décolage* soldavam-se por fora e abriam-se com chave, por arrancamento da tampa; as latas à *bande* soldavam-se por dentro e abriam-se, também com chave, por arrancamento de uma tira, previamente vincada, abaixo do rebordo superior do *corpo*.

Depois de fechadas, as latas passavam a uma caldeira de água a ferver, onde se fazia a *esterilização*. Quando arrefeciam, as *mulheres* esfregavam-nas com serradura de madeira (que a seguir se queimava nas praias) para remover possíveis vestígios de gordura, separavam as rotas e encaixotavam as restantes a 100 por caixote. Até partirem para o seu destino, as conservas guardavam-se em barracões térreos junto às fábricas.

Em cada fábrica (excepto em algumas das mais pequenas) existiam várias oficinas e cada oficina era dirigida por um *encarregado* ou *mestre*. Nas oficinas de mulheres havia às vezes uma *mestra*. O patrão ou o gerente (normalmente o patrão) decidiam o que produzir e em que quantidades. Os *encarregados* organizavam e fiscalizavam a produção.

Na indústria de conservas ocupavam-se quatro categorias de operários: os *soldadores*, os *trabalhadores* ou *moços*, os *rapazes* e as *mulheres*. Até 1913, os únicos operários especializados, os *soldadores*, encarregavam-se apenas da soldagem, *em vazio* (fabrico da lata) ou *em cheio*. Mas em 1913 reivindicaram também para si a tarefa de pôr etiquetas, rótulos, e chaves, que antes cabia aos *trabalhadores*¹³. Os *trabalhadores* ou *moços* traziam a *folha-de-flandres* do armazém para a oficina, ajudavam os *soldadores*, tratavam, conforme os casos, da *cozedura* ou da *fritura* e eram responsáveis pela *esterilização*. Os *rapazes*, quase sempre muito poucos, pertenciam, de acordo com as suas funções, a dois grupos diferentes: a maioria preparava a *folha-de-flandres* para a confecção da lata e limpava as latas prontas; os outros assistiam os *soldadores*, sobretudo na *obra de vazio* e movendo a *ventoinha*. Por fim, as *mulheres* *escorchavam* e *salmonavam*, lavavam o peixe e faziam o *engrelhamento*, descabeçavam e enlatavam, tiravam os restos de óleo às latas cheias e esterilizadas e encaixotavam-nas.

Soldadores, *moços*, *rapazes* e *mulheres* constituíam o pessoal básico da indústria. Porém, os fabricantes recorriam ainda, a título eventual, a carregadores, carroceiros, latoeiros, carpinteiros e ferreiros, para serviços de manutenção ou transporte.

Das quatro categorias de conserveiros, só os *soldadores* (e mesmo assim imperfeitamente) e alguns (raros) *moços* gozavam de um estatuto próximo do de trabalhador permanente. O resto dos *moços*, as *mulheres* e os *rapazes* formavam uma massa flutuante de trabalhadores temporários e adventícios.

Das quatro categorias de operários conserveiros, os *soldadores* eram os únicos «qualificados». O seu trabalho consistia ou no fabrico de latas destinadas a receber o peixe, «soldar em vazio», ou, quando estas já tinham peixe dentro, na soldagem do fundo, «soldar em cheio». No trabalho «em vazio» recebiam as partes da lata, mecanicamente cortadas e estampadas com a imagem e os dizeres da marca, e uniam-nas, deixando de fora apenas o fundo. No trabalho «em cheio» colocavam e fechavam

¹³ O Trabalho de 15 de Janeiro de 1913.

o fundo. A primeira operação exigia precauções extraordinárias, porque, se a lata não ficava bem estanque, «lata rota», o responsável pagava uma multa. Tanto no «cheio» como no «vazio», as dificuldades cresciam com a pequenez da lata. No «vazio», porque o ajustamento das peças se tornava naturalmente mais precário. No «cheio», porque nos formatos reduzidos se punha e arrumava pior o pior peixe — e os riscos de o azeite transbordar na soldagem final aumentavam.

Enquanto os outros operários conserveiros, fossem eles «rapazes», «trabalhadores» ou «mulheres», tinham funções vastas e variáveis com a fábrica e a ocasião, os soldadores só soldavam: ou seja, a sua tarefa estava perfeitamente demarcada. De tal maneira que o Pacto de 1897 e o «contrato» colectivo de 1908 incluíam uma cláusula em que eles expressamente aceitavam ocupar-se da «conservação e limpeza» do seu «lugar na oficina», «em cima e debaixo da mesa»¹⁴. Também no *Inquérito de 1909* se acentuavam com rigor (em itálico no texto) os rígidos limites das suas atribuições. E, se os patrões as infringiam, desencadeavam automaticamente conflitos de alguma gravidade. Em 1903, por exemplo, os soldadores de uma pequena empresa recusaram-se a transportar a obra acabada «para um sótão muito alto e afastado», «alegando que não eram moços de fretes»¹⁵.

As ferramentas dos soldadores pertenciam-lhes: em 1904, o «ferro de soldar» (que funcionava a gás da Companhia ou, em casos raros, a gás dito «pobre» nelas produzido), as «borrachas», o «cachimbo», ou «ocarina», e as «limas»¹⁶. A esmagadora maioria das empresas nem sequer davam os aventais de lona que protegiam de possíveis pingos de solda, ou as toalhas indispensáveis no trabalho «em cheio», por causa do azeite que inevitavelmente escorria para as mãos. A «casa» limitava-se a fornecer a solda e a «mesa de soldar», com o seu torniquete, as suas condutas de gás e oxigénio e a ventoinha, accionada manualmente e que conservava o depósito de oxigénio a uma temperatura de segurança. Pelo contrato colectivo de 1907, que aqui decerto consagrava uma prática enraizada, os soldadores comprometiam-se, contudo, a «restituir em bom estado ao industrial os utensílios e matérias-primas que lhes fossem confiados», responsabilizando-se taxativamente pelo «emprego abusivo» deles, sua «destruição» ou «deterioração», excepto, evidentemente, aquela «devida ao uso normal»¹⁷.

Até ao princípio do século, cada soldador dispunha de um ajudante, «rapaz» ou «moço», que ele próprio pagava (à volta de 120 réis por dia)¹⁸. Entre vários serviços menos importantes, os «moços» tratavam da ventoinha e levavam as latas prontas da oficina para o armazém ou qualquer outro local de armazenagem¹⁹. Mas, quando a posição reivindicativa dos soldadores se fortaleceu, a partir de 1897, estes descobriram de repente que os «moços» «nenhum» auxílio lhes «prestavam»²⁰. Resolveram, portanto, desembaraçar-se do «encargo» e, apesar da persistente oposição,

¹⁴ *O Distrito* de 30 de Maio de 1897.

¹⁵ *O Trabalho* de 11 de Outubro de 1903.

¹⁶ Duas fábricas francesas distribuíram toda a ferramenta, menos as limas.

¹⁷ *O Trabalho* de 11 de Agosto de 1907; *O Germinal* de 5 de Maio de 1908.

¹⁸ *O Distrito* de 26 de Março de 1899.

¹⁹ *Ibid.*, de 6 de Junho de 1897.

²⁰ *A Folha de Setúbal* de 30 de Setembro de 1900.

conseguiram passá-los aos patrões²¹. A luta, no entanto, foi longa. Iniciada em 1899, ainda em Dezembro de 1904 *O Germinal* anunciava que os soldados da fábrica Câncio haviam imposto a dispensa dos ajudantes pela greve ou ameaça dela e acrescentava: «[...] é caso para os felicitar.»²²

Ao contrário dos restantes operários conserveiros, os soldados precisavam, para acederem à profissão, de um período de aprendizagem, que, em geral, se dividia em duas fases: uma fase de mera instrução e uma longa fase de prática. Durante a instrução, que durava cerca de dois meses, os aprendizes nada recebiam. Contudo, mesmo depois, por mais um, dois ou três anos (conforme a empresa) ganhavam só um pequeno salário (até 1909-10, quase sempre «à jorna»), normalmente um quarto ou um quinto do dos oficiais²³. Como é evidente, os patrões exploravam este trabalho barato e frequentemente já tão «sólido e perfeito» quanto era de desejar²⁴. Desde logo, obrigavam os aprendizes a horários de excepção: em 1904, *O Elmano* falava de uma fábrica em que o dia era de treze horas, com uma hora para o almoço e uma para o jantar²⁵. Sobre isso, se os deixavam, os industriais costumavam também empregar uma quantidade de aprendizes muito maior do que justificaria uma eventual expansão da produção ou explicava a necessidade de renovar a mão-de-obra: a «casa» Firmin Julien chegou a contar 28 em aproximadamente 100 operários. Por fim, acontecia muitas vezes que, no momento de fazer os aprendizes oficiais, os patrões os despediam, contratando outros, com quem repetiam a manobra. A perspectiva ou promessa de promoção servia principalmente de «engodo» para incitar os aprendizes a ritmos de trabalho intensos²⁶. Em última análise, no entanto, nada a garantia, a não ser o interesse dos empresários em expandirem artificialmente o número de soldados e, assim, como se dizia, «arruinarem a arte»²⁷ ou «a classe»²⁸.

V

Os soldados de Setúbal aprenderam a sua «arte» com soldados franceses, importados de Nantes por industriais que a falta de sardinha atraía a tão distantes paragens. Ainda em 1891 chegaram 50 trazidos pela Societé Métallurgique para fabricar lata vazia²⁹. Muitas centenas vieram decerto antes³⁰. Os testemunhos são unânimes em concordar que os soldados portugueses originais se recrutaram sobretudo entre os pescadores. Em 1890, a história de Joaquim da Silva, o *Papatalos*, era provavelmente representativa. Antigo marítimo, o *Papatalos* «dedi-

²¹ *O Distrito* de 26 de Março de 1899.

²² *O Germinal* de 18 de Dezembro de 1904.

²³ *O Trabalho* de 20 de Outubro de 1901; *O Germinal* de 11 de Outubro de 1908.

²⁴ *O Germinal* de 11 de Outubro de 1908.

²⁵ *O Elmano* de 5 de Novembro de 1904; *O Trabalho* de 20 de Outubro de 1901.

²⁶ *O Trabalho* de 27 de Outubro de 1901.

²⁷ *Ibid.*, da mesma data.

²⁸ *Ibid.*, de 16 de Maio de 1909.

²⁹ *O Distrito* de 22 de Março de 1891.

³⁰ Em 1890 residiam em Setúbal 391 estrangeiros; em 1900, 287; em 1911, 316.

cava-se» há seis anos à solda. Não abandonara, contudo, «a sua primitiva profissão». Quando não havia trabalho em terra e «o mar lhe podia ser valedor», «lá corria»³¹. Três anos depois, um articulista anónimo d'*O Distrito* dava a «maior parte dos soldados» como «filhos de pescadores»³². E, em 1901, a Associação dos Marítimos, numa exposição ao Governo, repetia que as famílias dos soldados estavam «mais ou menos ligadas por laços de parentesco [...] à população piscatória»³³. No entanto, embora este fosse o núcleo essencial, existiam também, na «classe», trabalhadores das salinas e da indústria corticeira, cujas notórias dificuldades no fim do século muitos «braços» trouxeram às apetecidas «mesas de soldar»³⁴. Para não falar em trabalhadores agrícolas e camponeses pobres, de dentro e fora do concelho, a que o ritmo sazonal das «conservas» sem dúvida convinha: mas esses, coitados, raramente subiam, ou sequer aspiravam a subir, à exaltada qualidade de soldados³⁵. Por último, encontram-se a cada passo referências a emigrantes internos procedentes de Lisboa, fíhavo, Algarve, Matosinhos, Leixões e até Lamego. Com poucas excepções, não saíam de freguesias rurais. Ao *Inquérito às Associações de Classe de 1909*, quase todos os soldados interrogados se declararam naturais de «centros fabris»³⁶. É que não se adquiria com facilidade a disciplina do trabalho industrial. E os patrões sabiam-no.

Mas, embora, no princípio da indústria, os soldados fossem, como era inevitável, originários de áreas e profissões diferentes, não tardaram a «fechar-se» e a auto-reproduzir-se. Se, em 1893, perante uma crise de desemprego, *O Distrito* podia ainda aconselhá-los — como única «solução prática» — a «voltar ao seu antigo modo de vida»³⁷ e um mês depois garantia com satisfação que eles se haviam, por iniciativa própria, «dispersado pelas terras da sua naturalidade»³⁸, dez ou quinze anos mais tarde estes expeditos remédios já não existiam. A meio da primeira década do século, e exceptuando um pequeno número de emigrantes sazonais, os soldados tinham-se tornado um grupo estável, que nunca conhecera outro ofício, nem imaginava para si outro destino. Guardava, de resto, zelosamente o acesso à classe e o ferro de soldar, como costumava acontecer, tendeu também a transmitir-se de pais para filhos.

Os soldados ganhavam substancialmente mais do que qualquer outro operário nas «conservas» ou fora delas e passavam, portanto, por um grupo de privilegiados. A imagem que as fontes nos dão deles é invariavelmente a do «novo-rico», do pobre de pedir a quem, por milagre, uma imensa «fortuna» caiu do céu e que não sabe nem merecê-la, nem administrá-la. Vemo-lo, assim, em 1893, quando a indústria estava ainda na sua «pujança», «cheia de promettimentos e encantos», «saindo da miséria para na miséria viver, é verdade», mas recebendo «numa semana»

³¹ *O Distrito* de 29 de Maio de 1890.

³² *Ibid.*, de 26 de Novembro de 1893.

³³ *O Trabalho* de 17 de Novembro de 1901.

³⁴ Entrevista com o ex-soldador Carlos Gomes, conduzida por Margarida Pereira de Moura, em 9 de Fevereiro de 1977.

³⁵ *Inquérito às Associações de Classe de 1909*.

³⁶ *Ibid.*

³⁷ *O Distrito* de 5 de Novembro de 1893.

³⁸ *Ibid.*, de 10 de Dezembro de 1893.

o salário de «um mês»³⁹. Vemo-lo também por essa altura, pelos olhos da irritação pequeno-burguesa, como um «menino que, no seu antigo ofício, ganhava apenas para andar com os dedos fora dos sapatos, ou sem sapatos», ganhando já «para trabalhar só alguns dias por semana» e «andando bem vestido, trazendo bom relógio» e presenteando-se regularmente com «gordas pândegas»⁴⁰. Ainda hoje esta imagem persiste na memória colectiva. Um ex-soldador descreveu em 1977 os seus velhos camaradas como ostentando sempre «muitas notas»: «[...] por exemplo, quando um operário entrava numa taberna e mostrava um maço de notas, os outros diziam logo que ele era soldador.»⁴¹ A esta figura do «novo-rico» juntava-se quase obrigatoriamente a figura romântica do príndigo, do «esbanjador por essência», que, sentindo-se destinado a uma morte prematura⁴², não pensava na segurança ou no futuro e desperdiçava o dinheiro em «gastos supérfluos»⁴³. Mas reconhecia-se geralmente o lado positivo desse desprendimento financeiro: a generosidade. Além dos seus inúmeros defeitos, das «suas levandades e tolas pretensões», os soldadores tinham igualmente «muito boas qualidades»: a sua «bolsa [...] nunca se fechava para socorrer os necessitados, quer fossem filhos da classe, quer fossem estranhos»⁴⁴. Trata-se aqui, como é evidente, de um retrato ideológico. No entanto, ele não deve ser liminar e inteiramente descontado. Por comparação, os soldadores gozavam de facto de uma situação de privilégio. Eles próprios, aliás, o admitiam. Em Novembro de 1901, representando junto do Governo sobre a introdução de máquinas de soldar, declaravam-se «relativamente felizes»⁴⁵ e afirmavam «desfrutar uma mediania tranquila»⁴⁶.

Mas em que condições reais ganhavam estes «aristocratas» «as suas invejadas férias»?⁴⁷. «O trabalho do soldador», dizia o insuspeito *O Distrito*, «é muito prejudicial ao organismo» e «valioso» pelo «sacrifício», «não pela arte»⁴⁸. E um médico local, com louvável magnanimidade, concedia «não haver dúvida» de que se tratava de um trabalho «penoso»⁴⁹. Penoso, em primeiro lugar, porque o «operário» estava permanentemente «inclinado sobre o ferro quente», respirando «de contínuo ar viciado», ou seja, óxido de carbono⁵⁰. Além disso, a má qualidade do gás que a Companhia fornecia às fábricas piorava a situação. Não existe maneira de descobrir hoje a sua composição e toxicidade. Uma testemunha fidedigna diz-nos, porém, que ele «exalava um péssimo cheiro» e infligia «grave prejuízo» aos soldadores⁵¹, tanto mais que, «por causa do vento», estes não

³⁹ *O Distrito* de 26 de Novembro de 1893.

⁴⁰ *Ibid.*, de 19 de Novembro de 1893.

⁴¹ Entrevista com o ex-soldador Carlos Gomes, conduzida por Margarida Pereira de Moura, em 9 de Fevereiro de 1977.

⁴² *O Distrito* de 26 de Novembro de 1893. A vida média do soldador era, na verdade, muito curta.

⁴³ *Ibid.*, de 3 de Setembro de 1893.

⁴⁴ *Ibid.*, de 26 de Novembro de 1893.

⁴⁵ *Ibid.*, de 10 de Novembro de 1901.

⁴⁶ *O Trabalho* de 17 de Novembro de 1901.

⁴⁷ *A Greve* de 23 de Maio de 1908.

⁴⁸ *O Distrito* de 24 de Outubro de 1897.

⁴⁹ *Ibid.*, de 3 de Setembro de 1893.

⁵⁰ *Ibid.*, de 24 de Outubro de 1897.

⁵¹ *O Trabalho* de 11 de Maio e 30 de Novembro de 1902 e de 13 de Janeiro de 1907; *O Germinal* de 9 de Fevereiro de 1908.

raramente trabalhavam de «janela fechada»⁵². No Verão, em geral a época de grande actividade, essa janela fechada, o calor natural e o calor da solda faziam das fábricas, sobretudo daquelas cobertas por «chapa de ferro ondulado», «verdadeiras estufas»⁵³. A mesma janela fechada e os serões frequentes obrigavam também ao uso constante de luz artificial, que, reflectindo-se na lata, era duplamente nociva⁵⁴. E, por último, como se o resto não bastasse, os soldadores sofriam todos os dias «traumatismos, golpes [...] escoriações e picadas com espinhas» (que «de ordinário» infectavam), pelo contacto com a lata e o peixe⁵⁵. Dos vários peixes, o chicharro provocava os maiores estragos, chegando até a incapacitar os operários menos endurecidos ou menos hábeis⁵⁶.

Isto quanto às características físicas do trabalho dos soldadores. Não quanto ao seu ritmo. Repita-se, no entanto, que as «conservas» eram uma indústria sazonal e que os soldadores eram empreiteiros. Assim, passavam parte do ano submetidos a dias de 11, 12 e 13 horas, com sucessivos serões e madrugadas e, até 1905-7, sem sequer o domingo feriado⁵⁷. Por este regime ser «essencialmente pauperizador» e «acarretar» um grave «desequilíbrio de forças», não por «dogmatismo religioso», jurava *O Distrito*, pediram desde cedo os soldadores moderação nas horas «extraordinárias» e descanso semanal⁵⁸. Mas, porque enfrentavam dificuldades estruturais, a luta foi difícil e nunca inteiramente vitoriosa.

Há, assim, ao lado do «novo-rico» e do pródigo generoso, outra imagem do soldador. Em 1893, um curioso que desse «um passeio até ao bairro de Troino» veria, entre eles, muitos «rostos famintos», muitos «tipos andrajosos», muita «mão calejada pelo rabo do chicharro», com uma só «súplica pendente dos lábios: — Um pão para matar a fome aos filhos»⁵⁹. Aos filhos e a si mesmos, porque, quando não havia nem peixe, nem «lata vazia», passavam muitas «necessidades» e «entravam num perdimento gradual das forças»⁶⁰. De resto, da irregularidade da alimentação, do calor das oficinas e dos gases tóxicos que respiravam resultava a sua primeira doença profissional, a tuberculose pulmonar. Por causa dela, como escrevia *O Distrito*, os soldadores forneciam um «desproporcional contingente [...] para o movimento obituário»⁶¹; de 1892 a 1897, existindo cerca de 600, morreram 37 «tísicos»⁶²; apesar disso, cinco anos mais tarde, em 1902, *O Trabalho* notava, embora sem apresentar números, que a situação era cada vez pior. O fenómeno tinha uma tal dimensão que conseguiu chocar as autoridades públicas, por regra saudavelmente insensíveis. Em 1893, o presidente da Câmara declarou-se «impressionado pelo aspecto físico de todos os indivíduos da classe dos soldadores» e com a incidência nela de tantos «falecimentos»⁶³.

⁵² *O Distrito* de 24 de Outubro de 1897.

⁵³ *A Greve* de 23 de Maio de 1908 e de 3 de Junho de 1906.

⁵⁴ *O Distrito* de 24 e 31 de Outubro de 1897.

⁵⁵ *Inquérito* de 1909.

⁵⁶ *A Greve* de 4 de Junho de 1908.

⁵⁷ *O Distrito* de 8 de Abril e 31 de Outubro de 1897.

⁵⁸ *Ibid.*, de 8 de Abril de 1897.

⁵⁹ *Ibid.*, de 26 de Novembro de 1893.

⁶⁰ *Ibid.*, de 31 de Outubro de 1897.

⁶¹ *Ibid.*, de 8 de Abril de 1897.

⁶² *Ibid.*, de 31 de Outubro de 1897.

⁶³ *Ibid.*, de 27 de Agosto de 1893.

E resolveu mandar os médicos municipais investigar o assunto. Os médicos, porém, logo concluíram que a raiz do mal estava, como seria de esperar, nas próprias vítimas que esbanjavam o dinheiro, em vez de «trabalhar menos» e comprarem «vestuário» decente, «agasalho especial» e «alimentação reparadora»⁶⁴. O problema pertencia, portanto, ao domínio da «morigeração do operário», o que os «desobrigava» moralmente a eles, mas não à Associação dos Soldadores, um autêntico «grupo de anarquistas», sem noção dos seus «fins legítimos» e «verdadeiros interesses»⁶⁵.

Os soldados recebiam à peça, isto é, por cada lata que «juntassem» ou «fechassem». Trabalhavam de «empreitada», não «à jorna» ou «de jornal». Esta regra, porém, admitia significativas excepções. Os soldados exigiam pagamento à hora em determinadas tarefas: quando consertavam «lata rota»; quando a folha-de-flandres estava enferrujada; ou quando — o que sucedia raramente — as latas continham calda de tomate⁶⁶. *Numa palavra, quando a produtividade do trabalho era baixa:* «Em 23 de Junho de 1897, os soldados da fábrica Julien declararam-se em greve por o industrial não querer atender ao mau estado do trabalho, resultando os operários trabalharem muito, com muita responsabilidade e pouco ganharem. [A] greve durou apenas 6 horas, porque a casa estava cheia de peixe, satisfazendo o industrial todas [...] reclamações, que [eram] o trabalho ser feito a jornal e a 100 réis à hora.»⁶⁷ O Pacto de 1897 reconhece implicitamente este princípio de que à baixa produtividade corresponde o «jornal». «A lata rota», diz ele, «será reparada por conta da casa na razão de 100 réis por cada hora de trabalho.»⁶⁸ E o regulamento do «contrato» colectivo de 1907 vai ainda mais longe, estabelecendo que, «sempre que o trabalho de empreitada se encontre fora das condições normais e o operário não o possa executar, por se julgar lesado nos seus interesses, será feito às horas por conta do industrial»⁶⁹.

Ao contrário do que é clássico e, à primeira vista, poderá supor-se, o estatuto de empreiteiros convinha aos soldados, não aos patrões. Foi conquistado com uma luta de décadas, continuamente posto em causa e gravemente ameaçado assim que a categoria profissional, devido à introdução de máquinas, entrou em relativo declínio. Conhecem-se ofensivas de alguns industriais para introduzir, ou reintroduzir, o «jornal», em 1897, em 1905 e em 1906: uma, pelo menos, com êxito temporário⁷⁰. Mais houve com certeza que não se conhecem. Mas abandonar a «empreitada» constituía uma tal infracção à solidariedade corporativa, que logo o grupo se mobilizava para acabar com «maus precedentes»⁷¹. E invariavelmente acabava. Em 1897, por exemplo, os soldados da fábrica Moinhos concordaram em mudar para o «jornal», trabalharam *um dia* e, na manhã seguinte, vieram contritos informar o empresário de que não continuavam «sem autorização da Associação de Classe»⁷².

⁶⁴ O Distrito de 3 de Setembro de 1893.

⁶⁵ *Ibid.*, da mesma data.

⁶⁶ O *Germinal* de 19 de Março de 1905.

⁶⁷ A Greve de 28 de Março de 1908 (sublinhado meu).

⁶⁸ O Distrito de 30 de Maio de 1897 (sublinhado meu).

⁶⁹ O Trabalho de 11 de Agosto de 1907 (sublinhado meu).

⁷⁰ A Greve de 1 de Abril de 1908; O *Germinal* de 7 de Maio de 1905.

⁷¹ O *Germinal* de 7 de Maio de 1905.

⁷² O Distrito de 29 de Agosto de 1897 (sublinhado meu).

Existiam, contudo, situações anômalas. Desde logo, um reduzido número de fábricas resistiu quanto pôde à empreitada. Em 1906, na última delas, a firma Firmin Julien, «uns tantos indivíduos» (isto é, nem todos os soldados) recebiam ainda à «jorna», uma «jorna», aliás, «muito inferior ao trabalho produzido, chegando às vezes um cento de certos formatos de lata a sair por metade do preço» que custava às empresas que pagavam de empreitada. E foi precisa uma greve de 5 dias para pôr termo a esta «desigualdade»⁷³, que prejudicava os restantes patrões e assalariados. Mas, além disso, uma vez uniformizadas, por uns anos, as condições gerais na indústria, restaram sempre uns tantos casos especiais, «há muito estabelecidos, para um ou outro oficial de cada fábrica», e que os próprios soldados «respeitavam»⁷⁴. Tratava-se possivelmente de operários velhos que por força perderiam com o regime «à peça».

Em Junho de 1910, porém, dois factores encorajaram os donos das fábricas a uma nova contra-ofensiva a favor do «jornal». Em primeiro lugar, atravessava-se uma «terrível crise» de «escassez de sardinha», que, como é óbvio, provocava grande desemprego⁷⁵. Em segundo lugar, a Associação de Classe dos Soldadores encontrava-se num período de fraqueza e desorientação. Segundo *O Trabalho*, a direcção em funções «carecia por completo de [autoridade] moral» e os operários «consideravam-na puro verbo de encher»⁷⁶. Nestas circunstâncias, cerca de quinze empresas resolveram decretar o sistema de «jornal», não só para aprendizes (o que era costume), mas também para oficiais⁷⁷, o que já «atingia certa gravidade»⁷⁸. Hesitantemente, os soldados tentaram reagir. A direcção da Associação de Classe enviou uma circular aos industriais em que lhes solicitava «que o trabalho de jornal fosse distribuído com a devida equidade apenas em reparações», conforme «há muitos anos por mútuo acordo se achava estabelecido». Feito isto, no entanto, a direcção não se mostrou disposta a prosseguir⁷⁹. Convocou-se então, pelo conselho fiscal, uma assembleia geral para a ultrapassar e nessa assembleia nomeou-se uma comissão *ad hoc* para «tratar do assunto»⁸⁰. Os esforços da comissão *ad hoc* deram resultado. Um mês depois, nove patrões tinham recuado, regressando às antigas práticas. Um deles, que era um soldador recentemente promovido, se proclamava republicano e baptizara a sua fábrica de Liberdade, teve de ser submetido pela greve⁸¹. Sobraram, assim, à volta de seis intransigentes. Mas a revolução de Outubro de 1910 evaporou essa intransigência. Abordados, em meados de Novembro, pela comissão *ad hoc*, os empresários em causa receberam-na «muito atenciosamente» e «atenderam as reclamações da classe»⁸².

De acordo com Marx, «o salário à peça é a forma de salário mais de harmonia com o modo de produção capitalista»⁸³. Isto por várias

⁷³ *A Greve* de 25 de Novembro de 1906.

⁷⁴ *O Trabalho* de 2 de Junho de 1910.

⁷⁵ *O Germinal* de 12 de Junho de 1910.

⁷⁶ *O Trabalho* de 5 de Junho de 1910.

⁷⁷ *Ibid.*, de 3 de Julho de 1910; *O Germinal* de 10 de Julho de 1910; *O Trabalho* de 20 de Novembro de 1910.

⁷⁸ *Ibid.*, de 5 de Junho de 1910.

⁷⁹ *Ibid.*, de 2 de Junho de 1910.

⁸⁰ *Ibid.*, de 5 de Junho de 1910.

⁸¹ *Ibid.*, de 3 de Julho de 1910.

⁸² *Ibid.*, de 20 de Novembro de 1910.

⁸³ K. Marx, *O Capital*, liv. I, t. VI, cap. XXI.

razões. Para começar, o salário à peça, como o salário à hora, permite ao capitalista «extorquir ao operário um determinado *quantum* de sobretrabalho sem lhe conceder o tempo de trabalho necessário à sua manutenção»⁸⁴. Depois permite-lhe também «destruir toda a regularidade de ocupação e fazer alternar arbitrariamente, segundo a sua comodidade e os seus interesses de momento, um enorme excesso de trabalho com um desemprego parcial ou total». Por fim, possibilita-lhe, «sob o pretexto de pagar o *preço normal do trabalho*, prolongar desmedidamente o dia sem dar ao trabalhador a menor compensação»⁸⁵. Ora, se se pode discordar da ideia de que o salário à peça constitui o tipo de salário privilegiado do «modo de produção capitalista», é preciso reconhecer que ele se adequava particularmente bem às condições primitivas vigentes na indústria conserveira de Setúbal entre 1880 e 1913. Tratava-se, com efeito, de uma indústria sazonal, que, sobre ter, em anos normais, longas épocas mortas e épocas relativamente curtas de actividade intensa, sofria com frequência crises de muitos e muitos meses provocadas pela falta ou escassez de peixe. O pagamento (e contratação) «a jornal» não deixaria de dificultar o despedimento brusco de milhares de homens. Tornaria impossível a sua semiutilização: para, por exemplo, «fechar» em meia dúzia de horas uma pequena quantidade de sardinha antes de ela se deteriorar. E, provavelmente, impediria a sua mobilização em períodos de «ponta»: como é lógico, nessas alturas, os soldadores tenderiam a «poupar» trabalho, mesmo a risco do apodrecimento do peixe, ou, pelo menos, não teriam, ao contrário do que acontecia aos patrões, interesse próprio em aproveitar ao máximo uma eventual (e temporária) abundância de pescado. Como nesses momentos existia pleno emprego, a quantidade de conserva produzida deixá-los-ia indiferentes. Mas, mais importante ainda, era essencial que, na consciência dos operários, a existência de «obra» e o seu «direito ao trabalho» estivessem firme e *praticamente* ligados, como os ligava o salário à peça. Por outras palavras, era essencial que a relação económica primária se estabelecesse, ou, melhor, parecesse estabelecer-se, *entre o soldador e o produto, e não entre o soldador e a empresa*. Porque, se assim fosse, cabia à natureza (na instância, ao mar) «dar» e «tirar» trabalho, *e não directamente ao patrão*. A natureza, como a fatalidade, aceita-se. Ao patrão, porém, resiste-se. O salário à peça, escondendo um antagonismo estrutural (operário-capitalista), evitou com certeza muitos conflitos e, sem ele, a Associação de Classe haveria talvez conseguido impor a manutenção nas fábricas, durante as fases «fracas», de um número de soldadores excessivamente alto para as conveniências e, algumas vezes até, para a capacidade financeira dos industriais.

O salário à peça convinha ainda aos capitalistas por várias outras razões. Em primeiro lugar, como sublinhou Marx, permitia «controlar» a «qualidade do trabalho» pelo «próprio produto», servindo de «fonte inesgotável de pretextos para proceder a descontos na fêria do operário e privá-lo do que lhe [cabia]»⁸⁶. Nomeadamente, e para falar apenas no caso particular de Setúbal, o salário à peça permitia ao industrial transferir para os soldadores os prejuízos resultantes da má qualidade dos

⁸⁴ K. Marx, *O Capital*, liv. I, t. VI, cap. XX.

⁸⁵ Id., *ibid.*, liv. I, t. VI, cap. XX.

⁸⁶ Id., *ibid.*, liv. I, t. VI, cap. XXI.

factores de produção (matérias-primas, energia, etc.). É verdade que, em 1907, e só em 1907⁸⁷, o «contrato» colectivo prescreveu, como já se disse, o pagamento à hora «sempre que o trabalho de empreitada se encontrasse fora das condições normais»⁸⁸. Acontece, porém, que a questão de saber em que precisamente consistiam as referidas «condições normais» não era susceptível de ser decidida por critérios «objectivos» e não era, portanto, também pacífica. Abundavam, assim, as oportunidades de fraude por parte dos patrões. A fraude tinha duas faces distintas. Para começar, as deficiências dos factores de produção aumentavam o risco de «lata rota», pela qual os operários pagavam multas pesadas. Depois baixavam a produtividade, o que não afectava o capitalista (que podia contratar os «braços» que quisesse), mas prejudicava os soldados, que despendiam muito mais trabalho pelo mesmo preço. As multas, pela sua importância, serão discutidas em secção especial; trataremos agora do problema da produtividade.

O «rendimento» do trabalho diminuía por quatro motivos principais: quando a solda não tinha suficiente solidez; quando não «ligava»; quando a lata estava velha ou ferrugenta; e quando o gás era fraco. As queixas a respeito da solda não cessam desde o princípio da década de 1890 e nunca variam de teor: o capitalista dá solda que «rompe» e pretende que ela é boa. Em 1900, o encarregado da casa Piteira considera uma «provocação» um protesto sobre o assunto⁸⁹; em 1901, os operários da fábrica Aurora pedem que a Associação de Classe «intervenha» num caso semelhante⁹⁰; em 1902, uma comissão *ad hoc* exige «providências» do industrial Sérégé⁹¹; em 1913, sendo os costumes menos brandos, os soldados de uma empresa inidentificada declaram-se em greve para obrigar o patrão a fornecer-lhes solda adequada⁹². Isto quanto à pura qualidade do material. Mas também, se se usava vinagre no tempero das conservas, por melhor que a solda fosse, não «ligava» e, para os operários, o resultado final não fazia nenhuma diferença. Em 1897, por exemplo, o «pessoal» da fábrica Firmin Julien reclamou violentamente contra essa prática⁹³.

No entanto, não se resumiam à solda os conflitos. A «lata» (folha-de-flandres) — que, por causa do interesse dos patrões em «acumular» trabalho e das dificuldades da sua conservação no ar do mar, estava frequentemente velha ou enferrujada — provocou igualmente constantes tentativas de exploração. Aqui, de novo, os capitalistas por norma se negavam a reconhecer nela qualquer deterioração e os soldados se esforçavam por impor a opinião contrária. Alguns incidentes, a título ilustrativo. Em 1897, perante «lata velha e cheia de ferrugem», «a Mr. Julien não lhe pareceu que tal sucedesse»⁹⁴. Em 1901 houve uma greve na casa Delory, porque o gerente respondeu à reivindicação de «um pataco

⁸⁷ O Pacto de 1897 estabelecia unicamente que os soldados não se achavam obrigados a «reparar» a «lata rota» «devida à má preparação do trabalho» (*O Distrito* de 30 de Maio de 1897).

⁸⁸ *O Trabalho* de 11 de Agosto de 1907.

⁸⁹ *Ibid.*, de 30 de Dezembro de 1900.

⁹⁰ *Ibid.*, de 10 de Fevereiro de 1901.

⁹¹ *Ibid.*, de 25 de Maio de 1902.

⁹² *Ibid.*, de 9 de Novembro de 1913.

⁹³ *O Distrito* de 25 de Julho de 1897.

⁹⁴ *Ibid.*, de 1 de Agosto de 1897.

[a mais]⁹⁵ em cada cento de lata vinda do Algarve ferrugenta», com «desconsiderações» e «ameaças de rua»⁹⁶. Em 1904, a Associação de Classe viu-se forçada a extrair de um industrial renitente o costumeado «pataco» de compensação por «certa lata em estado menos regular»⁹⁷. Em Maio de 1905, os soldados «do Sr. Delpeut» recusaram-se a trabalhar «lata oxidada»⁹⁸. Em 1911, os da fábrica dos «Srs. Bentinhos» insurgiram-se contra «materiais indiscutivelmente ordinários e muito inferiores»⁹⁹. Poder-se-ia continuar. Note-se, contudo, que estas são cinco instâncias em que os operários resistiram. Aquelas incontáveis vezes em que não resistiram não foram registadas. Mas a insistência dos industriais no método prova que ele, além de estar na natureza das coisas, não perdera a eficácia.

Do ponto de vista dos patrões, as vantagens económicas imediatas de pagar «à peça» eram, assim, evidentes. Como o interesse imediato dos soldados residia, evidentemente, em receber «à jorna». Porque nos surgem então invertidas as posições respectivas? Porque o salário «à jorna» daria aos capitalistas a oportunidade de dividir a classe dos soldados, enquanto o salário «à peça» permitia a estes estabelecer e conservar uma sólida solidariedade. Numa indústria de exportação exposta a frequentes crises de mercado; numa indústria que a falta de peixe com frequência paralisava; numa indústria por natureza sazonal — o principal privilégio do trabalhador consistia na estabilidade de emprego. Importava menos ganhar grandes (relativamente) somas nas épocas «de ponta» do que ganhar com regularidade durante o ano inteiro. Se, portanto, os patrões tivessem o poder de decidir a que soldados concederiam emprego permanente, teriam também automaticamente o poder de criar aliados entre os operários e, por implicação, de os separar em dois partidos antagónicos. Quando um soldador «colaborasse», isto é, quando não se inscrevesse na Associação de Classe, quando não respeitasse as ordens de greve, talvez até quando denunciasse e «provocasse», garantiria doze meses de salário sem interrupção. Quando exhibisse tendências sindicalistas, «anarquistas» ou mesmo republicanas, só seria admitido, como último recurso, nos períodos de mais intensa actividade.

Nestas condições, a coesão do grupo profissional exigia uma perfeita igualdade de todos perante o desemprego ou, por outras palavras, exigia a partilha do trabalho existente. Ora, num sistema de pagamento «à jorna», a única partilha concebível estaria numa forma qualquer de rotação dos operários pelas fábricas, processo manifestamente complicado e difícil de implementar, que com certeza suscitaria a resistência dos patrões e a «traição» de muitos soldados. Pelo contrário, o salário «à peça» sugeria e possibilitava uma maneira simples e segura de distribuir o trabalho, distribuindo as «peças».

Na verdade, como notava *O Trabalho* em 1908, desde cedo (cerca de 1890) que «os soldados impediram a despedição do pessoal, preferindo-lhe a redução de trabalho para todos, em caso de crise»¹⁰⁰. O próprio

⁹⁵ Subir o preço da peça era a alternativa, de resto rara, a ganhar à hora.

⁹⁶ *O Trabalho* de 3 de Março de 1901; *O Distrito* de 3 de Março de 1901.

⁹⁷ *Ibid.*, de 10 de Abril de 1904.

⁹⁸ *O Germinal* de 7 e 21 de Maio de 1905.

⁹⁹ *O Trabalho* de 15 de Janeiro de 1911.

¹⁰⁰ *Ibid.*, de 26 de Julho de 1908.

discurso revela a deslocação dos termos do problema. A um capitalista que em 1897 justificara a dispensa de 16 em 28 soldados com o argumento de que «aquele pessoal era demasiado», uma comissão da Associação de Classe respondera que «não era demasiado o pessoal, porque, se, em lugar de os 12 soldados ficarem soldando 500 latas, soldassem apenas 200 ou 250 e todos trabalhassem, e com esse ainda que pouco interesse, não morriam de fome»¹⁰¹. Ou seja, para a Associação de Classe nunca havia excesso de trabalhadores; havia, às vezes, escassez de trabalho.

Como é óbvio, isto representava uma total negação do mundo burguês, constituído por indivíduos, portadores de direitos e mutuamente autónomos. Para os operários, à classe profissional no seu conjunto, e não a cada membro dela por si, conforme à sua sorte ou à sua astúcia, pertencia o trabalho disponível, «pouco ou muito». Todos, afirmava um dirigente da Associação de Classe, «precisavam igualmente de viver», o que excluía que se pusessem alguns à margem «sob pretexto» (*sic*) de que o trabalho não chegava. O trabalho, por definição, «rateava-se»¹⁰²; e o «rateamento» é que era «o mais *natural*» (sublinhado meu).

De meados da década de 1890 ao advento da República, quando deixou de ser seriamente contestado pelos patrões, o «rateamento» foi persistente e vitoriosamente defendido. Por um lado, através de greves contra os donos de fábricas que se recusavam a praticá-lo e da expulsão da Associação de Classe dos Soldadores que nele não participavam¹⁰³. E, indirectamente, através da luta, na aparência absurda, pela manutenção do salário «à peça», em que se fundava o considerável domínio que os soldados organizados tinham conseguido conquistar sobre uma área crucial do mercado de emprego.

Mas, impedidos de dominar directamente a utilização da mão-de-obra, os industriais tentaram outras vias. Das técnicas usadas devem-se destacar três: a administração do fabrico da lata, de modo a prevenir ou a vencer as reivindicações dos operários; a compra de lata vazia já feita; e o alargamento artificial do corpo de soldados através da admissão de grande número de aprendizes «supérfluos».

Como nem sempre se apanhava peixe, ou não se apanhava peixe em quantidades significativas, vários meses por ano não havia «cheio» para soldar. Nessas alturas, os trabalhadores viviam, em princípio, do «vazio», isto é, ocupavam-se a recompor os *stocks* de latas, que permitiam uma mais eficaz exploração das fases em que o pescado era abundante. À primeira vista, esta prática convinha a ambas as partes: patrões e operários. Aos patrões, porque assim aumentavam a produção, preparando e «fechando» o peixe logo que chegava, sem perder tempo com o prévio fabrico das latas; aos operários, porque encurtava os períodos de desemprego, embora, em geral, ganhassem menos com o «vazio». Aconteceu, no entanto, que desde cedo os soldados aprenderam a esperar pelos momentos de maior actividade para apresentarem as suas reivindicações. Com o peixe no cais, que, se eles não comprassem, outros comprariam, ou até na empresa, em riscos de apodrecer, os industriais tendiam a ser sensíveis à ameaça de greve. Era, portanto, essencial aos seus interesses

¹⁰¹ *O Distrito* de 13 de Junho de 1897

¹⁰² *O Trabalho* de 21 de Abril de 1907.

¹⁰³ *O Distrito* de 13 de Junho de 1897; *O Trabalho* de 21 de Dezembro de 1902, de 21 e 28 de Abril de 1907 e de 27 de Novembro de 1910.

reduzir ou anular a vantagem táctica que os soldadores tinham na época «boa».

O objectivo dos patrões consistia, como é óbvio, em tornar os operários tão dependentes como eles próprios do completo aproveitamento do pescado disponível e, conseqüentemente, da rápida execução da «obra de cheio». O que implicava colocá-los, no instante preciso, numa situação de graves carências e premente necessidade de dinheiro. E para isso recorriam à administração «conflitual» do trabalho «em vazio». Existiam dois processos fundamentais de actuação: ou se reservava o fabrico da lata para o último minuto; ou se alternava o «cheio» e o «vazio», em ciclos de grande intensidade, *separados* por intervalos de paralisação relativamente longos.

Se se reservava o fabrico da lata para o último minuto, criava-se antes desemprego e, quando, por fim, se chamavam os soldadores, estes estavam endividados e, às vezes, mesmo com fome, submetendo-se com docilidade às condições que o industrial entendesse impor-lhes. Se se alternava o «cheio» e o «vazio», com intervalos suficientes, obtinha-se um efeito semelhante (ainda que talvez atenuado), sobretudo porque, como se disse, o «vazio» era mais mal pago.

De novo a lógica do conflito soldadores-patrões se sobrepunha à estrita lógica «económica». Os patrões, aparentemente, sacrificavam parte dos seus lucros, não produzindo tanto como produziriam se tivessem sempre *stocks* adequados de lata vazia. Mas compensavam as perdas (ou mais do que isso), diminuindo a capacidade de reivindicação dos soldadores: o que, acima de tudo, lhes importava manter era a relação de forças global. Quanto aos operários, protestavam de quando em quando contra estes métodos «pouco justos»¹⁰⁴, fazendo às vezes greve se os capitalistas só fabricavam o «vazio» à medida que ia sendo necessário, sem constituir «depósitos»¹⁰⁵. Não estavam, no entanto, em posição favorável. Nos períodos «mortos», e no que respeitava ao «vazio», o tempo jogava do outro lado: os patrões podiam esperar, eles é que não.

A segunda técnica que os industriais utilizavam para estabelecer um domínio suficiente sobre o mercado de trabalho e para impor aos operários a sua vontade era a de comprar fora a lata «vazia», em vez de a fabricarem eles próprios.

Isto, que começou por ser um expediente «economicamente» racional dos pequenos empresários (a quem não convinha imobilizar muito dinheiro em *stocks* nos tempos «mortos» e que precisavam de aproveitar a fundo todas as bonanças), tornou-se, nas mãos dos grandes¹⁰⁶, principalmente depois do virar do século, numa arma para garantir um desemprego «artificial» entre os soldadores e assegurar a respectiva docilidade. Claro que, do ponto de vista dos patrões de certa envergadura, adquirir a lata «vazia» a terceiros não demonstrava, na aparência, um especial bom senso «económico», porque lhes sairia mais barato produzi-la. Mas, aqui de novo, os custos da operação recuperavam-se com lucro no poder de negociação que se obtinha e, evidentemente, se usava com bom proveito.

¹⁰⁴ *O Germinal* de 4 de Dezembro de 1904.

¹⁰⁵ *O Trabalho* de 15 de Setembro de 1901; *O Elmano* de 7 e 14 de Julho de 1900; *A Folha de Setúbal* de 8 de Julho de 1900.

¹⁰⁶ Saupiquet, Chancerelle, etc.

Para os soldadores, porém, a prática não podia deixar de ser catástrofica. Em 1907, *O Trabalho* calculava as perdas, por cabeça e por mês, num mínimo de 3\$000 réis, ou seja, em cerca de 10 % do salário líquido¹⁰⁷. Repare-se, no entanto, que *O Trabalho* se referia a perdas médias: para os operários a cada momento atingidos, a compra externa do «vazio» devia significar frequentemente a fome pura e simples.

Como é natural, os soldadores defenderam-se com tenacidade deste ataque dos capitalistas. Por dois processos fundamentais. Em primeiro lugar, recusando-se a «fechar» em «cheio» a lata que não tivessem eles mesmo fabricado¹⁰⁸. Em segundo lugar, se por acaso se dispunham a fechá-la¹⁰⁹, exigindo uma remuneração adicional de 40 réis por cento¹¹⁰. E, com algumas greves e *lock-outs*, a luta durou, intermitentemente, até 1913. Em 1907, contudo, a posição dos operários foi fortalecida, porque conseguiram incluir no «contrato» (ou «regulamento») uma cláusula (o artigo 3) pela qual os patrões se obrigavam a fazer «sempre» a lata «vazia» nas «respectivas fábricas», excepto em circunstâncias «extraordinárias e urgentes, reconhecidas pelo tribunal de árbitros avindores»¹¹¹. Dali em diante, embora a norma nem sempre se cumprisse, ou precisasse que os soldadores a reafirmassem pela greve, continuou a valer como padrão ideal e o comportamento efectivo dos industriais tendeu a conformar-se com ela. Como sucedeu noutras áreas (em relação às multas, por exemplo), revelou-se mais difícil retirar um direito já conquistado pelos trabalhadores do que resistir a concedê-lo.

Por último, fora a administração conflitual do fabrico de «vazio» e a sua compra externa, a terceira frente de ataque dos patrões na luta contra os soldadores pelo controlo do mercado de emprego era o aprendizado. Expandir artificialmente, para além de todas as necessidades actuais ou potenciais, a força de trabalho no sector (o único no ramo limitado pela sua relativa especialização) aumentava-lhes o poder de negociação (imposição) salarial, ao criar uma vasta e permanente sobreoferta de mão-de-obra, e dava-lhes a capacidade de dividir o inimigo, obrigado a competir entre si por lugar nas fábricas até ao extremo de meter «empenhos».

É preciso dizer desde já que, neste capítulo essencial, os patrões dominaram sempre. Passado o período de instalação e «arranque» da indústria, logo os soldadores começaram a protestar contra o sistemático recrutamento de aprendizes, quando nenhuma expansão da produção o justificava, ou mesmo quando situações de crise patentemente o desaconselhavam¹¹². Mas em Maio de 1897 não conseguiram incluir no Pacto qualquer cláusula sobre a matéria e tiveram de se satisfazer com o «reconhecimento» oral e informal dos capitalistas de que existia um endémico excedente de «braços», em conjunturas de retracção e em conjunturas normais, e com a promessa vaga de que estes tentariam no

¹⁰⁷ *O Trabalho* de 28 de Julho de 1907.

¹⁰⁸ Por exemplo, *O Trabalho* de 10 de Abril de 1904; *O Distrito* de 27 de Novembro de 1904.

¹⁰⁹ Como, de quando em quando, sucedia, se a lata de «fora» se reduzia a tipos raros (a oval, por exemplo) em quantidades razoáveis.

¹¹⁰ *O Trabalho* de 24 de Abril de 1904.

¹¹¹ *Ibid.*, de 11 de Agosto de 1907.

¹¹² Ver, por exemplo, *O Distrito* de 8 e 18 de Abril de 1897.

futuro «regular» o mercado de emprego, só aceitando nas fábricas novíços da sua própria família ou por ela «protegidos».

Como seria de prever, porém, dois anos depois, em Julho de 1899, os soldados entravam em greve¹¹³ e explicavam assim as suas razões ao administrador do concelho, numa representação que *O Distrito* não achava um «documento literário»: «Não é nosso intuito [...] obstar a que se façam aprendizes, mas deveis concordar [...] que nas [presentes] circunstâncias, em que os Srs. Industriais reduzem o trabalho a alguns dias por semana e a maior parte nada dão (*sic*) que fazer pela escassez de peixe, é iníquo, é bárbaro aumentar o pessoal soldador.»¹¹⁴

Nada mudara, portanto. E pior: as greves, fosse qual fosse o seu motivo, serviam invariavelmente de estímulo aos patrões para contratar apenas aprendizes¹¹⁵. Se os operários ganhavam, tratava-se de os punir e enfraquecer, substituindo-os na primeira oportunidade por gente dependente e menos militante. Se não ganhavam, tratava-se de explorar a vitória, usando mão-de-obra barata e promovendo a contínua deterioração das condições de reivindicação da «classe».

Além disso, acontecia que, no conflito sobre o aprendizado, era tacticamente difícil à Associação de Classe dos Soldadores intervir. Em épocas de actividade plena, quando a greve, ou a ameaça dela, tinha eficácia, não havia grandes possibilidades de mobilizar os oficiais, de maneira geral ocupados, para uma acção violenta contra os aprendizes, que, nessas alturas, os não prejudicavam muito sensivelmente. Nas épocas mortas, em que os oficiais estavam desocupados ou ocupados só a meio tempo, e, por conseguinte, o serem preteridos por aprendizes os lesava com óbvia gravidade, os empresários não se impressionavam tanto (embora alguma coisa se impressionassem) com a perspectiva de cessação do trabalho¹¹⁶. Não por coincidência, a quase totalidade dos afrontamentos entre industriais e soldados nesta área particular ocorreu em anos de crise: 1897, 1899, 1900, 1901-2, 1903-4, 1905, 1907-8, 1910. E, como é lógico, tirando dois ou três casos, em que as querelas acabaram num compromisso, os soldados perderam. No sistema de relações sociais de produção vigente, a miséria engendrava fatalmente a miséria.

Para se opor ao peso da ordem estabelecida, o sindicato decidiu, ao dobrar do século, inscrever os aprendizes como seus membros. Pretendia-se, com esse expediente, imprimir uma certa disciplina na matéria, limitar a «deterioração» da «classe» e obter que, a formarem-se novos oficiais ou «habilitados», eles se escolhessem entre os filhos dos antigos, e não, como até ali, ao arbítrio dos patrões e dos mestres¹¹⁷. Mas, para a medida ser eficaz, era preciso obrigar os industriais a usarem apenas

¹¹³ E depois em Agosto e Outubro: *O Distrito* de 25 de Agosto e 15 de Outubro de 1899.

¹¹⁴ *O Distrito* de 30 de Julho de 1899; *O Trabalho* de 2 de Março de 1902.

¹¹⁵ *Ibid.*, de 8 de Abril de 1897; *O Trabalho* de 2 de Maio de 1902.

¹¹⁶ *Ibid.*, de 30 de Julho de 1899; *O Trabalho* de 5 e 20 de Janeiro e 2 de Junho de 1901, de 2 de Fevereiro e 2 de Março de 1902, de 23 de Fevereiro e 13 de Abril de 1902, de 19 de Julho de 1903, de 17, 21 e 26 de Janeiro de 1904, de 24 de Abril de 1907, de 13 de Novembro de 1904 e de 25 de Agosto de 1900; *O Elmano* de 6 e 9 de Maio de 1908; *A Greve* de 8 de Maio de 1908; *O Trabalho* de 25 de Outubro e 15 de Novembro de 1908, de 16 de Maio de 1909 e de 2 de Junho de 1910; *O Germinal* de 12 de Junho de 1910; *O Trabalho* de 20 de Novembro de 1910.

¹¹⁷ *O Trabalho* de 17 de Janeiro e 26 de Junho de 1904.

mão-de-obra com «cartão da Associação de Classe»¹¹⁸. Ora isto, naturalmente, não se conseguiu.

A Associação de Classe bem podia decidir, como em Abril de 1904, que «fosse [...] suspensa toda e qualquer admissão de aprendizes nas fábricas» e reiterar, em Junho seguinte, que ela ficaria condicionada a uma incontroversa «carência de braços»¹¹⁹. Os soldadores bem podiam desencadear, e até ganhar, algumas greves para apoiar a sua política, como em 1904, 1905 e 1908¹²⁰. Entretanto, os capitalistas não abandonavam os velhos hábitos. Em 1904, a empresa Piteira publicava anúncios nos jornais de Lisboa pedindo aprendizes dos 15 aos 30 anos; em 1905, a do Sr. Chancerelle contratava também «aprendizes» de fora; e, em 1907, o Sr. Fragata, da casa do mesmo nome, seguia-lhe as pisadas.

Igualmente em 1907, o «contrato» com que terminou uma das mais longas e desesperadas greves dos soldadores estabeleceu em letra de forma o princípio do total domínio dos capitalistas sobre o mercado do trabalho. O número 3 do seu artigo 11 dizia: «O industrial tem por obrigação admitir pessoal, *conforme a sua vontade*» — um preceito várias vezes invocado com êxito até 1913¹²¹.

Em 1909 já a situação era catastrófica¹²²: sobretudo, como sempre sucedera, nas pequenas fábricas, a maioria propriedade de ex-operários autopromovidos a patrões¹²³. E, em 1910, as coisas tornaram a agravar-se. A sardinha escasseava, a produção diminuiu muito e, portanto, o desemprego aumentou proporcionalmente. Como de costume, os capitalistas não hesitaram em desencadear uma ofensiva global¹²⁴. A Associação de Classe atravessava por essa época uma grave crise de desorganização e impopularidade (devida à atracção que o movimento revolucionário republicano exercia sobre os trabalhadores) e contentou-se em distribuir uma circular pelas empresas em que lhes «solicitava» que não metessem mais aprendizes «sem necessidade»¹²⁵. Seis ou sete firmas anuíram¹²⁶. As condições gerais, porém, não mudaram. O ataque dos industriais continuou, sustido aqui e ali por uma greve vitoriosa de defesa¹²⁷.

Quando a República foi proclamada, os soldadores, aproveitando a «ressurreição» do seu Sindicato, resolveram recorrer ao ministro do Fomento, Brito Camacho, para que ele dificultasse a substituição («agora relativamente desenvolvida»¹²⁸ de oficiais ou «habilitados» por aprendizes, garantindo a execução do Regulamento de 16 de Março de 1893 do Decreto de 14 de Abril de 1891 sobre trabalho de menores¹²⁹. Alegando,

¹¹⁸ *O Trabalho* de 17 de Janeiro de 1904.

¹¹⁹ *Ibid.*, de 26 de Junho de 1904.

¹²⁰ *O Distrito* de 17 de Janeiro de 1904; *O Germinal* de 19 de Fevereiro de 1903.

¹²¹ *O Elmano* de 6 de Maio de 1908; *O Trabalho* de 25 de Outubro de 1908.

¹²² *O Trabalho* de 15 de Novembro de 1908 e de 16 de Maio de 1909.

¹²³ *Ibid.*, de 19 de Julho de 1903; *O Germinal* de 11 de Outubro de 1908; *O Trabalho* de 16 de Maio de 1909.

¹²⁴ Incluindo, por exemplo, um esforço para liquidar o pagamento à peça.

¹²⁵ *O Trabalho* de 2 de Junho de 1910; *O Germinal* de 12 de Junho de 1910.

¹²⁶ *O Germinal* de 10 de Julho de 1910.

¹²⁷ *O Trabalho* de 10 de Julho de 1910.

¹²⁸ *Ibid.*, de 30 de Outubro de 1910; *O Germinal* de 5 de Novembro de 1910. Ver Rui Enes Ulrich, *Legislação Operária Portuguesa (Exposição e Crítica)*, Coimbra, 1906, pp. 43-65.

¹²⁹ *Ibid.*, de 30 de Outubro de 1910; *O Germinal* de 5 de Novembro de 1910. Ver Rui Enes Ulrich, *op. cit.*, pp. 43-65.

numa veemente representação, que esse Regulamento proibia os menores de se ocuparem «na soldadura de caixas de conserva» por causa do «perigo» que constituía a «exalação de gases deletérios», a Associação de Classe oferecia-se para suprir uma «fiscalização [...] ilusória» através de «fiscais operários» nela eleitos ¹³⁰.

Sem surpresa, Camacho não aceitou a proposta. E os cíclicos protestos contra o «ruinoso abuso do aprendizado» ¹³¹ voltaram ano após ano, com crescente amargura, enquanto o advento das máquinas fazia entrar a outrora orgulhosa e invejada «classe» dos soldados numa lenta e terrível agonia.

VI

As multas serviam três fins essenciais: impor e manter uma ordem rígida nas fábricas; controlar a qualidade da mercadoria; e, por fim, intensificar a exploração da mão-de-obra.

Quanto ao primeiro objectivo, embora não exclusivamente, dizia sobretudo respeito aos soldados, porque a sua «socialização» no método, cadência e «colectivismo» do trabalho industrial era, sem dúvida, a mais urgente. No fim da década de 1880 e princípio da de 1890, quando se deu o decisivo «arranque» das conservas e os operários provinham ainda quase todos de outros sectores de actividade (pesca, agricultura, artesanatos tradicionais), os capitalistas serviram-se das multas, com extrema dureza, para os obrigar a perder os hábitos antigos da livre disposição do seu tempo e livre organização da sua produção.

Até 1897, as multas disciplinares «choveram» ¹³². Principalmente, claro está, por chegar tarde: puniam-se, por exemplo, com descontos de 300 réis (uma quantia exorbitante) ¹³³ atrasos de «minutos» ¹³⁴. Mas também por assobiar, por falar alto, por não marcar as latas com o símbolo que identificava pessoalmente cada soldador ¹³⁵.

Como é natural, os trabalhadores sofriam estas regras, sem as compreender. Por que razão prejudicava os patrões que se cantasse ou conversasse nas fábricas? Por que razão se pagava um pequeno atraso e um grande atraso com sete dias de desemprego? Se um homem fazia falta meia hora, não fazia falta uma semana? ¹³⁶ A iniciação ao mundo industrial foi, pelo menos, tão dolorosa em Setúbal como em Manchester ou em Derby. E talvez mais, porque foi mais rápida e exigiu uma mais profunda rejeição da cultura dominante.

Em 1897, porém, já as conservas contavam com uma força de trabalho relativamente «modernizada» e os soldados dispunham de um sindicato. E, assim, por pressão dos operários, o regime de multas mudou. Na verdade, o Pacto assinado nessa altura põe implicitamente de parte as multas por não cumprimento de horário (que substitui por suspensões de duração variável) e concede uma *tolerância trissemanal de quinze minutos*.

¹³⁰ *O Trabalho* de 30 de Outubro de 1910.

¹³¹ *Ibid.*, de 20 de Novembro de 1910.

¹³² *A Greve* de 22 de Março de 1908.

¹³³ Entre metade e um terço do salário semanal de um soldador.

¹³⁴ *O Distrito* de 20 de Agosto de 1899.

¹³⁵ *A Greve* de 22 de Março de 1908.

¹³⁶ *O Distrito* de 20 de Agosto de 1899.

No entanto, continua a inscrever entre os deveres do soldador o de «respeitar os seus patrões e conduzir-se dentro da oficina com seriedade e decência, sem perturbar a [...] ordem», e a proibi-lo «expressamente» de «distrair o [restante] pessoal das diferentes secções»¹³⁷. Sob que penas, não se esclarece. Mas provavelmente não sob penas pecuniárias, que são difíceis de imaginar, existindo, como existia, uma Associação de Classe coesa e militante. E não precisando, além disso, os patrões de estabelecer por coacção externa uma disciplina que com certeza começava a interiorizar-se.

Isto é, aliás, indirectamente confirmado pelo «contrato» de 1907, que torna a abrandar as normas formais que regem o comportamento dos operários. Nele, estes comprometem-se, como não podia deixar de ser, a observar «as conveniências e os bons costumes» e a «abster-se» de quanto os «prejudique» a si próprios, «aos seus companheiros» ou a «terceiros». Mas comprometem-se igualmente a não se ausentar sem licença¹³⁸ (o que constitui uma novidade e significa que se ausentavam mesmo); obtêm o alargamento do período de tolerância de horário para meia hora; e conseguem ainda dispensa automática para comparecer em conjunto em manifestações de carácter público ou particular, em especial se se tratasse do enterro de soldadores¹³⁹.

De multas, excepto por lata rota, não se admite sequer a possibilidade.

Os dois outros fins das multas — controlar a qualidade do produto e intensificar a exploração — não são dissociáveis e foram prosseguidos através de uma única instituição que se manteve ao longo de todo o período em estudo: a multa por lata «rota».

Chamava-se lata «rota» ou «opada» à lata «cheia» que, por deficiências na operação de «fechar», ficava com aberturas pelas quais o azeite escorria e o ar entrava, fazendo apodrecer o peixe. Três coisas a podiam provocar. Primeiro, a escassez ou «fraqueza» da solda (uma liga de chumbo e estanho). Segundo, defeitos da própria folha-de-flandres (geralmente, oxidação). E, por último, a imperícia do soldador.

Observou-se já que o salário à peça permitia aos capitalistas transferir para os operários os custos da baixa produtividade devidos a imperfeições dos factores de produção. Mas permitia-lhes também (ou, pelo menos, facilitava-lhes) obrigá-los a suportar, por meio de multas, o prejuízo dos produtos pela mesma razão inutilizados. Com efeito, qualquer que fosse a causa da lata «rota» (inadequação dos materiais ou erro do soldador), o soldador pagava-a sempre. Concedia-se-lhe apenas um «privilegio» (que, de resto, desapareceu por volta de 1897): o de se lhe «desculparem» 10 latas «rotas», a título de «perdidas», em cada 1000 que «fechava».

O montante das multas foi, do começo dos anos 80 a 1913, invariavelmente muito alto. Antes de 1887, sabemos só que se descontavam aos soldadores 40 réis por qualquer tipo de lata «rota»¹⁴⁰. Ora, como os preços dos tipos mais comuns rondavam à época os 240 réis por 100 latas, isto significava que, se um operário tivesse 6 «rotas» em 100, o industrial conseguia 94 «fechadas» de graça¹⁴¹.

¹³⁷ *O Distrito* de 30 de Maio de 1897.

¹³⁸ Se apresentassem «motivo justificado», os patrões não tinham o direito de a recusar.

¹³⁹ *O Trabalho* de 11 de Agosto de 1907.

¹⁴⁰ *O Distrito* de 30 de Abril de 1891 e de 18 de Abril de 1897.

¹⁴¹ *Ibid.*, de 30 de Abril de 1891.

Desde 1891, data em que se fundou a sua Associação de Classe, que os soldados protestaram contra esta prática brutal. E, finalmente, em Abril de 1897, sentiram-se com força bastante para dirigir uma representação aos patrões, em que se exigia a gradação e redução a metade das multas por lata «rota» e a abolição das restantes ¹⁴². Mas os patrões, como seria de prever, recusaram, argumentando especiosamente que, se a multa de 40 réis representava, de facto, «um pouco mais do que o valor do 1/4 reduzido» (o formato que, por regra, se fabricava), «era contudo exageradamente [pequena] em relação ao valor do 1/4 americano, 1/2 alta e 1/2 baixa» (que constituíam uma parte diminuta da produção) ¹⁴³.

Aos industriais parecia que na violência e «generalidade» das multas estava a melhor «garantia do bom trabalho» ¹⁴⁴. Em 1897, porém, os soldados reagiram e, em mês e meio de dura luta, impuseram algumas das suas condições, a que o Pacto, com que terminou o conflito, deu consagração expressa. A tabela de multas aprovada nessa altura sobreviveu às crises de desorganização e impotência da «classe»; com ligeiras alterações, tornou a ser aceite pelos dois lados no «contrato» de 1907; e permanecia em vigor em 1913. Convém, por isso, conhecer os seus termos exactos ¹⁴⁵:

Não existe hoje maneira de calcular a percentagem do total de multas no salário «bruto» dos soldados. E ainda menos de apurar a respectiva evolução entre a década de 1880 e 1913. Não há, no entanto, dúvida de que era considerável. O volume de multas dependia do interesse dos patrões e estava ao seu arbítrio ou ao arbítrio dos encarregados. O interesse dos patrões levava-os a aumentá-lo em conjunturas de retracção dos mercados ou de falta de peixe, para compensar a insuficiência dos lucros com a intensificação da exploração (e da miséria) dos trabalhadores. Do arbítrio dos encarregados resultava, como dizia a Associação de Classe dos Soldadores em 1897, que estes aplicavam multas com «facilidade» para «adquirirem a confiança dos [...] industriais» ¹⁴⁶.

Não admira, assim, que a carga «penal» pela lata «rota» atingisse frequentemente quantias superiores ao salário. Nessas ocasiões, os trabalhadores não só nada ganhavam, mas também remuneravam o capitalista pelo inefável privilégio de trabalhar. Em 1899, por exemplo, *O Distrito* contava que, anos antes, a salários entre 2\$000 e 2\$500 réis correspondiam às vezes multas entre 4\$000 e 6\$000 réis e que havia soldados «empenhados com o fabricante» em «10, 15 e 20 mil réis» ¹⁴⁷.

Pior ainda: até 1897, uma vez paga pelo operário a lata «rota» por bastante mais do que valia comercialmente, esta continuava propriedade dos patrões. Ora, quase nunca ela ficava completa e definitivamente inaproveitável (isso só sucedia se já fora à esterilização ou «ebulição») e os patrões mandavam-na concertar e faziam-na «marchar» no meio de outras «dentro dos caixotes» ¹⁴⁸. Criou-se, portanto, uma situação, que

¹⁴² Que não há evidência de que tenham imediatamente conseguido. *O Distrito* de 8 de Abril de 1897.

¹⁴³ *O Distrito* de 18 de Abril de 1897.

¹⁴⁴ *Ibid.*, da mesma data.

¹⁴⁵ *Ibid.*, de 30 de Maio de 1897; *O Trabalho* de 11 de Agosto de 1907.

¹⁴⁶ *Ibid.*, de 8 de Abril de 1897.

¹⁴⁷ *Ibid.*, de 20 de Agosto de 1899.

¹⁴⁸ *Ibid.*, de 30 de Abril de 1891.

a Associação de Classe supunha sem «precedentes»¹⁴⁹, em que um caixote de «lata rota» (e, depois, convenientemente «fechada») rendia, primeiro, 4\$000 réis em multas e, a seguir, se vendia por cerca de 2\$500.

A partir da vitória de 1897, porém, os piores aspectos desta espécie de exploração começaram gradualmente a desaparecer. Não apenas, como se sabe, as multas baixaram e se diversificaram, mas também o artigo 6 do Pacto determinou que a lata «encontrada opada (isto é, 'rota') antes da ebulição» fosse «reparada pelo respectivo soldador», *quando se não devesse «à má preparação do trabalho»*¹⁵⁰. Isto significava duas coisas. Por um lado, que o capitalista não continuava a poder dispor da lata «rota» como quisesse. O soldador mantinha sobre ela uns certos direitos: nomeadamente o de a concertar ele próprio, em lugar de, como até ali, os encarregados e os patrões (o que desencorajava a fraude por parte deles); e o de receber pela tarefa mais 100 réis à hora (o que militava no sentido de coibir um número exagerado de multas)¹⁵¹.

E, por outro lado, o artigo 6 implicitamente estabelecia que, se a lata «rota» constituísse um efeito de deficiências dos factores de produção (da «má preparação do trabalho»), e não da imperícia dos operários, não se poderiam aplicar quaisquer multas e o industrial suportaria sozinho os eventuais prejuízos. É claro que a ambiguidade da fórmula («má preparação»), repetida no § único do artigo 8 do «regulamento» (ou «contrato») de 1907 (trabalho «fora das condições normais»)¹⁵² deixava um vasto campo de manobra aos capitalistas e, por isso, em última análise, o regime efectivo de multas¹⁵³ veio a depender da correlação de forças (estrutural e conjuntural) entre estes e os soldadores organizados na Associação de Classe. No entanto, o princípio de que os trabalhadores não tinham de sofrer as consequências da falta de qualidade dos materiais de fabrico ficou assente em 1897. E não foi em vão.

Mas, mais rigoroso ou mais brando, o sistema dava igualmente lugar a um segundo tipo de extorção, que é agora indispensável descrever. Contando que os soldadores podiam não ter dinheiro para todas as multas (o que implicava admitir que acontecia elas excederem os salários), os patrões exigiam a cada operário o depósito de uma caução, destinada a garantir o pronto pagamento da lata «rota». E, nos casos em que o operário não dispunha da soma necessária, descontavam-lhe 10 % por semana na «féria» até perfazer a quantia «legal», que era de 6\$000 réis, segundo o Pacto de 1897, e de 10\$000, segundo o «contrato» de 1907¹⁵⁴. Desta maneira, os trabalhadores financiavam obrigatoriamente a empresa, sem juro, nos termos e modalidades determinadas pelo capitalista.

Em princípio, evidentemente, tratava-se apenas de um empréstimo forçado, porque a caução devia ser restituída por inteiro ao soldador quando ele saía da fábrica, de livre vontade ou despedido. No entanto, por um lado, o Pacto de 1897 (e, presume-se, o «contrato» de 1907) previa que ele recebesse só metade do que entregava «na ocasião» da sua partida e o «saldo» seis meses depois¹⁵⁵. E, por outro, os patrões geral-

¹⁴⁹ *O Distrito* de 8 de Abril de 1897.

¹⁵⁰ *Ibid.*, de 30 de Maio de 1897.

¹⁵¹ Artigo 7.

¹⁵² *O Trabalho* de 11 de Agosto de 1907.

¹⁵³ O regime e, evidentemente, a intensidade.

¹⁵⁴ *O Distrito* de 30 de Maio de 1897; *O Trabalho* de 11 de Agosto de 1907

¹⁵⁵ *Ibid.*, de 30 de Maio de 1897.

mente aplicavam-lhe multas até absorverem o depósito e se colocarem a si próprios em situação de credores (de 10\$000, 15\$000 e mesmo 20\$000 réis, como se disse), ou, pura e simplesmente, declaravam não ter nada a restituir, coisa que nenhum operário estava em condições de contestar. E, assim, o dinheiro da caução quase nunca voltava, total ou parcialmente, às mãos dos trabalhadores.

Em 1907, na altura em que se negociou o «contrato», os industriais resolveram, para justificar esta extraordinária prática, oferecer aos soldados um «privilégio mobiliário» sobre «os objectos e valores» das suas firmas, tentando transformar a questão numa simples troca de garantias por «indenizações, danos e interesses» (*sic*) mútuos. Acontecia, porém, que nem o «privilégio mobiliário» importava em qualquer benefício para os operários, nem efectivamente existia se o «contrato» não fosse (como não foi) reconhecido por decreto, nem os capitalistas (sobretudo, os pequenos) que haviam hipotecado as suas fábricas podiam honestamente concedê-lo. E uma tão vasta acumulação de fraudes, junto com a subida do depósito para 10\$000 (56,6 %) em época de baixa dos salários reais ¹⁵⁶, levou finalmente os trabalhadores à resistência.

Em Fevereiro de 1908 recusaram-se a aceitar o tradicional desconto de 10 % ¹⁵⁷. Em Março entraram em greve e cerca de um terço dos industriais (os maiores) logo se comprometeram a abolir a caução ¹⁵⁸. Em Abril, ao fim de um mês e onze dias de luta, os patrões ainda renitentes fizeram o mesmo, mas conseguindo, em compensação, um corte também de 10 % no preço da lata 1/4 americano, cujo aumento, semanas antes, constituía a solitária conquista «económica» dos soldados desde o ano remoto de 1887, em que lhes tinham diminuído «temporariamente» os salários.

VII

O problema do horário de trabalho causou constantes querelas entre soldados e patrões. O que, em princípio, se não compreende. Porque, por um lado, parece que, ganhando à peça, os soldados teriam interesse em trabalhar o mais tempo possível. E porque, por outro, podendo quase sempre aumentar o número de operários, os patrões não tinham especial necessidade de prolongar a jornada de trabalho.

Mas, na realidade, as coisas passavam-se de maneira diferente. Repita-se uma vez mais que as conservas eram uma indústria sazonal, sujeita às oscilações periódicas da quantidade e qualidade da matéria-prima. O fornecimento irregular de peixe às fábricas determinava a irregularidade da laboração e impedia que se chegasse a um acordo fácil sobre horários. Se, nas alturas de escassez, os industriais não impunham um dia longo e, frequentemente, nem sequer abriam as portas sete dias na semana, nas alturas de abundância, a sua vantagem estava em mobilizar o máximo de «braços» quase sem interrupção e, portanto, em não conceder qualquer descanso» e em obrigar os operários a «serões» e «madrugadas».

¹⁵⁶ *O Germinal* de 2 de Fevereiro e 1 de Março de 1908.

¹⁵⁷ *Ibid.*, de 15 de Março de 1908.

¹⁵⁸ *Ibid.*, de 26 de Abril de 1908.

Acresce que os pequenos empresários não queriam imobilizar capital em lata «vazia» e que os grandes queriam administrar a respectiva produção de modo a manterem os soldados à sua mercê. Assim, nas épocas de actividade intensa nunca havia lata «vazia» suficiente e, por isso, além de «fechar» o «cheio», os patrões precisavam também de confeccionar «vazio», o que tornava *indispensáveis* jornadas de 12, 13 e até 14 horas, meses a fio (normalmente no Verão) ¹⁵⁹.

Ou seja, no trabalho diário «suplementar» exigido aos operários em certos períodos se fundavam: a exploração *ótima* do pescado disponível; a economia de capital em lata «vazia»; e um considerável domínio dos industriais sobre o mercado de emprego. Não se tratava de privilégios de que estes abrissem mansamente a mão. Porém, como é óbvio, aos soldados convinha liquidá-los. Em primeiro lugar, porque o sistema diminuía a sua capacidade de reivindicação. Em segundo lugar, por a alternância de desocupação ou subemprego (com as consequentes privações) e de esforços brutais provocava um desgaste físico mais rápido ¹⁶⁰. Em terceiro lugar, porque os «serões» e as «madrugadas» implicavam que se trabalhasse à luz do gás (muito má), o que era particularmente depauperante ¹⁶¹. O conflito que daqui resultou não se decidiu até ao fim do período em estudo.

Até 1879 não houve sequer um horário fixo em nenhuma das fábricas. Os patrões exigiam dos operários o que entendiam, quando entendiam. «Meses inteiros», dizia *A Greve*, «se trabalhava sem um único domingo de repouso, gabando-se alguns industriais que o faziam de propósito.» Mas em Março de 1897, numa assembleia geral da Associação de Classe, esse regime começou a ser contestado. O presidente do Sindicato, Ernesto Augusto Palmeiro, embora ainda admitindo a existência de «serões» e «madrugadas», declarou que o trabalho ao domingo só se justificava «em último caso» e pediu para ele um «bónus» de 50 réis por hora ¹⁶². No entanto, nem todos os soldados concordaram. Em Abril seguinte, uma resolução, condenando os «serões», as «madrugadas» e a não observância do descanso semanal, passou apenas por maioria, enquanto outra pedindo um horário fixo foi aprovada por unanimidade ¹⁶³. Era, na verdade, importante, antes de mais nada, definir uma regra, isto é, levar os patrões a reconhecerem que o tempo e a distribuição do trabalho se não encontravam totalmente ao seu arbítrio. A partir disso, depois se negociaria.

No entanto, a representação dos soldados aos industriais referia-se, naturalmente, a todo o contencioso, geral e particular, do tempo de trabalho ¹⁶⁴. E aqueles, quando se reuniram na Associação de Lojistas e Industriais para considerar o assunto ¹⁶⁵, tiveram a habilidade de tratar apenas do descanso semanal. A maioria manifestou-se a favor de evitar abrir as fábricas ao domingo e comprometeu-se, caso isso não fosse possível, a

¹⁵⁹ *O Distrito* de 20 de Agosto de 1899; *A Greve* de 22 de Março de 1908.

¹⁶⁰ Ou, nos termos de Marx, encarecia a reprodução da força de trabalho. *O Distrito* de 31 de Outubro de 1897.

¹⁶¹ *O Distrito* de 24 e 31 de Outubro de 1897.

¹⁶² *Ibid.*, de 8 de Março de 1897.

¹⁶³ *Ibid.*, de 8 de Abril de 1897.

¹⁶⁴ *Ibid.*, da mesma data.

¹⁶⁵ Estavam presentes os patrões das firmas Santarém Ramos e C.^a, J. J. Salgado, Costa e Carvalho, F. Delory, Dandicolle e Gaudin, F. Gama e C.^a, Hugo Lipperman e A. Ascensão, J. M. Cândia e C.^a, Alves e Fragoso, Caes e Esteves, Firmin Julien.

fechar, *no máximo*, antes da 1 da tarde. Firmin Julien, contudo, votou contra, sob o pretexto típico e revelador de que «em qualquer ocasião podia precisar»¹⁶⁶.

O resultado desta deliberação acabou por constar do Pacto entre operários e patrões, assinado um mês e meio depois¹⁶⁷. O Pacto, porém, era omissivo em matéria de horários e, em Outubro do mesmo ano, a Associação de Classe dos Soldadores, através de uma comissão, decidiu propor o seguinte sistema: em Outubro, Novembro, Fevereiro e Março, entrada às 6.30 da manhã e saída às 5.30 da tarde, ou seja, um total de 11 horas de trabalho; em Dezembro e Janeiro, entrada às 7 da manhã e saída às 5 da tarde, ou seja um total de 10 horas de trabalho; Abril e Setembro, entrada às 6 da manhã e saída às 6 da tarde, ou seja um total de 12 horas de trabalho; e, finalmente, em Maio, Junho, Julho e Agosto nunca mais de 11 horas de trabalho «durante o dia solar»¹⁶⁸.

É aqui nítida a vontade dos operários de fugirem à luz artificial, bem como a de conservarem, no Verão, algum tempo para actividades privadas (pesca, concertos da casa, etc.) e sociais. Mas é igualmente nítida a sua fácil aceitação de horários extremamente pesados, que por toda a Europa já tinham acabado ou estavam em vias de acabar.

Os industriais, no entanto, rejeitaram as modestas pretensões da Associação de Classe dos Soldadores e as coisas permaneceram como antes, isto é, num regime de puro arbítrio. Pior ainda: provavelmente a título de represália, apesar do Pacto, não passou a haver automaticamente descanso ao domingo, o que deu origem a alguns conflitos de gravidade variável, desde a greve¹⁶⁹ à recusa de produzir lata «vazia»¹⁷⁰.

Até 1900 nada ou pouco mudou. Em 1898, por exemplo, os operários da empresa Firmin Julien trabalharam três meses «consecutivamente, sem perda de um dia», incluindo «muitos domingos» e feriados¹⁷¹. E, em 1899, o próprio *O Distrito* admitiu que a promessa do Pacto «em breve se esquecera»¹⁷². Contudo, os soldadores não deixaram de lutar. Concentraram os seus esforços na questão do descanso semanal (abandonando transitoriamente o problema dos «serões» e «madrugadas») e lentamente conseguiram progressos substanciais. A partir de 1901-2, uma fábrica aberta ao domingo tornou-se motivo de escândalo. Não era raro *O Trabalho* publicar notícias denunciatórias do estilo de: «Ao que corre, no domingo passado, alguns soldadores de uma casa conhecida trabalharam até às 2 horas da tarde.»¹⁷³

Em 1903, também os «serões» e as «madrugadas» se podiam considerar abolidos na maior parte das casas e o desrespeito das regras consuetudinariamente estabelecidas encontrava uma firme oposição¹⁷⁴. O que não quer dizer que em certos estabelecimentos, e nas alturas em que a Associação de Classe estava fraca e/ou desunida, se não fizessem 6 a 8 horas extraordinárias sobre as 10 «normais».

¹⁶⁶ *O Distrito* de 18 de Abril de 1897.

¹⁶⁷ *Ibid.*, de 30 de Maio de 1897.

¹⁶⁸ *Ibid.*, de 24 de Outubro de 1897.

¹⁶⁹ *Ibid.*, de 14 de Outubro de 1897.

¹⁷⁰ *Ibid.*, de 24 de Outubro de 1897.

¹⁷¹ *Ibid.*, de 2 de Março de 1898.

¹⁷² *Ibid.*, de 17 de Agosto de 1899.

¹⁷³ *O Trabalho* de 2 de Fevereiro de 1902.

¹⁷⁴ *Ibid.*, de 15 de Março de 1903.

E só em Agosto de 1907 o «contrato» ou «regulamento» determinou um horário fixo aceite por patrões e operários. Dispunha ele que o dia começasse: em Maio, Junho, Julho e Agosto, às 6 da manhã; em Março, Abril, Setembro e Outubro, às 6.30; em Novembro, Dezembro, Janeiro e Fevereiro, às 7.30. E que acabasse *sempre* ao pôr do Sol. Havia, em geral, uma hora de intervalo para o almoço e outra para o jantar, excepto em Maio, Junho, Julho e Agosto, em que o jantar durava duas horas. Mais significativamente: o artigo 10 do «contrato», de maneira expressa e taxativa, desobrigava os soldados da prestação de qualquer trabalho «suplementar», fora das regras «convencionadas», mesmo por «exigências de serviço»¹⁷⁵.

A vitória dos operários com o «contrato» de 1907 não consistiu apenas em obter dos industriais o reconhecimento de uma norma, que limitava a sua anterior discricção, e no termo «oficial» dos «serões» e «madrugadas», mas igualmente na cuidadosa demarcação dos tempos reservados para as refeições, que os capitalistas, como é óbvio, tendiam a reduzir, se não a quase totalmente eliminar. Não se tratou, porém, de uma vitória súbita. As práticas que o «contrato» completou e consagrou tinham sido lenta e gradualmente instauradas por um combate de mais de dez anos.

Quanto ao descanso semanal, um decreto de João Franco desse Agosto de 1907 tornou-o obrigatório para algumas categorias de assalariados, entre eles os soldados¹⁷⁶ e, em 1911, o Governo Provisório da República alargou e reiterou a regra¹⁷⁷.

Contudo, a questão dos domingos e dos «serões» e «madrugadas» não se decidiu definitivamente até 1913. Apesar do «contrato» e dos decretos, aqueles continuaram a depender, embora muito menos, do *poder conjuntural* dos soldados organizados. Os pequenos patrões, sobretudo, nunca deixaram de tentar suprimir as «24 horas seguidas de descanso» que a lei mandava e de alargar o dia de trabalho. E foi com frequência preciso resistir-lhes. Em 1910, por exemplo, várias oficinas começaram «sub-repticiamente» a abrir ao domingo¹⁷⁸; e, ainda em 1912, na fábrica A Brasileira, o capitalista impôs que os operários assumissem o compromisso «especial» de admitir «serões» e «madrugadas» quando «necessário»¹⁷⁹.

VIII

Porém, as dificuldades dos soldados nos últimos dez anos da Monarquia não se podem comparar ao que os esperava depois, quando aquilo que já drasticamente lhes reduzira a antiga prosperidade e segurança os pôs também perante a irresistível ameaça de extinção total: a saber, as máquinas de cravar e soldar.

As fábricas de Setúbal sempre tinham tido máquinas e ferramentas mecânicas: geradores de vapor, estufas (que coziavam o peixe), caldeiras (que esterilizavam as conservas), *tesouras* e *cortantes* (que dividiam a

¹⁷⁵ *O Trabalho* de 11 de Agosto de 1907.

¹⁷⁶ *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa*, ano de 1907.

¹⁷⁷ *Ibid.*, ano de 1911.

¹⁷⁸ *O Trabalho* de 2 de Outubro de 1910.

¹⁷⁹ *O Germinal* de 24 de Agosto de 1912.

folha-de-flandres), *dobradeiras* (que davam à tira lateral da lata o formato adequado), *enformadeiras* e *fieiras* (que lhe marcavam levemente um rebordo), *rebordadeiras* e o respectivo antepassado, os *balancés* (que lhe completavam o rebordo uma vez soldada), *cunhas* (que faziam o mesmo aos tampos), *engenhos de furar*, ventoinhas, *corta-bicos* e outras. Algumas destas máquinas eram accionadas por vapor ou gás e algumas manualmente, mas o seu número não parou de crescer desde o advento da indústria ¹⁸⁰. Os próprios soldadores usavam uma «*mesa*» especial e um «*ferro*», atrás descrito, que funcionava a gás.

Material empregue em Setúbal nas conservas de sardinha

[QUADRO N.º 8]

Anos	Geradores de vapor	Mesas de soldar	Estufas	Tesouras	Caldéiras para banho	Ventoinhas	Enformadeiras	Caldéira para massa de tomate	Corta-bicos	Fieiras	Cortantes	Engenhos de furar	Cunhos	Balancés	Dobradeiras	Guindastes
1890: total	7	—	4	9	15	1	—	—	—	14	—	—	—	8	—	—
1905: total	21	53	35	51	56	34	96	7	21	68	90	12	120	81	162	31

Fonte: 1890, *Inquérito Industrial de 1890*. 1905, *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 2.

Todo este equipamento permitira a criação das fábricas e a sua rápida expansão. E foi instalado em Setúbal sem qualquer protesto dos operários. Desde logo, porque correspondia a um desenvolvimento quantitativo da produção, e não a uma mudança qualitativa (tecnológica) do processo produtivo. Em segundo lugar, porque em nenhum caso se tratou de introduzir inovações susceptíveis de dispensarem mão-de-obra: cada máquina que vinha, pelo contrário, reclamava mais gente. Por fim, porque até meados da década de 1890, se existiam em Setúbal trabalhadores, não existia com certeza uma classe trabalhadora (ou uma categoria profissional de trabalhadores) capaz de definir os seus interesses colectivos e de se opor organizadamente aos patrões.

A questão das máquinas, que esteve no centro das preocupações e lutas operárias em 1901 e, a seguir, de 1911 em diante, não é, portanto, um problema geral da indústria que importe à generalidade dos conserveiros. É um problema dos soldadores, cuja função e modo de vida as *soldadeiras* (e as *cravadeiras*) se destinavam a destruir.

Foi em Abril de 1901 que primeiro se ouviu falar em Setúbal dessa «realidade terrível» ¹⁸¹, em que quase ninguém acreditava ¹⁸². De Espanha chegou uma circular aos capitalistas locais, convidando-os a irem «*de visu*» observar as fábricas de conservas de Vigo, «as vantagens, perfeição e economia da máquina de soldar sistema *Asche*» ¹⁸³. Aparentemente, as *Asche* (à altura já não o modelo mais moderno) podiam ser usadas tanto

¹⁸⁰ Ver quadro n.º 8.

¹⁸¹ *O Trabalho* de 11 de Agosto de 1901.

¹⁸² *Ibid.*, de 11 e 21 de Abril de 1901.

¹⁸³ *Ibid.*, de 14 de Abril de 1901.

para o «cheio» como para o «vazio» e, ao passo que um bom soldador produzia cerca de 1200 latas em 8 horas, um médio 800 e um fraco 500, elas eram capazes de produzir entre 1000 e 1800, poupando portanto perto de 1\$000 réis por caixa de 100 latas de 1/4 ¹⁸⁴. Benefício supremo para os patrões, precisavam apenas, em matéria de operários, de um homem (de certo não qualificado) e dois *rapazes*, o que permitia evidentemente liquidar, a curto prazo, a militante, a subversiva, a orgulhosa «aristocracia» dos soldados, que tinha os meios de não se deixar explorar excessivamente e, por isso, tão cara saía.

Face à catástrofe, ao princípio ainda se disse que as *Asche* não constituíam um concorrente de «recrear», porque faziam demasiada lata «rota» ¹⁸⁵. Depressa, porém, se descobriu que acontecia exactamente o inverso: numa carta a *O Comércio de Setúbal*, um socialista espanhol contou que em 372 caixas (3720 latas) só vira a máquina «dar 3 rotas» ¹⁸⁶, que, de resto, haviam sofrido *antes* «pancadas» visíveis ¹⁸⁷. E, para confirmar esta eficácia, em Agosto, o próprio Sr. Asche desembarcou em Setúbal, acompanhado por um dos seus clientes de Vigo, o industrial conserveiro Sr. Barreras, e pelo S. Tiger, director da Société Générale Métallurgique, que representava comercialmente a marca no País. O Sr. Asche e comitiva visitaram as principais fábricas da cidade (Julien, Delory, Chancerelle, Salgado, Alves e Fragoso, etc.) e propagandearam a sua mercadoria o melhor que souberam ¹⁸⁸. Os soldados pareciam perdidos.

No entanto, se a máquina de soldar se vendeu em Portugal, não foi em Setúbal. A Société Générale Métallurgique comprou uma, provavelmente para demonstração, e a Companhia Nacional de Conservas comprou quatro para a sua fábrica de Sesimbra ¹⁸⁹. É importante perceber porque é que isto sucedeu. Para começar, note-se que a iniciativa de mecanizar não partiu, como se sabe, dos industriais de Setúbal, partiu do Sr. Asche: o que significa que as pressões para substituir por trabalho morto o trabalho vivo dos soldados se não tinham ainda tornado irresistíveis. Apesar da sua incipiente organização, os operários não constituíam, como viriam a constituir, uma ameaça insuportável e continuavam a ser suficientemente baratos e «disciplinados» para dispensar um investimento quase com certeza perigoso para firmas de pouca solidez financeira. Numa palavra, Setúbal não era Vigo ¹⁹⁰.

Mas não era também Sesimbra. Ou seja, em Setúbal, às máquinas deparar-se-ia inevitavelmente a violenta oposição dos trabalhadores, desde os próprios interessados até aos outros conserveiros e aos marítimos, e mesmo a hostilidade dos lojistas e pequenos proprietários, que uma severa crise de desemprego levaria sem custo à bancarrota e à miséria, e dos pequenos industriais, cuja capacidade de concorrência (e, portanto, de sobrevivência) sofreria fatalmente uma drástica redução. Isto, aliás, ficou logo claro em Novembro de 1901. A Associação de Classe dos Soldadores

¹⁸⁴ *O Trabalho* de 14 de Abril e 18 de Agosto de 1901; *O Comércio de Setúbal* de 16 de Agosto de 1901.

¹⁸⁵ *Ibid.*, de 14 de Abril de 1901.

¹⁸⁶ *O Comércio de Setúbal* de 16 e 27 de Agosto de 1901.

¹⁸⁷ *O Trabalho* de 11 de Agosto de 1901.

¹⁸⁸ *O Comércio de Setúbal* de 27 de Agosto de 1901.

¹⁸⁹ *Ibid.*, da mesma data.

¹⁹⁰ As máquinas de soldar foram introduzidas em Vigo por volta de 1900-01.

distribuiu um manifesto em que, com inesperada habilidade política, se sublinhava que o advento das máquinas não deixaria apenas «muita família sem pão», transformaria igualmente «o modo de ser económico de Setúbal», prejudicando «toda a classe trabalhadora, se não todas as classes sociais», pois os seus «efeitos» nelas se iriam «necessariamente reflectir»¹⁹¹.

Além do manifesto, os soldados enviaram também uma representação ao rei e ao Governo, em que pediam «a proibição da máquina de soldar, o tributá-la de modo a não [se] poder ou não merecer a pena introduzi-la no País, ou [...] a sua importação regulamentada», para «obviar» a «funestas» consequências e «amenizar duras circunstâncias»¹⁹². Dias depois, os marítimos, que se declaravam «mais ou menos ligados por laços de parentesco» aos soldados, requeriam, por sua vez, ao Governo «a regulamentação do trabalho mecânico na indústria das conservas» para evitar «a miséria e a desgraça» de muitos milhares de pessoas «que viviam do trabalho manual»¹⁹³. Aos marítimos *seguiu-se a Associação Comercial de Setúbal*, com argumentos sensivelmente iguais. E o órgão da pequena burguesia local, *O Elmano*, não hesitou em dizer que, «enquanto na maioria das fábricas» de Espanha e de França a máquina não houvesse deslocado o homem, não existia bom motivo para que a condenação que pesava sobre a cabeça dos soldados não fosse «desviada»¹⁹⁴.

Nestas condições, aceitar as tentadoras propostas do Sr. Asche implicava para os patrões enfrentar a resistência de uma parte substancial da comunidade. E tê-lo-iam sem dúvida feito, como o fizeram depois, se os seus interesses essenciais estivessem já em jogo, como não tardariam a estar. Mas à altura não estavam, o que tornava os custos da operação demasiado altos para os seus presumíveis benefícios. Daí, um temporário recuo.

Em Sesimbra, porém, o problema não se punha, ou não se punha com tanta gravidade. Nem os soldados, nem o resto dos conserveiros, nem os marítimos eram muitos ou se encontravam bem organizados. Os dois ou três lojistas da vila e os pequenos proprietários que a abasteciam não formavam um obstáculo sério ou sequer seriam mortalmente afectados por uma crise de desemprego de proporções limitadas. Pequenos industriais quase não havia. As grandes «casas» não precisavam, assim, de vencer uma oposição *interclassista* para trazer as máquinas. E, se o conseguissem, conseguiam duas vantagens importantes. Por um lado, impediam o crescimento em Sesimbra de uma «aristocracia» de soldados. Por outro, como as fábricas de Sesimbra não passavam, em regra, de filiais das de Setúbal, a sua mecanização constituía uma arma estratégica contra os operários de Setúbal, obrigados dali em diante a trabalhar pelo preço e da maneira que os capitalistas entendessem, sob pena de o grosso da produção se transferir para Sesimbra e eles ficarem no desemprego ou num subemprego endémico.

E, no entanto, embora se não esperassem sarilhos de maior, a Companhia de Conservas mostrou-se suficientemente nervosa quando as suas quatro máquinas chegaram a Sesimbra. Em primeiro lugar, exigiu uma

¹⁹¹ *O Trabalho* de 3 de Novembro de 1901.

¹⁹² *Ibid.*, da mesma data.

¹⁹³ *Ibid.*, de 17 de Novembro de 1901.

¹⁹⁴ *Ibid.*, da mesma data.

«força» do Exército (que o Governo pressurosamente lhe deu) «para prevenir quaisquer eventualidades»¹⁹⁵. Em segundo lugar, «na perspectiva de [...] [um] conflito» com os soldados locais, «arranjou as coisas» para usar contra eles os seus soldados de Setúbal, «desenvolvendo» por um tempo o «trabalho» destes¹⁹⁶, de maneira a poder dispensar o trabalho dos outros (e a derrotá-los pela fome), caso se atrevessem a reagir contra os sofrimentos que lhes preparavam.

As máquinas foram instaladas em paz, embora as precauções tomadas indiquem que o não foram num ambiente pacífico. Seis meses mais tarde, e dois meses após o gerente da Companhia Nacional de Conservas ter oficialmente informado os operários de que a maioria seria despedida quando elas comesçassem a funcionar, a fábrica ardeu. Parece que por causa de uma explosão de gasolina. Não se sabe provocada por quê, nem por quem.

Nos anos seguintes correram intermitentemente boatos em Setúbal da instalação nesta ou naquela empresa de máquinas de soldar¹⁹⁷, que revelavam a persistência dos medos acordados em 1901. Mas, em contrapartida, criou-se também sobre o assunto uma certa complacência. Em 1909, *O Trabalho* explicava que, afinal, «na indústria de conservas, o fabrico mecânico não tinha provado grande coisa, originando maior consumo de azeite e dando uma percentagem elevadíssima de lata rota, apesar de [exigir] uma folha mais cara», e que, além disso, se não mantinha «em bom estado o peixe *fechado* mecanicamente»¹⁹⁸.

Pouco depois, porém, a firma Pierre Chancerelle adquiria na Bélgica uma máquina dita de «cunhar», ou soldar «vazio», perante a passividade dos operários, cujo domínio sobre o mercado de emprego ficava assim profundamente ameaçado¹⁹⁹. No princípio de 1910, o Sr. Chancerelle já tinha «várias» desse tipo a produzir e travavam-se as primeiras lutas contra despedimentos maciços²⁰⁰. Resolveu, então, a Associação de Classe dos Soldadores mandar um emissário a Vigo, para se informar sobre a realidade e o verdadeiro comportamento das máquinas de «cheio» e «vazio». E as notícias que o emissário trouxe não podiam ser piores: como se verificara em 1901, elas existiam, de facto, e o seu trabalho era perfeito²⁰¹.

Em Abril de 1911, a fábrica Brandão Gomes e C.^a seguiu o exemplo da Chancerelle e, passados meses, chegou a vez (pelo menos) da Delory e da Garrec²⁰². Em Outubro de 1911, as conservas de Setúbal estavam decididamente a caminho de uma transformação radical.

Antes de descrever a campanha dos soldados que efemeramente a adiou, convém, no entanto, examinar o que mudara de 1901 para 1911 na relação de forças entre patrões e operários. A partir de 1903-04, o desenvolvimento e a mecanização da indústria estrangeira tinham tornado praticamente impossível a concorrência eficaz da indústria baseada em Portugal. Os Franceses (sobretudo em Nantes) e os Espanhóis (sobretudo

¹⁹⁵ *O Trabalho* de 3 de Janeiro de 1901.

¹⁹⁶ *Ibid.*, da mesma data.

¹⁹⁷ *Ibid.*, de 23 de Junho de 1907; *O Germinal* de 30 de Maio de 1909.

¹⁹⁸ *Ibid.*, de 23 de Maio de 1909.

¹⁹⁹ *Ibid.*, de 23 de Maio de 1909 e 20 de Março de 1910.

²⁰⁰ *Ibid.*, de 20 de Março de 1910.

²⁰¹ *O Germinal* da mesma data.

²⁰² *O Trabalho* de 23 de Abril, 8 de Outubro e 26 de Novembro de 1911.

em Vigo) faziam uma mercadoria melhor e quase tão barata. Sem surpresa, a única vantagem dos capitalistas de Setúbal (bem como a sua única maneira de evitar a falência) depressa veio a residir nos baixos salários que pagavam, os mesmos desde 1891. Porém, à medida que diminuía a competitividade externa das empresas, crescia a capacidade reivindicativa dos soldados (e dos *moços*). Os anos de 1905, 1907 e 1908 foram, por isso, anos de luta interna, com *lock-outs* e greves que duraram longos meses e acabaram invariavelmente em meias vitórias, meias derrotas, porque nem os patrões conseguiam ganhar, nem os soldados podiam perder. Mas, como é natural, estes confrontos esgotaram os operários, que não recebiam um tostão quando não trabalhavam. E em 1909 e 1910 estabeleceu-se uma paz estagnada e inquieta, aproveitada pelos fabricantes para instalar as primeiras máquinas. Ao contrário do que sucedera em 1901, a sua situação era agora perto de desesperada: ou submetiam os soldados, ou mecanizavam; tarde ou cedo a imobilidade não deixaria de os arrastar para condições progressivamente piores. Achavam-se assim dispostos a correr os riscos que em 1901 lhes haviam parecido inoportáveis e a notória fraqueza dos soldados aconselhava-os a agir com rapidez contra qualquer oposição.

Uma circunstância externa acelerou entretanto o processo. Em 5 de Outubro de 1910 proclamou-se a República em Lisboa. Por um lado, como de costume nestes períodos, o poder de Estado sofreu um completo colapso. Por outro, a revolução abalou a solidez da hierarquia social. A fuga do rei, dos ministros, das altas personagens da Monarquia e o acesso ao Governo dos homens que lhes falavam nos comícios, os apoiavam na imprensa e os defendiam nos tribunais fizeram nascer compreensíveis esperanças nos trabalhadores e fizeram-nos igualmente perder a deferência que, apesar de tudo, usavam para com os patrões. O 5 de Outubro desencadeou uma onda de greves sem precedentes em Setúbal, como no País. E a República ou não reagiu, ou reagiu com demasiada violência (em Março de 1911, por exemplo), exibindo a sua essencial insegurança e debilidade ²⁰⁸. Entre os conserveiros houve, pela primeira vez, greves gerais de *moços* e *mulheres*, que se arrastaram semanas sem fim e provocaram a intervenção do Exército. Os soldados não se mexeram, nem sequer por solidariedade com os *moços* e as *mulheres*. No entanto, não restavam dúvidas que, na atmosfera política prevalecente, a sua posição reivindicativa se fortalecera. Se era verdade que atravessavam uma crise de impotência e desorientação, era também verdade que as suas tradições, a sua coesão e a sua velha militância não anunciavam nada de bom para os capitalistas, que já não contavam com uma ordem estável, com autoridades inteiramente colaborantes e com um Exército disciplinado, capaz de reprimir dentro de uma certa «moderação». Tratava-se, por isso, para os patrões, de eliminar os seus principais inimigos da estrutura produtiva, para melhor explorarem o trabalho «suado» e sem qualificação dos *moços* e das *mulheres*. Iam longe os tempos «normais» de 1901.

Perante o ataque dos capitalistas, em Outubro de 1911 os soldados prepararam-se para resistir. Mas não sozinhos. Começaram, assim, por nomear uma comissão especial para tratar do assunto das máquinas, que convocou para as suas reuniões os *próprios industriais*. Todas as asso-

²⁰⁸ Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo: a Revolução de 1910*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1977, cap. v, parte 2.

ciações de interesses económicos da cidade, todas as associações profissionais e todas as associações de classe. À reunião inaugural compareceram trinta industriais e das associações apenas faltaram os representantes da Liga Comercial e das Associações de Classe dos Caixeiros, Cocheiros, Carroceiros e Condutores de Sal²⁰⁴. O objectivo de convidar os patrões consistia em tentar estabelecer uma aliança com os donos das pequenas oficinas para apresentar a mecanização como uma estratégia que só convinha aos «grandes fabricantes, na sua maior parte estrangeiros»²⁰⁵; o que, aliás, como acima se notou, era indiscutível. O objectivo de convidar as associações de interesses económicos e os grupos profissionais não operários consistia em alistar no bom combate os lojistas, caixeiros, empregados de escritório e funcionários públicos que constituíam a espinha dorsal do Partido Republicano «histórico»²⁰⁶. Quanto aos sindicatos propriamente ditos, o seu auxílio não estava em causa, como se viu quando, na semana seguinte, se declararam obrigados a colaborar na luta «moral e materialmente» até «ao máximo sacrifício»²⁰⁷.

Organizadas as coisas em Setúbal, os soldadores voltaram-se para as outras comunidades conserveiras. A 22 de Outubro expediram delegados para o Algarve (Vila Real de Santo António, Lagos, Olhão e Portimão)²⁰⁸ e para o Norte (Aveiro, Ovar, Paramos, Espinho, Estarreja, Matosinhos, Foz, etc.); e contactaram mesmo os seus escassos camaradas em terras tão isoladas do movimento operário como Cascais, Sines e Sesimbra²⁰⁹. Sempre entusiasticamente recebidos, conseguiram «calorosas adesões» de Vila Real a Matosinhos. Em breve, *O Trabalho* podia proclamar, sem qualquer exagero, que a «classe» dos soldadores se achava «firmemente resoluta» em Portugal inteiro²¹⁰; tão resoluta que até correram boatos de que os soldadores do Algarve tinham destruído várias máquinas²¹¹. Não por acaso, *O Germinal* preocupava-se em sublinhar a «profunda solidariedade» existente «entre os trabalhadores do Algarve e os de Setúbal»²¹².

O próximo passo consistiu na entrega colectiva às comissões administrativas dos conselhos em que havia conserveiros de uma representação ao Governo, exigindo que as latas produzidas e fechadas mecanicamente pagassem um imposto de 5 réis e se suprimisse o aprendizado por lei²¹³. Em Setúbal, 900 soldadores abandonaram as fábricas para irem à manifestação e o presidente em exercício da comissão administrativa, Ezequiel Rodrigues, afirmou «estar absolutamente ao [seu] lado»²¹⁴. A campanha seguiu com uma série de comícios por todo o país, que culminaram no

²⁰⁴ *O Trabalho* de 8 de Outubro de 1911.

²⁰⁵ *Ibid.*, de 22 de Outubro de 1911.

²⁰⁶ Mas a Liga Comercial e a Associação de Classe dos Caixeiros não participaram na campanha.

²⁰⁷ *O Trabalho* de 15 e 22 de Outubro de 1911.

²⁰⁸ *Ibid.*, de 15 de Outubro de 1911; *O Germinal* de 4 de Novembro de 1911; *O Trabalho* de 5 de Novembro de 1911.

²⁰⁹ *Ibid.*, de 15 de Outubro de 1911; *O Germinal* de 4 de Novembro de 1911; *O Trabalho* de 5 de Novembro de 1911; *O Mundo* de 21 de Novembro de 1911.

²¹⁰ *Ibid.*, de 5 de Novembro de 1911.

²¹¹ *A República* de 21 de Outubro de 1911.

²¹² *O Germinal* de 28 de Novembro de 1911.

²¹³ *A República* de 5 de Novembro de 1911; *O Mundo* de 15 de Novembro de 1911.

²¹⁴ *O Trabalho* de 12 de Novembro de 1911.

campo do Bonfim, num comício gigante a que assistiram o próprio Ezequiel Rodrigues, dirigentes das Associações de Classe de Soldadores do Norte e do Sul e representantes do movimento sindical. Nele se falou uma linguagem particularmente dura. Mesmo o presidente da comissão administrativa de Setúbal se sentiu na obrigação de proclamar que «justo era» que os operários fossem «atendidos», que «justo era que os seus esforços fossem coroados de êxito» e que «a função suprema do Estado» consistia em garantir que a introdução da máquina se operasse «suavemente, sem grave choque dos importantes e diversos interesses [...] ligados à indústria» e «sem sacrifício dos inúmeros braços» que nela se ocupavam ²¹⁵.

Dias antes, o ministro do Fomento, Estêvão de Vasconcelos (segundo *A República*, um homem «muito devotado às questões sociais») ²¹⁶, recebera, a pedido de António Maria da Silva, deputado pelo Algarve, uma delegação de soldadores e tinha prometido satisfazer as respectivas «reclamações» ²¹⁷. A 15 de Outubro, com efeito, uma portaria mandava que se constituísse uma comissão composta por sete patrões (entre os quais os notórios João António Júdice Fialho, do Algarve, e João Carlos Henriques, de Setúbal) e sete soldadores ²¹⁸. Durante cerca de um mês, esta comissão reuniu num gabinete do Ministério do Fomento, em Lisboa (o que para os operários representava uma pesada despesa) ²¹⁹, e, eventualmente, acabou por se pôr de acordo, ou, melhor, como mais tarde disse João Carlos Henriques, os patrões acabaram por «convencer» os soldadores a aceitar a máquina, em nome do «desenvolvimento da indústria» ²²⁰.

Só que, quando os negociadores das duas partes se foram apresentar às respectivas «classes», encontraram todos um ambiente de decidida hostilidade. Na assembleia dos capitalistas, os pequenos fabricantes combateram violentamente os grandes, dando origem a «incidentes». E nem sequer sossegaram pelo facto de o Sr. Luz Clara ter lamentado a «desunião» dos patrões; ou de o Sr. Alves Fragoso ter tomado a simpática iniciativa de uma moção que «garantia» o seu «futuro», estabelecendo que, se se vissem «obrigados a abandonar [...] a indústria», lhes seria arranjada maneira de «trabalharem como operários» ²²¹.

Quanto à reacção do outro lado, a massa dos soldadores rejeitou liminar e taxativamente (e com óbvia indignação) as «bases» de entendimento combinadas pela comissão mista, que incluíam, a troco de concessões menores (um certo gradualismo na instalação das máquinas), o compromisso de não fazer greve e a admissão implícita de despedimentos «definitivos», isto é, da expulsão de centenas de trabalhadores da indústria ²²². Ainda as reuniões da comissão mista estavam em curso e já se dizia em Setúbal que os pontos fundamentais do acordo não eram acei-

²¹⁵ *A República* de 18 de Novembro de 1911.

²¹⁶ *Ibid.*, de 15 de Novembro de 1911.

²¹⁷ *O Mundo* de 14 de Novembro de 1911; *O Trabalho* de 19 de Novembro de 1911.

²¹⁸ *A República* de 15 de Novembro de 1911.

²¹⁹ *O Mundo* de 30 de Novembro de 1911.

²²⁰ *A República* de 18 de Janeiro de 1913.

²²¹ *Ibid.*, de 16 de Dezembro de 1911.

²²² *O Trabalho* de 28 de Janeiro de 1912.

²²³ *Ibid.*, de 3 de Dezembro de 1911.

táveis ²²³. Por várias razões, e porque violavam «as leis do País, querendo tirar aos soldados direitos que elas lhes conferiam» ²²⁴. Sucessivas assembleias gerais da Associação de Classe e consultas aos operários do Algarve confirmaram esta posição, mandando os delegados sindicais regressar à mesa das negociações ²²⁵. Mas os industriais recusaram-se a discutir as vantagens que tinham conseguido e, assim, em fins de Janeiro de 1912, os soldados de Setúbal votaram *por unanimidade* uma moção que suspendia a tentativa de encontrar um terreno comum com os capitalistas e pela qual eles «guardavam para melhor [altura] o adoptar o procedimento que se lhes afigurasse mais razoável», se o Governo «não estabelecesse a tributação sobre a lata fabricada mecanicamente», como lhe fora pedido ²²⁶.

E, com este aviso, a batalha acabou, sem uma vitória clara dos patrões, nem uma nítida derrota dos operários. O Governo, naturalmente, deu-se por satisfeito com o seu pequeno gesto de boa vontade e não decretou qualquer «tributação» sobre a lata produzida pelas máquinas. Em vão os soldados argumentaram que ela tornava as conservas «nocivas à saúde» pelo «emprego de [borracha]»(?) ²²⁷; que «prejudicava o sabor da sardinha»; e que permitia o uso de peixe «em tal estado, que não se poderia trabalhar com ele pelo processo manual» ²²⁸. Os industriais negavam que isto fosse verdade e contra-atacaram, afirmando que na soldagem à mão não havia nenhum obstáculo a que se «concertassem e apresentassem como boas» latas com «o conteúdo estragado», prática que costumava provocar «bastantes envenenamentos», ao passo que «era impossível concertar, sem que saltasse à vista, a lata cravada à máquina» ²²⁹.

Ao longo de 1912, o *statu quo* manteve-se com alguns incidentes de fronteira. Os patrões não compraram novas máquinas, mas puderam explorar as que já tinham. Embora não sem sobressaltos e limites. Em Junho, por exemplo, o Sr. Delpout (da Garrec), perante um «movimento de ódio às máquinas», sentiu-se obrigado a explicar num manifesto à cidade «os motivos por que as adquirira» ²³⁰. Em Setembro e Outubro, a firma Brandão, Gomes e C.^a, além de uma greve, sofreu um boicote dos pescadores, que decidiram não lhe vender, entregar ou deixar entregar peixe ²³¹. E, em Dezembro, o Sr. Chancerelle, que pretendia entrar em conversações com a Associação de Classe dos Soldadores para reduzir o pessoal, foi rapidamente desiludido ²³².

Os industriais, porém, também não ficaram quietos. O seu objectivo era, como seria de esperar, dividir a oposição. Coube ao Sr. Delpout abrir fogo, proibindo as *mulheres* que trabalhavam na sua empresa de pertencer à respectiva associação de classe. Não que tivesse, como se apressou a esclarecer, qualquer coisa contra o princípio associativo. De maneira nenhuma: não se importava nada que o seu pessoal se associasse, *desde*

²²⁴ *O Trabalho* de 31 de Dezembro de 1911.

²²⁵ *Ibid.*, de 31 de Dezembro de 1911 e de 14 de Janeiro de 1912.

²²⁶ *Ibid.*, de 28 de Janeiro de 1912.

²²⁷ *Ibid.*, de 3 de Dezembro de 1911.

²²⁸ *Ibid.*, de 26 de Novembro de 1911.

²²⁹ *Ibid.*, da mesma data.

²³⁰ *O Século* de 16 de Julho de 1912.

²³¹ *Ibid.*, de 10 de Setembro de 1912.

²³² *O Germinal* de 19 de Dezembro de 1912.

que o fizesse «com o pessoal das outras fábricas com máquinas»²³³. Ou seja, o Sr. Delpeut queria isolar os operários das fábricas com máquinas do resto dos conserveiros, para diminuir a resistência aos despedimentos e os apoios dos eventuais despedidos. «Receia o Sr. Delpeut que as [mulheres] se ponham alguma vez ao lado dos soldados?», perguntavam estas com segura pontaria. E declaravam no mesmo fôlego «cumprir o seu dever», resistindo, como resistiram, a semelhantes manobras, apesar da oferta (do suborno) de salários mais altos e seis meses de greve²³⁴.

No entanto, a ofensiva do Sr. Delpeut não veio sozinha. Semanas depois de ter sido desencadeada anunciou-se em triunfo que os soldados das fábricas com máquinas iam constituir uma associação de classe própria, para defesa dos seus particulares interesses, e estavam já «elaborando um projecto de estatutos»²³⁵. A este segundo golpe, complementar do primeiro e com certeza inspirado e pago pelos patrões, os soldados responderam com acções «reservadas»²³⁶ (isto é, secretas), mas que se devem haver revelado eficazes, porque dali em diante não se tornou a falar no assunto.

De que misteriosa arma se tratava? Sem dúvida da pressão da comunidade operária. Como os trabalhadores não perdiam uma ocasião de sublinhar, estavam unidos por «laços de parentesco», por uma experiência social comum e pela exploração que todos sofriam; e essa solidariedade era tanto mais forte quanto Setúbal era uma cidade pequena em que as pessoas, por regra, se conheciam e quase nada ignoravam da vida umas das outras. A comunidade exercia, portanto, uma vigilância e um poder sobre cada um dos seus membros a que não se escapava com facilidade. Os «traidores», isto é, aqueles cujo comportamento se considerava contra os interesses e a moral do grupo, sujeitavam-se a severas sanções, que podiam ir do «ostracismo» a «correctivos» corporais e a que ninguém se arriscava de ânimo leve. Não admira, assim, que os patrões não fossem capazes de dividir os conserveiros (*mulheres* ou soldados) a propósito de uma questão tão grave e de tão essencial importância para a segurança colectiva como a mecanização da indústria. Os seus esforços esbarraram sempre com a coesa muralha da resistência operária.

Isto mesmo os capitalistas publicamente reconheceram no início de 1913. A um inquérito d'*O Século* responderam, sem excepção, que os operários haviam conseguido impedir que as máquinas viessem e que só por causa deles as máquinas não vinham²³⁷. E não o diziam simplesmente para convencer o Governo à repressão: acreditavam no que diziam, como os seus actos demonstram. Em Outubro de 1913, por exemplo, um industrial que resolveu insistir em comprar «cravadeiras» começou por abordar a direcção da Associação de Classe dos Soldadores para saber em que circunstâncias, se algumas, lhe seria permitido fazê-lo²³⁸. Em Novembro, também um fabricante francês «consultou» os soldados sobre as condições em que deixariam funcionar as «cravadeiras» que já tinha montado em Setúbal²³⁹. Apenas o Sr. Casimiro Santana, um conhe-

²³³ *O Trabalho* de 23 de Junho de 1912.

²³⁴ *Ibid.*, da mesma data.

²³⁵ *O Século* de 19 de Agosto de 1912.

²³⁶ *O Germinal* de 24 de Agosto de 1912.

²³⁷ *O Século* de 18 e 22 de Janeiro e 3 de Fevereiro de 1913.

²³⁸ *O Trabalho* de 28 de Setembro de 1913.

²³⁹ *Ibid.*, de 9 de Novembro de 1913.

cido adepto da intransigência e da catequese, achou por bem forçar as coisas, dispensando qualquer consulta aos operários. Os operários, porém, depressa o meteram na ordem pela greve e o obrigaram a ficar «com o pessoal anterior», adiando «para depois [...] o estudo da [forma]» em que estariam dispostos a «admitir» (*sic*) mudanças ²⁴⁰.

Contudo, a vitória dos soldados foi, em última análise, uma batalha de retaguarda; não destinada a perpetuamente preservar o trabalho manual, mas a preservá-lo durante o tempo necessário à redução (ilusória) do número de profissionais da categoria e a atenuar os efeitos do seu desaparecimento. Pouco a pouco, de facto, as máquinas ganharam terreno e os homens entraram numa interminável e desesperada agonia, que durou pelo menos trinta anos. De 1939 a 1945, a segunda guerra mundial, voltando a multiplicar as minúsculas oficinas anteriores a 1910, ainda lhes trouxe uma breve prosperidade de empréstimo. A seguir, o fim chegou.

Falou-se em agonia. É o termo exacto. Os soldados pagaram um preço muito alto para salvar os seus empregos ameaçados. Porque as fábricas de conservas podiam sobreviver de duas maneiras: ou com salários baixos ou com máquinas. E, por isso, recusar umas implicava aceitar os outros. O que inevitavelmente sucedeu. A partir de 1909, os soldados, até essa altura os operários mais militantes do País, quase não fizeram greves e as raras que fizeram não passaram de movimentos de defesa contra despedimentos. Enquanto, com o advento da República, as *mulheres* e os *moços* se levantavam pela primeira vez pedindo aumentos e/ou a redução das horas de trabalho, eles resignavam-se à contínua deterioração do seu poder de compra, sem sequer se juntarem ou oferecerem o seu auxílio aos camaradas em luta. Pelo contrário: contemporizavam, cediam, convidavam os capitalistas, através da Associação de Classe, a discutir com eles a «crise» das conservas ²⁴¹. E, rendição suprema, em Abril de 1913 assinavam um pacto pelo qual se comprometiam, em nome do desenvolvimento da indústria e praticamente de graça, a desistir por um ano de todas as suas «reclamações» presentes ou futuras ²⁴².

A atitude «oficial» dos soldados perante a máquina nunca foi puramente negativa e destruidora. Em lado algum, nos comunicados ou representações da Associação de Classe, a máquina aparece associada ao «mal»; ou a sua introdução se considera uma simples ofensiva dos capitalistas; ou surgem ameaças contra os patrões que a compraram ou pensam comprá-la; ou se promete violência contra a própria máquina, para a inutilizar.

Sem dúvida se confessa, como atrás se disse, que os soldados sofreram um terrível abalo ao saberem que ela existia, sobretudo, porque «espíritos sistematicamente incrédulos tinham dormido sob a doce ilusão de ser impossível soldar latas mecanicamente» ²⁴³. Mas, apesar disso, logo se reconhece a «necessidade» de admitir — e era o mais difícil — que não havia trabalho «tão perfeito no seu conjunto» como o da máquina ²⁴⁴.

A Associação de Classe não recua mesmo perante a apologia. «Representa a máquina», escrevia-se no Manifesto de 1901, «logicamente, uma

²⁴⁰ *O Trabalho* de 5 de Outubro de 1913.

²⁴¹ *Ibid.*, de 20 de Novembro de 1910.

²⁴² *O Século* de 20 de Abril de 1913.

²⁴³ *O Trabalho* de 3 de Novembro de 1901.

²⁴⁴ *Ibid.*, da mesma data.

manifestação de progresso de ordem superior [e] grandes são os serviços que a humanidade tem tirado da sua aplicação a diversas indústrias.»²⁴⁵ E a exposição de apoio aos soldados que a Associação de Classe dos Marítimos enviou pela mesma altura ao rei também sublinhava: «Não é, Senhor, contra as máquinas que nos levantamos, seria isso pueril. As máquinas simbolizam a remodelação industrial de amanhã, tendendo a poupar o braço do homem, e não devem ser amaldiçoadas por aqueles que no trabalho, inda que mal lhes garanta uma parca alimentação, consomem hoje as suas forças.»²⁴⁶

Durante a crise de 1911, cuja gravidade se conhece, a posição manteve-se. Os dirigentes sindicais defenderam-se expressamente de estarem «animados» por um «intuito antiprogressivo»²⁴⁷. E, numa mensagem ao Governo, explicavam em pormenor, revelando a sua familiaridade com as teses marxistas: «Não exigem os operários que [se aniquilem] as máquinas», que constituem «instrumentos do progresso» e «a base para uma futura reorganização do trabalho, dentro de um regime social mais justo, que não poderá ter [...] forma prática, senão a colectivização das ferramentas e outros utensílios», indispensáveis «à produção»²⁴⁸.

Numa palavra, a Associação de Classe dava invariavelmente à máquina um valor positivo: a máquina «poupava o braço» e, sabe-se já, segundo *O Capital*, preparava o futuro sem classes nem exploração. Na aparência, portanto, os soldados nada tinham de comum com o espírito que erradamente costuma atribuir-se aos *machine-breakers* do capitão Ludd. A sua compreensão do processo do «desenvolvimento» tecnológico era, à primeira vista, impecavelmente «moderna»: não queriam pará-lo, queriam pô-lo ao seu serviço.

Mais ainda: com toda a coerência externa, tanto em 1901 como em 1911, a própria política da Associação de Classe se dirigiu apenas a dominar o «progresso» (não a detê-lo) através de medidas *temporárias* e *legais*, que se queriam decretadas e implementadas pelo Governo.

Surpreendentemente, em 1901 justificava-se já esta estratégia com uma condenação informada e coerente do liberalismo económico, feita em nome do Estado-Providência. No Antigo Regime — diz-se — existiam «instituições destinadas a proteger e a regulamentar o trabalho». O «tufão revolucionário de 1789» «derrubou-as», sem as substituir. Naturalmente, não havia maneira de as ressuscitar em 1901, «por incompatíveis com o meio industrial moderno». No entanto — acrescentava-se —, «é certo que a liberdade de indústria, como a de comércio, devem ser comprimidas dentro do [âmbito] do interesse do maior número». Cabe, pois, ao Estado «olhar com providência as questões do trabalho» e «da indústria» com o objectivo de promover o «desenvolvimento» e «evitar perturbações súbitas e dolorosas» aos operários²⁴⁹. E, em concreto, cabe ao Governo do dia «pôr de banda os princípios de uma mal entendida liberdade teórica»²⁵⁰, para garantir a estes últimos, não só o emprego, mas também uma relativa estabilidade profissional.

²⁴⁵ *O Distrito* de 10 de Novembro de 1901.

²⁴⁶ *O Trabalho* de 17 de Novembro de 1901.

²⁴⁷ *Ibid.*, de 12 de Novembro de 1911.

²⁴⁸ *Ibid.*, de 5 de Novembro de 1911.

²⁴⁹ *Ibid.*, de 17 de Novembro de 1901.

²⁵⁰ *Ibid.*, da mesma data.

Uma das razões por que os soldados rejeitaram o sindicalismo revolucionário, que era «apolítico», e se inclinaram para a participação eleitoral e o reformismo do Partido Socialista (sobretudo depois de 1910), residiu precisamente na sua essencial dependência do Estado. Na verdade, em última análise, só o Estado estava em posição de demorar e condicionar a introdução da máquina, *salvando o seu privilegiado* estatuto. Nunca eles por si mesmos conseguiriam fazê-lo, sem e contra o Estado, por maiores que fossem a sua coesão e desespero. Convinha-lhes, assim, que o movimento operário se orientasse para a luta política legal, de maneira a adquirir a *curto prazo* a capacidade de influenciar as decisões do Governo. «Aristocratas» ou não, a ameaça de obsolescência tecnológica não conduziu os soldados à vanguarda e direcção das tendências maximalistas. Conduziu-os sim, e precisamente porque de uma «aristocracia» se tratava, ao compromisso e negociação com as forças que dominavam o Estado. Perante as máquinas, os soldados representaram às autoridades locais; apelaram para o Governo, aceitando explicitamente a sua legitimidade; não projectaram, pura e simplesmente, liquidar Governo e regime, em nome do milénio, como aqueles que nada tinham a perder.

No entanto, por baixo da linguagem letrada, polida e conciliadora com que os delegados da Associação de Classe falavam aos representantes do Estado e da sua política ostensiva existia uma outra realidade mais «natural» e «verdadeira»: a «hostilidade», o ódio, o profundo «horror» à máquina da esmagadora maioria dos soldados ²⁵¹. E, de quando em quando, ela surge à luz do dia, rompendo o discurso «razoável» e a prática «sensata» que os dirigentes sindicais conseguiam normalmente impor à massa dos trabalhadores e até a si mesmos. É com ela que se choca o acordo estabelecido na comissão mista de 1911. É esse o «espírito» ²⁵² que se exprime num panfleto anónimo distribuído em Setúbal, em que se acusa devastadora e indiscriminadamente a máquina de «arruinar o operário, levar à miséria muitos lares, [...] matar o consumidor, definhando o comerciante, atacar na sua fonte os alimentos vitais do desenvolvimento das localidades [e] cercear as receitas dos municípios e do Estado», ou seja, em geral, de destruir o equilíbrio do *statu quo* ²⁵³. É esse também o «espírito» que inspira um soldador a explicar no comício do Bonfim que a «guerra» às latas produzidas à mão (a que, segundo ele, falsamente se atribuíam «milhares de defeitos») se devia «ao grande reclame [feito pelos] autores das [cravadeiras] ao seu artigo, como na praça pública charlatães de diversas proveniências impingiam os seus elixires» ²⁵⁴. Numa palavra, a evidência mostra que, apesar da ideologia explícita da Associação de Classe, o operário comum detestava compreensivelmente a máquina, sem atenuantes nem qualificações.

E, como a detestava, não aderiu também de alma e coração aos pacíficos métodos de luta utilizados pelo Sindicato. Logo em 1901, um manifesto à população da cidade (talvez originado na própria Associação de Classe) declarava que os soldados bem sabiam que «o pedir ao Estado era uma manifestação platónica» ²⁵⁵: violência que, de resto,

²⁵¹ *O Século* de 18 de Janeiro de 1913.

²⁵² *Ibid.*, da mesma data.

²⁵³ *O Mundo* de 12 de Novembro de 1911.

²⁵⁴ *Ibid.*, de 13 de Novembro de 1911.

²⁵⁵ *O Trabalho* de 3 de Novembro de 1901.

mereceu imediatamente as severas censuras da imprensa socialista, que a considerou «inútil»²⁵⁶. Mais tarde, em 1911, o próprio Fernandes Costa, presidente da Associação de Classe dos Soldadores e membro da comissão mista, não hesitou em esclarecer que «pouco confiava [no auxílio do] Estado, porque, como muito bem dizia Karl Marx, a emancipação dos trabalhadores havia de ser obra dos mesmos trabalhadores»; e em lembrar, a título de prova, que, no exacto sítio em que discursava (o campo do Bonfim), ilustres vultos da República tinham outrora vezes sem conta prometido «melhoramentos» à classe operária²⁵⁷. Fernandes Costa era um dirigente experimentado e responsável. O militante médio não usava de tanta delicadeza. Falando depois, um deles seriamente preveniu que, «no dia em que lhes faltasse o pão», os soldados se «vingariam». Não «cuidassem os industriais que, [pelo] facto de [porem] as fábricas no seguro», escapariam às «justas iras» dos trabalhadores: as fábricas estavam seguras, «mas não [estavam] as vidas»²⁵⁸.

Claro que estas posições radicais provocavam críticas indignadas. Em 1901, por exemplo, aconselhando uma política de «realismo», um jornalista moderado admitia que pedir a protecção do Governo não passava decerto de «pedir». Só que, acrescentava ele, o «resto» se reduzia igualmente a «basófras tolas», que não podiam deixar de levar ou à futilidade ou ao suicídio²⁵⁹. E em 1911 voltaram, como é óbvio, a ouvir-se as vozes da prudência e do compromisso. Não convém, no entanto, criar a ideia de que existia uma irremediável incompatibilidade entre as duas estratégias. No fundo, elas não se excluía, complementavam-se. Devia sem dúvida representar a opinião dominante entre os operários aquele soldador que propôs no Bonfim que se «esgotassem» primeiro «todos os meios legais para evitar o embate da introdução brusca da máquina», mas sublinhou a seguir que, se isso não desse resultado, «achava legítimos a violência e os meios extremos»²⁶⁰.

A não ser assim, não se compreende a relutância dos patrões em prosseguir o processo de mecanização, quando, no princípio de 1912, ficou claro que o Estado não iria intervir no assunto. Se o não fizeram, se se contentaram com alguns protestos «desanimados» contra o «pessoal» trabalhador que aparentemente impedia o «progresso» da indústria²⁶¹, foi porque estavam conscientes de que a intervenção do Estado não era a única arma dos soldados, nem portanto a única coisa que tinham a temer.

IX

Depois, e até 1913-15, os salários nominais mantiveram-se constantes. Apesar do reforço e desenvolvimento da organização sindical e de uma crescente experiência de luta, não há diferenças significativas entre a

²⁵⁶ *O Trabalho* de 3 de Novembro de 1901.

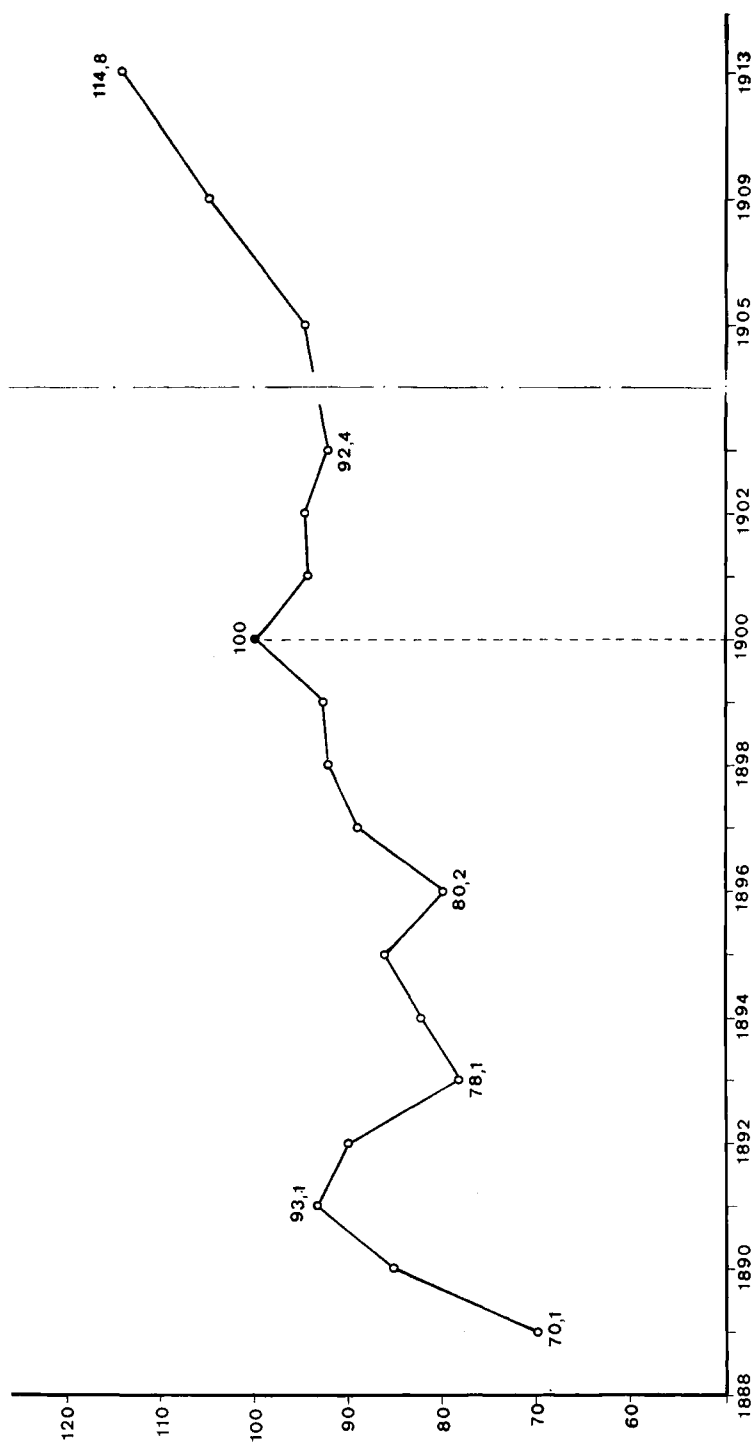
²⁵⁷ *A República* de 18 de Novembro de 1911; *A Greve* da mesma data.

²⁵⁸ *A Greve* da mesma data.

²⁵⁹ *O Trabalho* de 10 de Novembro de 1911.

²⁶⁰ *O Mundo* de 13 de Novembro de 1911.

²⁶¹ *O Século* de 18 de Janeiro de 1913.



[QUADRO N.º 9]

Anos		Produtos											
		Azeite	Vinho	Feijão	Arroz	Toucinho	Banha	Peixe	Carne de boi	Carne de porco	Bacalhau	Batata	Média anual dos índices sem o vinho
Preços na cidade de Setúbal		1889	71,3	90,9	—	74,1	65,1	—	—	69,9	—	—	70,1
	1890	105,8	141	87,5	74,2	78	78	—	—	79,8	—	—	85,06
	1891	105	217,6	93	84,9	92,8	85,5	—	—	97,4	—	—	93,1
	1892	101,9	133,3	101	88,6	87,6	87,3	—	—	75,3	—	—	90,2
	1893	90,2	155,5	60,5	84,4	81,4	78,05	—	—	74,1	—	—	78,1
	1894	91,6	217,6	76,6	74,6	90,6	82,1	—	—	79,8	—	—	82,5
	1895	80,9	205,4	96,2	82,4	82,1	92,1	—	—	87,1	—	—	86,8
	1896	77,6	126,5	87,8	82,2	68,8	85	—	—	80,2	—	—	80,2
	1897	101,5	126,5	92,4	86,5	83,4	89,4	—	—	85,8	—	—	89,8
	1898	105,1	151	99,9	88,6	94,09	99,1	68,2	—	93,9	—	—	92,6
	1899	103,7	128,7	105	100	88,7	92,5	74,8	—	89,02	—	—	93,3
	1900	100	100	100	100	100	100	100	—	100	—	—	100
	1901	95,3	103,1	100	100	83,6	91,2	106,7	—	84,6	—	—	94,4
	1902	105,5	100	109,9	98,3	83,9	59,8	111,4	—	92,8	—	—	94,5
	1903	109,3	181,6	116,1	97,8	68,8	81,5	—	—	81,3	—	—	92,4
Cidade de Lisboa		1900	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
		1905	97,3	101,9	92,4	108,2	91,5	87,3	—	93,3	93,4	94,6	100
		1910	136,9	92,8	84,2	108,2	104,5	101,6	124,4	96,3	—	92,1	101,4
		1913	151,04	136,6	103,9	135,4	96	104,6	152,1	98,2	99,5	84,5	123,7

tabela de preços de 1897 e a de 1907, que ficou em vigor durante quase dez anos. A comparação, representada no quadro n.º 10, é instrutiva ²⁶².

Ou seja, apenas se alteraram as remunerações da lata *cheia* 1/2 alta e 4/4 ordinária. Importa, porém, sublinhar que estes formatos raras vezes se fabricavam e que os mais vulgarmente utilizados (1/4 *club*, ordinário e *décollage*) ²⁶³ continuaram a ser pagos da mesma maneira que em 1897 ou 1890.

[QUADRO N.º 10]

(Preços em réis)

Formatos	1897		1907	
	Vazio	Cheio	Vazio	Cheio
1/4 <i>club</i> (<i>décollage</i>)	250	240	250	240
1/4 <i>club</i> (ordinário)	160	240	160	240
1/4 americano (ordinário)	180	260	180	260
1/8 (<i>décollage</i>)	250	240	250	240
1/8 (ordinário)	160	240	160	240
1/4 (ordinário)	160	240	160	240
1/2 baixo (ordinário)	200	280	200	280
1/2 alto (ordinário)	260	340	260	360
4/4 (ordinário)	700	700	700	800

Assim, partindo da hipótese de que um soldador medianamente hábil fazia, ou «fechava», cerca de 800 latas em oito horas (um bom soldador chegava às 1200 e os piores não passavam, com frequência, das 500), temos que ganhava 2\$000 réis no 1/4 *club décollage* vazio e 1\$920 no cheio, ou 1\$280 réis no 1/4 *club* ordinário vazio e 1\$920 no cheio. Dito de outro modo, os salários diários brutos variavam entre 2\$000 e 1\$200 réis e, entrando em conta com as multas, as despesas em ferramentas e as «jornas» perdidas ou que não atingiam oito horas, os salários diários líquidos deviam oscilar entre os 1\$000 e 1\$500 réis, conforme os cálculos do *Boletim do Trabalho Industrial* para 1905, 1906 e 1907 ²⁶⁴.

Eis o quadro geral. Resta acrescentar o seguinte: como atrás se deixou implícito, o advento da República não se reflectiu sobre os rendimentos dos soldados. Excepto talvez para os reduzir. Na verdade, em 1913, um grupo de patrões gabava-se de «sustentar o trabalho em vazio» com salários de «80 centavos a um escudo» ²⁶⁵, isto é, com uma economia de 20 % em relação a 1890. Mas não se tratava com certeza de um caso típico.

Falámos de salários nominais. E os reais? Ponderando os primeiros com o índice do custo de vida na cidade de Setúbal entre 1889 e 1913, verifica-se que, em 1913, 1\$000 réis valiam no bolso de um soldador menos 3,7 % do que em 1910, menos 14,8 % do que em 1900 e menos 44,7 % do que em 1899.

²⁶² Só se tomaram em consideração os formatos comuns às duas tabelas, que, aliás, representavam a quase totalidade da produção.

²⁶³ Entrevista com o ex-soldador Carlos Gomes, conduzida por Margarida Pereira de Moura, em 9 de Fevereiro de 1977.

²⁶⁴ *Boletim do Trabalho Industrial*.

²⁶⁵ *O Século* de 20 de Dezembro de 1913.

As perdas foram, de facto, dramáticas e, como escrevia *O Independente* em 1909 ²⁶⁶, a «classe dos soldados», antes «invejada pelos demais operários», «que não nutriam por ela grandes simpatias», dobrou o século e assistiu à revolução de Outubro de 1910 numa situação que nada tinha de «próspera».

X

As *mulheres* (ditas *mulheres das fábricas*) eram, com os rapazes, os operários menos qualificados da indústria. O seu trabalho, como parcialmente se poderá depreender da secção sobre o processo de fabrico e determinava com típica brutalidade o Regulamento de 1911, que foram obrigadas a aceitar, consistia em «cortar, engrelhar e enlatar o peixe; [empurrar] os carros; levar as latas com peixe para os pios; tirar peixe para os soldados da máquina; [ajudar] no armazém na escolha da lata; encaixar, pôr etiquetas, empapelar latas, pôr chaves, lavar grelhas, dar peixe em volta das mesas, fritar peixe; e, finalmente, todo o trabalho que o uso e o costume tinham estabelecido [como pertencendo-lhes]» ²⁶⁷.

Mas, depois desta vasta e ambígua enumeração, os patrões reservavam-se ainda (em 1911) «o direito de mandar fazer qualquer destes serviços por *homens* ou *rapazes*, quando assim lhes parecesse conveniente» ²⁶⁸. Que significava essa prudência pouco vulgar? A resposta exige uma explicação prévia. Acontece que as mulheres desempenhavam uma função produtiva de limites por natureza indefinidos: cabiam-lhes tendencialmente quaisquer tarefas que, pela sua complexidade, não coubessem a outros, ou seja, aquelas que não implicavam «especialização» alguma. Só que as fronteiras entre o trabalho «especializado» e o trabalho «não especializado» não permaneciam imóveis, variavam com a relação de forças de «classe» (entre capitalistas e operários) e a consequente estrutura técnica da indústria. O pouco poder dos soldados organizados levou os industriais a substituí-los por máquinas, total ou parcialmente. E o mesmo sucedeu mais tarde com os *trabalhadores*. O papel das mulheres aumentava, como é óbvio, a cada passo dado no sentido de liquidar as categorias profissionais «aristocráticas» ou «semiaristocráticas». Para alimentar as «cravadeiras» e os aparelhos de soldagem bastava um par de «braços». Sem cabeça.

Não se tratou aqui, porém, de uma evolução regular ou de uma mudança simples e brusca. A capacidade de negociação dos soldados e *trabalhadores* não resultava exclusiva e automaticamente da sua posição privilegiada nas formas de fabrico dominantes. Resultava também, embora não em última instância, da disciplina e implantação dos sindicatos, das suas tradições de luta, do apoio da comunidade. E, por isso, os patrões, à medida que os destruíam enquanto espécies operárias, para atenuar o impacto da operação, atribuíam-lhes «serviços» antes executados por mão-de-obra menos qualificada. Sabe-se, por exemplo, como, em 1913, os

²⁶⁶ *O Independente* de 23 de Dezembro de 1909

²⁶⁷ *O Mundo* de 13 de Março de 1911.

²⁶⁸ *Ibid.*, de 15 de Março de 1911.

soldadores reclamaram (mas não obtiveram) tarefas dos *trabalhadores* e os *trabalhadores das mulheres* ²⁶⁹.

Deste modo, a função produtiva das *mulheres* cresceu, com avanços e recuos (que o Regulamento de 1911 sensatamente previa), na proporção da força dos capitalistas para eliminar os «homens» (criadores de tumultos e sarilhos) das conservas, a benefício de trabalho morto. O fim da história é conhecido. Por volta de 1930-40, apenas existiam *mulheres* na indústria, isto é, «braços» eminentemente trocáveis por «braços», baratos e, sobretudo, submissos.

As *mulheres* eram operárias e, convém lembrá-lo, eram mulheres. Sofriam, assim, não de uma, mas de duas inferioridades sociais. Transparece claramente da evidência disponível que, em muitos aspectos, os trabalhadores homens não as consideravam camaradas de parte inteira. Desde logo, os soldadores e os *moços* não hesitavam em tomá-las por «alvo de descon siderações e abusos» constantes ²⁷⁰. Um deles, por exemplo, foi despedido em 1903 por andar a exibir na fábrica um desenho pouco «honesto» e desafiar várias «raparigas» para «fins menos morais» ²⁷¹. Acresce a isso que, se os insultos, grosserias e avanços de natureza sexual davam origem a conflitos públicos perturbadores da disciplina produtiva, os patrões reagiam normalmente despedindo as *mulheres*, e não os homens, mais difíceis de substituir ²⁷².

Pior ainda, como notava *O Germinal*, a «classe operária masculina» «nada se preocupava» com a situação da «feminina». A sua imprensa, é certo, não cessava de lamentar, entre compadecida e paternal, a triste sorte das «desgraçadas» ²⁷³, «pobres» ²⁷⁴, «indefesas» *mulheres* ²⁷⁵. Porém, mesmo achando-as particularmente «depauperadas e andrajosas» ²⁷⁶, raramente se decidia a defendê-las. Depois de 1910, os *moços* desencadearam com elas várias greves comuns, que partiam e assentavam na sua *comum* ausência de qualificação profissional. A «aristocracia» dos soldadores, no entanto, a única verdadeiramente poderosa, sempre pronta a entreatuar-se e, com frequência, a ajudar os *moços*, se eram as mulheres que estavam em causa, assistia invariavelmente impávida às piores formas de exploração, a despedimentos, a prepotências, a agressões. Conhece-se apenas um caso em que, por exceção, os soldadores entraram em greve, *entre outras razões*, porque um mestre maltratava as *mulheres* ²⁷⁷. E, em 1911, durante a grande luta destas por aumento de salários, os soldadores permaneceram «neutros», fechando as latas que os patrões conseguiam encher, sob pretexto de que discordavam da «oportunidade» da reivindicação ²⁷⁸.

²⁶⁹ *O Trabalho* de 12 de Janeiro de 1913.

²⁷⁰ *Ibid.*, de 20 de Setembro de 1901. Outro exemplo: em 31 de Janeiro de 1909, *O Germinal* publicava a seguinte notícia: «Uma operária da Fábrica de Conservas S.^{to} António escreve-nos queixando-se de que foi agredida brutalmente por um empregado daquela casa.»

²⁷¹ *Ibid.*, de 29 de Março de 1903.

²⁷² *O Germinal* de 19 de Dezembro de 1910.

²⁷³ *O Trabalho* de 1 de Dezembro de 1912.

²⁷⁴ *Ibid.*, de 17 de Novembro de 1912.

²⁷⁵ *O Germinal* de 4 de Abril de 1909.

²⁷⁶ *Ibid.*, de 3 de Dezembro de 1910.

²⁷⁷ *O Trabalho* de 10 de Agosto de 1902.

²⁷⁸ *Ibid.*, de 26 de Fevereiro e 9 de Abril de 1911. Mas nem todas as categorias dos operários os imitaram. Os carroceiros, por exemplo, fizeram um «boicote» de solidariedade: *O Germinal* de 25 de Fevereiro de 1911.

Mas, se os homens podiam negar, e por regra negavam, a sua solidariedade às operárias, o contrário nunca acontecia. Em primeiro lugar, porque a sua autoridade sobre elas não cessava à porta das fábricas. Não raro, os soldados ou os *moços* deliberavam, *em assembleia geral dos seus sindicatos*, «retirar» as respectivas *mulheres* do trabalho em apoio de movimentos que só lhes diziam respeito a eles ²⁷⁹. E o facto de ameaçarem os eventuais renitentes com expulsão e ostracismo mostra que a vontade própria das interessadas se considerava negligenciável ²⁸⁰. O princípio do seu total e *exclusivo* poder sobre as *mulheres* não se discutia, e mesmo um patrão que se atreveu a infringi-lo, exigindo aos maridos que algumas se não empregassem numa empresa rival, foi imediatamente obrigado a recuar ²⁸¹.

Contudo, poucas vezes os homens se viam coagidos a exercer as suas prerrogativas. Como estava na lógica das coisas, se os homens, e sobretudo os soldados, pela sua superioridade sexual e profissional, podiam não se sentir camaradas das operárias, elas sentiam-se com certeza camaradas deles. «Somos filhas, mulheres e companheiras» dos marítimos e dos trabalhadores das conservas, proclamavam orgulhosamente em 1912, «a nossa causa é [...] a deles.» ²⁸² E, assim, sempre lhes tinham espontaneamente oferecido o seu apoio nas pequenas lutas ²⁸³ e nas batalhas duras e prolongadas, como a greve-*lock-out* de 1905 ²⁸⁴; só que sem retribuição, como quem cumpre um dever que não merece e de que se não espera reconhecimento. Que os homens, aliás, se guardavam de dar. Apenas a partir de 1912-14, quando a crise dos soldados se revelou irremediável e as operárias emergiram cada vez mais nitidamente como a categoria principal da indústria, a sua velha dedicação começou a ser hesitantemente retribuída. É que, para lá do sentimento, a razão da solidariedade residia na força e, nessa altura, a força das *mulheres* tornara-se já indispensável aos homens ²⁸⁵.

As *mulheres* não tinham, em rigor, horário de trabalho. Como a sua principal tarefa era preparar o peixe antes que apodrecesse, o número de horas que passavam nas fábricas variava directamente com as quantidades de sardinha ou cavala que os patrões entendiam comprar ou, mais simplesmente, que apareciam no mercado. Pior ainda: como os barcos das armações e dos cercos não traziam o peixe com regularidade, em qualquer altura do dia ou da noite ²⁸⁶ as mulheres podiam ser chamadas às bancas por uma «sineta» ou pelos «encarregados» do industrial.

Acontecia, assim, que, para além de sofrerem a agressão de uma vida estruturalmente «sem regra» ²⁸⁷, as operárias se viam com frequência

²⁷⁹ *O Germinal* de 22 de Junho de 1912; *O Trabalho* de 23 de Junho de 1912.

²⁸⁰ *Ibid.*, da mesma data; *O Trabalho* de 23 de Junho de 1912.

²⁸¹ *O Trabalho* de 16 de Julho de 1911.

²⁸² *Ibid.*, de 23 de Junho de 1912.

²⁸³ *Ibid.*, de 20 de Setembro de 1901 e de 15 de Junho e 19 de Outubro de 1902.

²⁸⁴ *Ibid.*, de 16 de Abril de 1905.

²⁸⁵ O que, de resto, se anunciava desde o dobrar do século. Em 26 de Janeiro de 1902, *O Trabalho* escrevia: «[...] [as mulheres] é que poderiam com pequeno sacrifício salvar aqueles que sofrem como elas (os soldados), não permitindo que as máquinas sejam introduzidas nas fábricas.»

²⁸⁶ Embora a esmagadora maioria dos fabricantes convocassem as mulheres à noite, é provável que houvesse algumas excepções. Por exemplo, as operárias da fábrica Delory, por volta de 1910, trabalhavam só de dia.

²⁸⁷ *O Trabalho* de 16 de Abril de 1905.

sujeitas a «jornadas de 20 horas»²⁸⁸ ou, como na empresa Cândia, a períodos de trabalho «sem interrupção» de 8 e 10 horas²⁸⁹. Isto convinha aos capitalistas por duas razões. A primeira — e menos importante — estava em que o sistema os deixava organizar a produção com maior flexibilidade e, presume-se, rendimento. A segunda — e razão essencial — era a de que a ausência de normas fixas obliterava a distinção entre horas «ordinárias» e «extraordinárias» e, desse modo, lhes permitia apropriar um considerável volume de *trabalho não pago*, ou seja, de todo aquele que excedia as práticas correntes ou se fazia *à noite*²⁹⁰. Para as *mulheres* não existiam «serões» e «madrugadas» enquanto «tempos especiais» objecto de especial remuneração.

E, apesar de trinta anos de incessantes protestos e reclamações, nunca elas conseguiam impor aos industriais um genuíno horário de trabalho. Compreende-se porquê. Em condições de endémico subemprego e sob a ameaça constante da inesgotável reserva de mão-de-obra rural, pronta a acorrer à cidade por qualquer preço, não havia maneira de usar a sua única arma eficaz, a greve.

A fraqueza contratual das operárias levou mesmo a que os patrões não cumprissem a legislação que as favorecia, perante a inteira benevolência e cumplicidade dos representantes do Estado. Na verdade, um Decreto de 14 de Abril de 1891 e o seu subsequente Regulamento de 16 de Março de 1893 equiparavam as mulheres até 21 anos aos menores de 16 do sexo masculino e proibiam-lhes mais de 10 horas de trabalho por dia, mais de 6 de trabalho nocturno e mais de 5 de trabalho consecutivo²⁹¹. Mas foram geral, militante e publicamente ignorados, apesar de se aplicarem a quase dois terços das operárias das conservas. Em 1903, por exemplo, passados dez anos sobre a sua publicação, o director da circunscrição industrial a que pertencia Setúbal declarava (em flagrante violação da lei) que não via «inconveniente [no] trabalho nocturno moderado para menores [e, portanto, mulheres] nas fábricas de conservas», e justificava esta extraordinária opinião com o argumento, igualmente extraordinário, de que a «falta de braços» o impunha e de que, sem ele, os «estabelecimentos» sofreriam graves «prejuízos»²⁹². Dez anos depois, em 1912 e em plena República «democrática», ainda uma comissão de operárias se deslocava inutilmente a Lisboa a rogar ao Sr. Ministro do Fomento se dignasse mandar executar a legislação em vigor desde 1893²⁹³.

E apenas em meados de Novembro desse ano as mulheres se sentiram suficientemente fortes²⁹⁴ (ou suficientemente desesperadas) para reivindicar a fixação de um tempo «ordinário» de trabalho, exigindo um suplemento de 10 réis por cada hora *nocturna* (isto é, posterior às 7 da tarde)²⁹⁵.

²⁸⁸ *O Trabalho* de 24 de Novembro de 1901.

²⁸⁹ *Ibid.*, da mesma data.

²⁹⁰ E as mulheres não o ignoravam: *O Germinal* de 3 de Janeiro de 1912.

²⁹¹ Rui Enes Ulrich, *op. cit.*, pp. 47-55.

²⁹² *O Trabalho* de 12 de Abril de 1903. Ver ainda *A Greve* de 7 de Junho de 1908.

²⁹³ *O Germinal* de 3 de Janeiro de 1912; *O Século* de 11 de Janeiro de 1912. Ver *A Greve* de 6 de Abril de 1908, que atribui o não cumprimento dos decretos de 1891-93 «à decadência em que o movimento operário caíra, ao estacionamento das [...] associações sindicais e ao desmantelamento de algumas delas».

²⁹⁴ Talvez por causa da fraqueza do Estado republicano e do novo vigor do movimento sindical.

²⁹⁵ *O Germinal* de 23 de Novembro de 1912.

Meia dúzia de patrões cederam ²⁹⁶, mas treze mantiveram-se intransigentes e, como dizia um comentador indignado, alegando a «penúria da indústria», rejeitaram o «misérrimo pedido das operárias» ²⁹⁷. Houve ainda uma fruste tentativa de greve e, depois, as coisas voltaram ao ponto de partida, restabelecendo-se em todas as fábricas o sistema tradicional ²⁹⁸.

Como não tinham horário, as *mulheres* não tinham, evidentemente, direito a um dia de descanso semanal. É escusado insistir no assunto: só vale a pena notar que para elas o descanso se não distinguia do desemprego (por escassez de peixe, crises de subprodução, etc.).

Mais uma vez, também nesta área os patrões nem sequer observaram, ou foram obrigados a observar, a lei do País. Quando, em 1907, João Franco decretou o descanso semanal obrigatório, em Setúbal, os industriais de conservas não o «outorgaram» às operárias e continuaram imperturbavelmente a convocá-las para as bancas, mesmo aos domingos ²⁹⁹.

Em 1911, a República reiterou a determinação de Franco, que ninguém se dava ao excessivo incómodo de respeitar. Com fracos resultados, porém. Em Março, os patrões impunham às mulheres um «regulamento» onde se mandava que elas «comparecessem nas fábricas aos domingos e feriados quando houvesse trabalho»; «o descanso semanal de 24 horas consecutivas» seria cumprido, claro, mas «de harmonia com a índole especial da indústria» ³⁰⁰. O alcance desta cordata qualificação logo se tornou claro. Em Abril, os patrões requereram à comissão administrativa da Câmara que, «atenta» a referida «índole» das conservas, os autorizasse a substituir o «encerramento aos domingos» pelo «descanso por turnos» ³⁰¹. Aparentemente insignificante, a alteração era, na prática, essencial. Se as autoridades e as associações operárias podiam sem esforço verificar o «encerramento ao domingo», o «descanso por turnos», complicado e diferente de caso para caso e semana para semana, escapava a qualquer controlo. Aceitá-lo, como a comissão administrativa da Câmara se apressou a fazer, equivalia a entregar as *mulheres* ao arbítrio dos capitalistas. Ou seja, a manter as condições anteriores de ocupação contínua, com intervalos de desemprego.

Sobre as suas vantagens intrínsecas, o facto de as *mulheres* não terem horário beneficiava ainda os patrões de outra meritória maneira: oferecia-lhes a oportunidade de roubar trabalho às operárias, «roubando-lhes» tempo. Por dois processos principais.

Primeiro, só lhes pagando o período da actividade efectiva. Em geral, assim que o capitalista comprava o peixe na lota, chamava as *mulheres* à fábrica. E, na fábrica, elas, em geral, esperavam (com frequência uma, duas e até três horas) que o peixe chegasse (de carroça) e fosse descarregado. Essa espera, muitas vezes de noite, os industriais não consideravam trabalho e, consequentemente, não contavam para efeitos de salário. Mas havia mais. Se o peixe não vinha *escorchado e salmonado* das mãos dos pescadores, as próprias *mulheres* eram obrigadas a prepará-lo e a esperar

²⁹⁶ *O Trabalho* de 1 de Dezembro de 1912. Por regra, pequenos patrões.

²⁹⁷ *Ibid.*, de 17 de Novembro de 1912.

²⁹⁸ *Ibid.*, de 17 de Novembro de 1912 e de 12 de Janeiro de 1913.

²⁹⁹ *O Germinal* de 8 de Setembro de 1907; *O Trabalho* de 22 de Setembro de 1907; *O Germinal* de 24 de Novembro de 1907. Aliás, contra a sua própria deliberação(?), em assembleia geral do Sindicato.

³⁰⁰ *O Mundo* de 15 de Março de 1911.

³⁰¹ *O Trabalho* de 30 de Abril de 1911.

depois que ele salgasse nas *moiras*, antes de o *engrelharem* ³⁰². Para os patrões, também esta interrupção forçada não constituía trabalho ou merecia, evidentemente, qualquer remuneração.

Apesar de infundáveis protestos e de duas greves, nunca as operárias conseguiram pôr termo a semelhantes práticas. O Regulamento de 1911, por exemplo, persistia em declarar, com tranquila brutalidade: «[...] as [mulheres] começam a vencer desde a ordem dada pelo industrial ou encarregado para começar o trabalho, terminando quando os mesmos derem ordem para largar. Não será contado o tempo de espera, [...] de dia ou de noite.» ³⁰³

O segundo método de roubar trabalho «roubando» tempo, se possível, ultrapassava o primeiro em cruzeza e violência. Consistia ele, pura e simplesmente, em enganar as *mulheres*, quase sempre analfabetas, sobre o número de horas que na realidade tinham passado «à banca» (isto é, não incluindo a espera inicial e a provável paragem para o peixe salgar).

Com esse específico propósito, os patrões não punham relógio de parede nas fábricas ³⁰⁴. E, se o punham, não o punham em locais de fácil acesso ou atrasavam-no e adiantavam-no sistematicamente segundo as suas conveniências ³⁰⁵. No fim do século XIX, princípio do século XX, o relógio individual era um produto de luxo fora do alcance da maioria dos operários e que, de qualquer maneira, se usava ao domingo com as melhores roupas, mas não se usava no trabalho. É mesmo duvidoso que muitas *mulheres* fossem capazes de «ler» as horas. E assim se abria um considerável campo de manobra aos industriais, que eles diligentemente aproveitavam.

As *mulheres* lutaram anos e anos contra esta forma de exploração, mais comum e intensa do que poderá supor-se. Em 1909, por exemplo, quando já ia longe o pior período de inexperiência, desorganização e fraqueza operária, ainda uma empresa chamada Liberal (de Alves e C.^a) se recusava altivamente a colocar um relógio na oficina ³⁰⁶. E só em 1911 o Regulamento aceitou, em princípio, que «em todas as fábricas haveria um relógio em lugar bem visível» ³⁰⁷. Mas não se conhece o resto da história: e os patrões tendiam a esquecer-se das suas promessas quando ninguém lhas lembrava.

Resta acrescentar uma observação. Os pagamentos faziam-se habitualmente ao sábado ³⁰⁸. E, como se disse, o que as *mulheres* recebiam variava de semana para semana, conforme a escassez ou a abundância de peixe e o ritmo de produção. Precisavam, desse modo, de saber quanto tinham trabalhado em cada dia e qual era a soma final das parcelas. Ora, o que a um burguês educado de 1977 parece elementar, para as operárias constituía uma operação complexa. Não apenas por serem analfabetas, como por regra sucedia, mas porque, entrando e saindo da fábrica a horas irregulares, sem relógio, cansadas e a caminho de outras tarefas, quase nunca conseguiam, ou as deixavam, apurar o seu tempo exacto de trabalho.

³⁰² *O Trabalho* de 16 de Abril de 1905.

³⁰³ *O Mundo* de 15 de Março de 1911.

³⁰⁴ *O Trabalho* de 2 de Maio de 1909; *O Mundo* de 15 de Março de 1911.

³⁰⁵ *Ibid.*, de 21 de Julho de 1907 e de 26 de Janeiro de 1908.

³⁰⁶ *Ibid.*, de 2 de Maio de 1909.

³⁰⁷ *O Mundo* de 15 de Março de 1911.

³⁰⁸ *Ibid.*, da mesma data.

Confiavam, portanto, nos patrões. E os patrões, é claro, não hesitavam em enganá-las.

Como não servia de nada protestar (não existia na matéria autoridade superior aos industriais) e o protesto implicava até o risco de despedimento, o único remédio consistia em prevenir. Para que as suas contas coincidissem com mais frequência com as dos patrões, as mulheres reivindicaram, desde cerca de 1900, um cartão individual em que se registassem, «oficial» e diariamente, as horas de trabalho. Em 1911, após anos de luta, o Regulamento concedeu-lhes benevolmente o cartão ³⁰⁹. De novo, porém, não há maneira de estabelecer o que se passou depois.

Sobre fazerem um trabalho extenuante, sujo e mal pago, e sofrerem uma exploração particularmente intensa, mesmo para o Portugal desses anos, as *mulheres* estavam sujeitas dentro das fábricas a formas de opressão que, em geral, poupavam os homens. Não se tratava já das quase universais proibições de conversar, cantar ou assobiar; a «disciplina» industrial estendia-se, no seu caso, também à impossibilidade de deixarem as «bancas» ou «mesas» para irem à retrete e até para beberem água, que, de resto, habitualmente os patrões se recusavam a fornecer-lhes ³¹⁰. Como as suas horas eram irregulares, muitas vezes não lhes concediam qualquer intervalo para comer e descansar. E os mais breves atrasos em responder ao toque da «sineta» (ou sirene) ou à convocação vocal do encarregado costumavam ser punidos com despedimento imediato: ou, melhor, com a contratação de outra operária de entre o número invariavelmente excessivo daquelas que se apresentavam ou se podiam rapidamente mobilizar.

Acresce que a inferior condição social feminina permitia, ao contrário do que acontecia com os soldados e os *moços*, que esta disciplina fosse imposta por métodos expeditivos. Os mestres (e mesmo as mestras), que nunca se atreveriam a levantar a mão para um homem, não hesitavam em «oferecer pancada» às mulheres ³¹¹ e, de quando em quando, em passar das ameaças aos actos. As queixas contra agressões e «maus tratos» físicos não cessaram durante todo o período em análise ³¹².

Como não cessaram as queixas contra as iniciativas sexuais dos encarregados, uma espécie específica de humilhação. Em 1902, por exemplo, *O Trabalho* acusava o encarregado da casa Sérjé de se mostrar «em demasia galanteador», «abusando da sua posição» ³¹³. E, pouco depois, o da casa Chancerelle tentava violar uma operária de 12 anos ³¹⁴.

As *mulheres* tinham dificuldade em resistir a semelhantes ataques. Como se sabe, desempenhavam nas fábricas diversas tarefas de peso e dureza diferentes e, nas palavras do Regulamento de 1911, o «direito» de distribuir por elas o «serviço» pertencia «em exclusivo» aos industriais

³⁰⁹ *O Mundo* de 15 de Março de 1911.

³¹⁰ *O Trabalho* de 2 de Maio de 1909 e de 3 de Novembro de 1901.

³¹¹ *Ibid.*, de 27 de Julho de 1902. Perguntava *O Mundo* em 16 de Outubro de 1904: «Porque não trata o mestre os soldados do mesmo modo que trata as operárias?» E respondia: «É porque aqueles são homens e talvez não se sujeitassem ao que sofrem as pobres mulheres.»

³¹² *O Mundo* de 16 de Outubro de 1904; *O Germinal* de 12 de Abril de 1906.

³¹³ *O Trabalho* de 5 de Janeiro de 1902. Ver também *O Germinal* de 16 de Outubro de 1904 sobre um mestre que fazia «as ameaças as mais injustificadas» e usava «a linguagem a mais indecorosa».

³¹⁴ *Ibid.*, da mesma data.

e aos seus representantes ³¹⁵. Se decidissem, portanto, rejeitar clara e taxativamente as indesejadas atenções dos mestres, mesmo que por sorte as não despedissem ou pusessem na «lista negra», arriscavam-se a receber sempre as piores tarefas ³¹⁶. Estas perseguições (e os consequentes «favoritismos» com aquelas que cediam à pressão) foram comuns à indústria inteira, de Olhão a Matosinhos, e talvez não hajam desaparecido antes da relativa «prosperidade» posterior à segunda guerra mundial.

O paternalismo das relações entre homens e mulheres, dominante na sociedade em geral, permeava igualmente as relações de patrões e operárias. As operárias tendiam, por exemplo, a presumir que os patrões ignoravam os «abusos» de que elas eram «vítimas» e, ocasionalmente, chegavam até a apelar para eles com êxito. Assim, os encarregados, responsáveis directos, mas dependentes, ficavam com a parte substancial do odioso da política patronal e os patrões conseguiam aparecer como figuras relativamente benignas, em cujas costas se passava a pior das injúrias, pancadas e chantagens sexuais ³¹⁷.

Para alimentar uma tão conveniente imagem de si próprios, estes últimos costumavam, aliás, ao contrário do que faziam com os *moços* ou com os soldados, dar às *mulheres* gratificações e *bónus* ³¹⁸. Porém, essas liberdades, que supostamente punham a «boca doce» às visadas, tinham uma séria contrapartida: os fabricantes esforçavam-se por controlá-las política e ideologicamente como nem sequer lhes ocorria tentar com os homens. Ou lhes descontavam, com propósitos educativos, «um tostão» na «jorna» a título de contribuição para «uma missa por alma» de um benemérito local ³¹⁹; ou as coagiam a assinar «um papel religioso», tornando-as «inconscientemente judas da causa do trabalho» ³²⁰; ou as forçavam a comprar folhetos de propaganda clerical, «irritantes e inábeis» ³²¹. Mas constantemente lhes exigiam uma conformidade explícita e activa à ortodoxia burguesa.

E, se, por acaso, as *mulheres* resolviam reivindicar fosse o que fosse, tratavam-nas, sempre que possível, como filhas recalcitrantes, isto é, batendo-lhes. Ainda em 1910, com a República igualitária proclamada em Lisboa, alguns industriais se sentiram suficientemente seguros para mandar «criaturas brutas» (os mestres) sovar operárias grevistas, quando estas lhes vinham pedir aumento de salário. Com crianças e mulheres não usavam de desnecessárias contemplanções.

Os jornais operários descreviam invariavelmente o trabalho das *mulheres* como «extenuante» (o adjectivo mais vulgar) ³²², «desumano e violento» ³²³ e garantiam que ele se «realizava» em condições «péssimas» ³²⁴ e pouco higiénicas ³²⁵. Na verdade, as operárias trabalhavam

³¹⁵ *O Mundo* de 15 de Março de 1911.

³¹⁶ *O Germinal* de 16 de Outubro de 1904.

³¹⁷ *O Trabalho* de 3 de Novembro de 1901 e de 5 de Janeiro de 1902; *O Mundo* de 16 de Outubro de 1904.

³¹⁸ *Ibid.*, de 10 de Abril de 1904.

³¹⁹ *Ibid.*, da mesma data.

³²⁰ *Ibid.*, da mesma data.

³²¹ *O Germinal* de 4 de Abril de 1909.

³²² *Ibid.*, de 2 de Maio de 1909; *O Trabalho* de 17 de Novembro de 1912.

³²³ *O Trabalho* de 16 de Abril de 1905.

³²⁴ *Ibid.*, de 2 de Maio de 1909.

³²⁵ *Ibid.*, de 21 de Julho de 1907.

sempre de pé, às «bancas» ou «mesas», no meio dos restos inaproveitáveis do peixe e de um cheiro inevitavelmente nauseabundo.

Além dos «traumatismos, golpes, cortes de dedos, [...] picadas [de] espinhas» e respectivas infecções, que afectavam todos os conserveiros³²⁶, as *mulheres* sofriam de males particulares. Tinham de suportar longas horas sem se sentarem para comer ou descansar, não só em circunstâncias normais, como quando estavam grávidas ou convalescentes de parto. Há um caso registado de uma síncope de uma operária grávida³²⁷. Mas deve ter havido muitos mais que não se registaram. Não podendo prescindir dos seus curtos salários, as *mulheres* corriam qualquer risco para sobreviver. É certo que o decreto de 1891 proibia a sua admissão ao serviço nas primeiras quatro semanas depois do parto³²⁸. Porém, nem a miséria deixava as interessadas invocá-lo, nem os patrões, evidentemente, se lembravam dele.

Como não se lembravam dos outros artigos da lei que determinavam que nas fábricas com mais de 50 operárias houvesse uma creche e que as mães fossem autorizadas a amamentar os filhos, às horas e pelas formas oficialmente previstas³²⁹. Em Setúbal, onde muitas empresas empregavam 100 e 50 operárias, não só não existiam creches, mas nem mesmo as *mulheres* podiam exercer o seu direito de interromper o «serviço» para amamentar as crianças, que ou ficavam em casa à guarda dos irmãos ou avós, ou, em certos casos, em cestos à própria porta das oficinas. O trabalho das operárias não se limitava a ser brutal e pago com uma «bagatela»³³⁰, a disromper a vida doméstica e familiar, a «arruinar a saúde»³³¹; arruinava também, e talvez sobretudo, a saúde dos respectivos filhos.

Numa única coisa as fontes são unânimes: as *mulheres* eram o pessoal (adulto, ou presumivelmente adulto) «mais mal retribuído das fábricas»³³². Recebiam uma «bagatela»³³³, salários de «miséria»³³⁴, salários «ridículos»³³⁵. Mas a partir daí começa a ser muito difícil saber quanto ganhavam.

Desde logo, o preço da hora variava de acordo com três factores: a idade, a qualificação e, a partir de 1912-13, o grau de mecanização da empresa. Em primeiro lugar, como dizia o Regulamento de 1911, «as operárias que, pela sua falta de prática ou pouca idade, não pudessem fazer todos os serviços que lhes competiam» trabalhavam, não à «tabela», mas por uma remuneração especial «convencionada entre o industrial e elas»³³⁶. Em segundo lugar, também nas palavras do Regulamento, «as operárias especialistas [sic] [utilizadas] na escolha da lata, nos pios e na fritura do peixe» — isto é, aquelas, «escolhidas» pelo patrão ou pelo «encarregado», que depois de 1910 principiaram a substituir e a expulsar

³²⁶ *Inquérito Industrial de 1909*.

³²⁷ *O Trabalho* de 18 de Setembro de 1904.

³²⁸ Rui Enes Ulrich, *op. cit.*, p. 70; *O Trabalho* de 18 de Setembro de 1904.

³²⁹ *Id.*, *op. cit.*, p. 70; *A Greve* de 21 de Março de 1908.

³³⁰ *O Trabalho* de 16 de Abril de 1905.

³³¹ *Ibid.*, de 26 de Janeiro de 1902.

³³² *Ibid.*, de 16 de Abril de 1905.

³³³ *Ibid.*, da mesma data.

³³⁴ *O Germinal* de 2 de Maio de 1909.

³³⁵ *O Trabalho* de 20 de Setembro de 1901.

³³⁶ *O Mundo* de 15 de Março de 1911.

os homens — tinham um suplemento de 5 réis por hora ³³⁷. E, finalmente, por volta de 1912-13, muitas das fábricas mais mecanizadas decidiram aumentar as suas *mulheres* para as separar da luta que os soldados travavam contra a sua obsolescência tecnológica ³³⁸.

Além disto, sucedia igualmente que as operárias não trabalhavam o ano inteiro como os soldados (no «cheio» e no «vazio») e, em certa medida, mesmo os *moços*; eram chamadas só quando havia peixe. Atravessavam, assim, longos períodos de desemprego, a que se seguiam fases de actividade intensa, embora irregular; e é, portanto, impossível saber (nem elas o conseguiam) quanto, ao fim e ao cabo, ganhavam *em média* por dia.

Sabe-se, porém, com bastante aproximação, o que ganhavam por hora. E, postulando, assaz arbitrariamente, que o seu tempo total de ocupação não mudou entre 1890 e 1913, existem os elementos necessários para determinar em linhas gerais a evolução dos salários nominais e reais.

Até 1901, o preço da hora «não ia além de 30 réis» ³³⁹ (o que significa que com frequência ficava consideravelmente abaixo). Em 1905, o *Boletim do Trabalho Industrial* punha-o entre 20 e 40 réis, mas notava que, para a maioria das *mulheres*, ele oscilava entre os 30 e os 35 réis. De 1905 a 1908, os salários subiram ligeiramente e, em 1909, quase todas as operárias adultas (dos 16 anos em diante) trabalhavam a 40 réis por hora.

Porém, precisamente nessa altura desencadeou-se um movimento de sentido inverso. Em Maio de 1909 dão-se as primeiras lutas contra patrões que querem regressar aos 35 réis ³⁴⁰. E, em Novembro de 1910, a favor da grande esperança da República, as *mulheres* reivindicam já a *antiga* tabela de 40 réis por hora diurna (acrescentando a exigência nova de 50 réis por hora nocturna) ³⁴¹. Perdem, no entanto, as grandes greves de 1910 e 1911. Por isso, em 1912, as remunerações gerais (dia e noite) continuaram aos níveis de 1909 (isto é, entre 35 e 40 réis, sendo 35 a regra) e neles se mantiveram, depois de outra séria derrota, em 1913-14 ³⁴². Excepto, claro, para as operárias das fábricas mais mecanizadas, que, por razões atrás referidas, chegaram, em alguns casos, aos 50 e 55 réis ³⁴³.

Isto quanto aos salários nominais. E quanto aos reais? Se atribuírmos a base 100 aos salários nominais de 1901 e também à média dos preços dos géneros alimentares essenciais, teremos:

[QUADRO N.º 11]

	1890	1901	1905	1909	1913
Salários	100	100	116,6	133,3	116,6
Preços	85	94,4	95,5	105,5	114,8
Salários-preços	(+) 15	(+) 5,6	(+) 21,1	(+) 27,8	(+) 1,8

³³⁷ *O Mundo* de 15 de Março de 1911.

³³⁸ *O Trabalho* de 23 de Junho de 1912.

³³⁹ *Ibid.*, de 20 de Setembro de 1901.

³⁴⁰ *Ibid.*, de 2 de Maio de 1909; *O Germinal* de 2 de Maio de 1909.

³⁴¹ *A República* de 26 de Novembro de 1910; *O Trabalho* de 27 de Novembro de 1910 e de 12 de Novembro de 1911.

³⁴² *O Trabalho* de 17 de Novembro de 1912; *O Germinal* de 23 de Novembro de 1912.

³⁴³ *Ibid.*, de 23 de Junho de 1912.

Por aqui se vê que o «poder de compra» das *mulheres* se deteriorou um pouco entre 1890 e 1901, aumentou substancialmente entre 1901 e 1909 e sofreu uma queda brusca e radical de 1909 para 1913. O que, em substância, não difere do que sucedeu aos soldados e outras categorias operárias, das conservas ou não. A República explodiu no País ao mesmo tempo que uma recessão económica profunda, que, de resto, só conseguiu expandir e agravar. O problema das *mulheres* é que não dispunham de muito espaço para recuar. Para elas, a crise significava simplesmente uma intolerável exploração e uma quase absoluta miséria.

XI

Falta apenas falar dos *rapazes*, a categoria operária que cresceu mais e mais rapidamente nos últimos tempos do período em estudo. Sem surpresa, sabemos muito pouco sobre eles. Ser *rapaz* não era em rigor uma profissão, era só um «emprego» transitório que se tinha na infância e na adolescência, mas nunca depois dos 17 anos. E, numa sociedade que em paz de espírito e em todas as classes oprimia as crianças, a sorte das que trabalhavam nas fábricas não interessava a ninguém (mesmo, em larga medida, os respectivos pais), nem elas por si só se podiam fazer ouvir.

Às vezes, no meio das lutas e reivindicações dos adultos, os *rapazes* passam ao fundo da cena, «esqueléticos» e «esfarrapados», e suscitam alguns comentários caritativos à imprensa benevolente. Nunca ocupam, porém, o centro das atenções. Fundem-se na miséria geral, sem um protesto próprio, um sofrimento específico, e é preciso esforço e paciência para aqui e ali os distinguir dela e compreender o seu destino particular.

Havia dois grupos principais de *rapazes*: um que ajudava os soldados na confecção das latas e accionava a «ventoinha» e que, antes de 1899-1900, os soldados em pessoa pagavam ³⁴⁴; e outro que limpava e batia com maços de madeira a folha-de-flandres, quando esta chegava à oficina, a transportava para o forno e, a seguir, limpava também as latas já prontas, para nelas se meter o peixe.

Pelo menos formalmente, as funções dos *rapazes* consistiam unicamente nisto. Na prática, no entanto, as coisas não eram tão simples. Como de resto as crianças das fábricas («mulheres», moços e aprendizes de soldador), os *rapazes* estavam igualmente sujeitos a uma série de outras obrigações informais. Em primeiro lugar, os operários adultos não hesitavam em exigir-lhes na oficina toda a espécie de auxílios extra-curriculares ou em encarregá-los de «recados» de carácter pessoal à saída do trabalho. Em segundo lugar, os patrões e os mestres levavam-nos frequentemente para casa, a título de criados domésticos, e obrigavam-nos «a ir buscar água, acender o lume, esfregar a casa, etc.» ³⁴⁵, nas horas em que eles deviam descansar.

Não custa perceber por que razão os *rapazes* se submetiam a estes abusos. Os operários adultos estavam em posição de livremente os atormentar, sem que os patrões, os mestres ou pais pudessem ou quisessem

³⁴⁴ O Distrito de 26 de Março de 1899.

³⁴⁵ O Elmano de 9 de Novembro de 1904.

interferir; os patrões e os mestres tinham sempre a alternativa de os pôr na rua para escolher, na inesgotável reserva de mão-de-obra infantil, quem fosse mais dócil; e, se isso sucedesse, a violência viria provavelmente dos pais. A lógica consistia, portanto, em obedecer, não em resistir. E era o que os *rapazes* faziam.

As crianças e as mulheres, escrevia um jornal socialista em 1901, são os mais submissos: «[...] largam a casa, abandonam o lar, sujeitam-se a toda a espécie de vexames» e sofrem ainda «desconsiderações e abusos por parte dos homens, seus companheiros na exploração e na miséria»³⁴⁶. De facto, os *rapazes* não se limitavam a trabalhar longas horas, dentro e fora das oficinas, para os patrões, para os encarregados e para operários adultos, tinham também de suportar uma disciplina severa e os processos brutais por que ela era imposta.

A pancada constituía um método, ou talvez até o método normal de «socialização» no período em estudo³⁴⁷. Ninguém se privava de bater nas crianças: batiam os pais, batiam os irmãos, batiam na escola os professores e, como é óbvio, batiam igualmente os industriais e os mestres. A extrema violência exercida nas fábricas contra as crianças em geral e os *rapazes* em particular destinava-se, em primeiro lugar, a obrigá-los a ritmos e regras de trabalho incompatíveis com as suas tendências «naturais» e força física: ou seja, a impedir que brigassem entre si, que conversassem, que cantassem, que assobiassem, que rissem. Numa palavra, que interrompessem, abandonassem ou se distraíssem do esforço que se lhes pedia, de qualquer das previsíveis maneiras próprias da idade. Tratava-se aqui de um objectivo estritamente «económico». Mas, para além disto, pretendia-se sobretudo «formar» futuros operários zelosos e habituados a obedecer, diferentes da «malta» rebelde que se juntava nas associações de classe.

Que este era o caso, provam-no a insistência de certos patrões em que os *rapazes* e aprendizes de soldador frequentassem a missa, ou iniciativas como a do capitalista Sr. José Casimiro Santana, que organizou para as crianças da sua empresa uma «catequese bissemanal» (e compulsiva), realizada no «escritório da fábrica», a que ele assistia em pessoa, acompanhado por «virtuosos» membros da sua família e que, segundo *O Germinal*, «o padralhão Justino dos Jesuítas» superiormente orientava³⁴⁸. E prova-o, de outra maneira, a preocupação dos industriais (que quase nunca se estendia aos adultos) em evitar que as crianças operárias fossem contaminadas por qualquer tipo de doutrina subversiva. As ideias «perigosas» que se toleravam (que remédio!) aos soldadores e aos *moços* não se toleravam aos aprendizes e aos *rapazes*. Em 1911, por exemplo, o Sr. Chancerelle despediu um *rapaz* apanhado em flagrante delito de ler, *fora das horas de serviço*, um prospecto de publicidade a um livro do jornalista jacobino Hermano Neves (*A Guerra Civil*)³⁴⁹.

Os pais e as mães dos *rapazes*, que por regra trabalhavam ao lado deles nas mesmas fábricas, raramente protestavam contra a «educação» que, sob os seus olhos, os filhos recebiam, pela palavra ou pela pancada.

³⁴⁶ *O Trabalho* de 20 de Setembro de 1901.

³⁴⁷ Ver Maria Filomena Mónica, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Gabinete de Investigações Sociais/Editorial Presença, 1979.

³⁴⁸ *O Germinal* de 4 de Abril de 1909.

³⁴⁹ *O Trabalho* de 22 de Outubro de 1911.

Compreende-se porquê. Desde logo arranjar emprego para uma criança constituía um privilégio que não se punha facilmente em risco. Depois, como os industriais e os mestres, os operários não consideravam a pancada um recurso extremo e excepcional. E, por último, se intervinham, não tardavam a sofrer as consequências de um acto que, muito logicamente, os patrões achavam inaceitável e a que, portanto, reagiam com medidas drásticas. Em 1902, por um *rapaz* ter deitado uma grelha ao chão, «sem querer», o encarregado bateu-lhe tão «duramente» que a mãe decidiu defendê-lo. Como seria de esperar, após uma sessão de insultos, foram ambos despedidos³⁵⁰. O episódio é típico. Nas fábricas quem mandava eram os capitalistas e os mestres, não eram os pais. Nas fábricas, as crianças estavam sozinhas.

Como se disse atrás, os *rapazes* andavam quase todos entre os 8 e os 17 anos. Havia, porém, alguns, embora não muitos, com 7 e até só com 6³⁵¹. Os patrões preferiam obviamente os *rapazes* dos 6 aos 14, inexperientes e fáceis de controlar. O que não significa que não escolhessem também uns tantos entre os 14 e os 17, pela força física e resistência a um trabalho monótono e brutal.

O Decreto de 14 de Abril de 1891 e o respectivo Regulamento de 16 de Março de 1893 proibiam genericamente a entrada de crianças nas fábricas antes dos 12 anos, mas autorizavam que entrassem aos 10, depois de completada a instrução primária elementar, se fossem de «compleição robusta» e não se destinassem a «serviços» anormalmente pesados. Posto isto, a lei estabelecia ainda que, uma vez admitidos, os menores de 16 anos não transportassem nada à cabeça, às costas ou por tracção; que não fizessem esforços superiores a 15 quilos de carga à cabeça ou às costas ou a 100 quilos de carga em terreno horizontal; que não accionassem ventiladores ou máquinas de cortar, furar, aplinar e escatelar; que não trabalhassem em cada 24 horas mais de 10 (divididas por um ou dois intervalos de 1), ou mais de 5 consecutivas, ou, nos ventiladores, mais de 2; que descansassem aos domingos; que tivessem oficinas limpas, arejadas e com «as necessárias condições de salubridade e segurança»; que se vacinassem; e que, nos casos legalmente previstos, frequentassem a escola pelo menos 2 horas por dia³⁵².

Quase que não vale a pena notar que, em Setúbal, nenhuma destas meritórias disposições se cumpria. Os *rapazes* (e os aprendizes) chegavam às fábricas de conservas muito antes dos 12 anos, quase sempre débeis, «raqúuticos»³⁵³ e «mal alimentados»³⁵⁴. E chegavam lá, evidentemente, sem passar pela escola (em 1900 existiam, nas três freguesias da cidade, 719 crianças do sexo masculino em idade escolar das quais apenas 98 estavam matriculadas)³⁵⁵.

A seguir, na mão dos patrões, eram obrigadas a tarefas violentas³⁵⁶, de transporte e outras; a ocupar-se das ventoinhas; a trabalhar, em cada 24, bastante mais de 10 horas (quase sem quebras) e de 5 consecutivas; a não descansar aos domingos; e a sofrer a terrível atmosfera das oficinas.

³⁵⁰ O Trabalho de 25 de Maio de 1902.

³⁵¹ O Germinal de 3 de Dezembro de 1910.

³⁵² Rui Enes Ulrich, *op. cit.*, pp. 49-55; A Greve de 6 de Abril de 1908.

³⁵³ O Distrito de 15 de Outubro de 1899.

³⁵⁴ O Trabalho de 12 de Outubro de 1902.

³⁵⁵ A Folha de Setúbal.

³⁵⁶ O Trabalho de 10 de Março de 1902.

Para não falar nas vacinas e na obrigação de frequência da escola, com que ninguém sequer se preocupou.

O problema da segurança nunca foi igualmente resolvido ³⁵⁷. E, porque as crianças tendiam a distrair-se e a não tomar com as máquinas as mesmas precauções que os adultos, de 11 acidentes graves ocorridos entre 1890 e 1910, 4 envolveram *rapazes*, com as consequências habituais; amputação de uma perna ³⁵⁸, esmagamento de dedos ³⁵⁹, esmagamento da mão ³⁶⁰, fractura da cana do nariz ³⁶¹.

Perante a manifesta impossibilidade de os operários menores imporem por si próprios aos capitalistas o cumprimento da lei que os protegia, e perante a profunda indiferença das autoridades, as associações de classe tentaram, em 1907, que o Governo as nomeasse executoras e fiscais dos seus decretos nessa específica área ³⁶². Mas naturalmente sem sucesso. O poder de que os soldados e os moços precisavam para ajudar os seus filhos não lhes podia vir do Estado, apenas lhes podia vir de si mesmos. Sobre isso, nem já *A Greve* alimentava ilusões ³⁶³.

Resta falar dos salários. E, quanto aos salários, a questão é simples: os *rapazes* tinham os mais baixos da indústria. Quando trabalhavam (e nunca será suficiente insistir em que nem sempre trabalhavam), recebiam entre 120 (se estavam encarregados das ventoinhas) e 100 réis por dia, quer dizer, dez vezes menos que os soldados, sete a oito vezes menos que os *moços* e cinco vezes menos que as *mulheres*.

Mas de 1905-10 em diante, à medida que as fábricas entravam numa nova fase de mecanização, os *rapazes* começaram a substituir em grandes números os operários adultos especializados, tornados supérfluos e/ou demasiado dispendiosos. E essa sua ambígua «promoção» foi recompensada, *em alguns casos*, com um aumento. Em 1912, certos rapazes, que tomavam conta das cravadeiras e das máquinas de soldar, passaram a ganhar 45 réis à hora, como as *mulheres*. As conservas chegavam ao fim de uma época.

³⁵⁷ A lei exigia «resguardos» para as máquinas perigosas.

³⁵⁸ *O Distrito* de 6 de Julho de 1890.

³⁵⁹ *Ibid.*, de 31 de Outubro de 1897.

³⁶⁰ *O Elmano* de 22 de Fevereiro de 1905.

³⁶¹ *O Distrito* de 13 de Fevereiro de 1890.

³⁶² *O Trabalho* de 15 de Setembro de 1907.

³⁶³ *A Greve* de 6 de Abril de 1908.